

**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

**EDUCAÇÃO E TRABALHO PARA MENINOS DESVALIDOS:
UM ESTUDO SOBRE O PATRONATO AGRÍCOLA DE BANANEIRAS
(1924-1947)**

SUELLY CINTHYA COSTA DOS SANTOS

Orientador/a: Prof/a. Dr/a. Profª Dra. Cláudia Engler Cury (PPGH-UFPB)

Linha de Pesquisa: Ensino de História e Saberes Históricos

JOÃO PESSOA – PB

2015

**EDUCAÇÃO E TRABALHO PARA MENINOS DESVALIDOS:
UM ESTUDO SOBRE O PATRONATO AGRÍCOLA DE BANANEIRAS
(1924-1947)**

SUELLY CINTHYA COSTA DOS SANTOS

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, da Universidade Federal da Paraíba - UFPB, em cumprimento às exigências para a obtenção do título de Mestre em História, Área de concentração: História e Cultura Histórica

Orientador/a: Prof/a. Dr/a. Profª Dra. Cláudia Engler Cury (PPGH-UFPB)

Linha de Pesquisa: Ensino de História e Saberes Históricos

JOÃO PESSOA – PB

2015

S237e Santos, Suelly Cinthya Costa dos.
Educação e trabalho para meninos desvalidos: um estudo sobre o Patronato Agrícola de Bananeiras (1924-1947) / Suelly Cinthya Costa dos Santos.- João Pessoa, 2015.
150f. : il.
Orientadora: Cláudia Engler Cury
Dissertação (Mestrado) - UFPB/CCHL
1. História regional. 2. História e cultura histórica.
3. Patronato Agrícola - Bananeiras-PB. 4. Ensino rural.

UFPB/BC

CDU: 981.422(043)

EDUCAÇÃO E TRABALHO PARA MENINOS DESVALIDOS: UM ESTUDO SOBRE O PATRONATO AGRÍCOLA DE BANANEIRAS (1924-1947)

SUELLY CINTHYA COSTA DOS SANTOS

Dissertação de Mestrado avaliada em ___/___/___ com conceito _____

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a. Dr.^a. Cláudia Engler Cury
Programa de Pós-Graduação em História – Universidade Federal da Paraíba
Orientadora

Prof. Dr. Luciano Candeia
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba
Examinador Externo

Prof. Dr. Antônio Carlos Ferreira Pinheiro
Programa de Pós-Graduação em Educação – Universidade Federal da Paraíba
Examinador Interno

Em memória de minha mãe

À Manoel Luiz da Silva

Às crianças da Paraíba.

*Não tinham também conversas de
meninos, conversavam como homens.
Sentiam mesmo como homens(...)
Sempre tinham sido como homens, na
sua vida de miséria e de aventura,
nunca tinham sido perfeitamente
crianças.
Jorge Amado - Capitães de Areia*

AGRADECIMENTOS

Agradeço aos meus pais, Ailton e Solange, pelo trabalho árduo, pelos anos de sacrifício para que eu tivesse a melhor educação possível e por terem sempre me incentivado a trilhar o caminho certo;

Agradeço imensamente a Seu Manoel pela hospitalidade com que sempre me recebeu em Bananeiras, pelas conversas, passeios conhecendo a cidade, por me apresentar aos moradores, professores, ex-alunos, em suma, a todos àqueles que dão vida a cidade de Bananeiras, me incluindo como parte dessa história. Agradeço ainda pelos livros que me presenteou, de grande suporte à pesquisa e por todos os dias em que pesquisamos juntos documentos do Patronato, fotografias, tiramos dúvidas, frequentamos a biblioteca, etc. Seu Manoel sempre se dispôs a ajudar e foi um grande incentivador dessa pesquisa;

À Hellber, pelos momentos que compartilhamos um com o outro, pelo apoio incondicional dado nos bons e maus momentos dessa trajetória, por ter lido o trabalho, sugerido livros, acompanhado com interesse cada etapa da pesquisa, enfim por ser além de companheiro, meu melhor amigo;

À Claudia Cury, por ter acompanhado a realização dessa pesquisa, pelas opiniões, sugestões e críticas e por ter tido que lidar com as consequências de minha ansiedade na confecção e conclusão do trabalho;

Agradeço à direção e funcionários do CCHSA, Campus III, da UFPB por ter autorizado o acesso ao arquivo, e por meio dos cumprimentos diários e confraternizações, me incentivarem na realização desse trabalho.

Agradeço ainda aos professores Joaquim Tavares da Conceição, Luciano Candeia, Antônio Carlos Pinheiro e Mauricéia Ananias pelo empréstimo de livros, artigos, pelas sugestões e críticas;

Por fim, agradeço a minha irmã Sonara, as minhas tias Vera e Marlene e a todos os familiares e amigos que torceram pela realização desse trabalho.

RESUMO

Esse estudo abordou o processo de criação e os caminhos educacionais percorridos no Patronato Agrícola de Bananeiras, bem como a condição da criança desvalida que ingressava na Instituição, entre os anos de 1924 e 1947. Buscamos, por meio das fontes levantadas, traçar a trajetória de Patronato à Aprendizado, ressaltando os personagens, o ensino primário, o trabalho nas oficinas, a prática do escotismo, da ginástica sueca e o ensino agrícola como expressão das relações sociais e de poder travados para articular um modelo de ensino rural sistemático, envolvendo escolaridade e produtividade à época. Com base nessa temporalidade, utilizamos leis, decretos, regulamentos, ofícios, dentre outras fontes com o objetivo de ressaltar o papel dispensado à formação para o mundo do trabalho inserida no processo educativo, tendendo para um modelo de educação pragmática destinada aos meninos pobres da região. As bases de cunho teórico e metodológico fundamentaram-se nos princípios da história das instituições educativas (MAGALHÃES, 2004) segundo a qual as estruturas das instituições educativas são indissociáveis de uma determinada temporalidade histórica.

Palavras-chave: Patronato Agrícola, Bananeiras, Ensino Rural.

ABSTRACT

This study addressed the process of creating and educational paths taken in Agricultural Employers of Bananeiras, and the helpless child's condition that was entering the institution, between the years 1924 and 1947. We seek, through the raised sources, to trace the trajectory from Learning to Employers, highlighting the characters, primary education, work in the workshops, the practice of scouting, the Swedish gymnastics and agricultural education as an expression of social relations and power locked to articulate a systematic rural teaching model, involving education and productivity at the time. Based on this temporality, we use laws, decrees, regulations, crafts, among other sources in order to highlight the role dispensed to training for the world of work within the educational process, tending to a pragmatic style education to the poor children of the region. The theoretical and methodological bases substantiate the principles of the history of educational institutions (MAGALHÃES, 2004) according to which the structures of educational institutions are inseparable from a certain historical temporality.

Keywords: Agricultural Employers, Bananeiras, Rural Education.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CAVN – Colégio Agrícola Vidal de Negreiros.

CCHSA – Centro de Ciências Humanas, Sociais e Agrárias.

HISTEDBR-PB – Grupo de Estudos e Pesquisas História Sociedade e Educação na Paraíba.

MAIC – Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio.

RMAIC – Relatório do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio

SNA – Sociedade Nacional de Agricultura

UFPB – Universidade Federal da Paraíba

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Estação ferroviária de Bananeiras, 1922	36
Figura 2 - Construção do primeiro pavilhão do Patronato, 1922.	43
Figura 3 - Residência dos diretores, 1924	46
Figura 4 - Diógenes Caldas	47
Figura 5 - José Augusto Trindade	48
Figura 6 - Campo de experimentação agrícola, 1927.....	56
Figura 7 - Campo de experimentação de fumo, 1927	58
Figura 8 - Secretaria do Arquivo CCHSA, 1926.....	60
Figura 9 - Vista Parcial das instalações concluídas da Praça Central, Dormitório, Pavilhão de Aulas e Restaurante.....	62
Figura 10 - Alunos em almoço, 1924.....	63
Figura 11 - Menores em trabalho na plantação.	69
Figura 12 - Imagem do fardamento dos menores nas oficinas.....	76
Figura 13 - Menores na carpintaria.	82
Figura 14 - Menores trabalhando na secagem do alho, 1929	85
Figura 15 - Atividades pré militares, 1929.....	103
Figura 16 - Enfermaria do Patronato agrícola,1927.	120
Figura 17 - Sala de curativos da enfermaria do Patronato.	124
Figura 18 - Banheira da enfermaria, 1925.....	125
Figura 19 - Vestimentas e acessórios do Patronato	129

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Fundação dos Patronatos Agrícolas	40
Quadro 2 – Despesas com o Pessoal Permanente e mensalistas	45
Quadro 3 - Divisão dos patronatos agrícolas, conforme circular nº 15, de 1927, do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio (MAIC).....	64
Quadro 4 - Horários do Patronato	77
Quadro 5 Tabulação das notas de aproveitamento de acordo com o regimento interno do Patronato..	79
Quadro 6 – Registros de pagamento do exercício de 1929	89
Quadro 7 – Ofício da Circunscrição de recrutamento ao Patronato, 1931	108
Quadro 8 - Registro da natureza da despesa 1925.....	118
Quadro 9 – Boletim do movimento da Enfermaria do Patronato Vidal de Negreiros, durante o mês de março de 1928.....	126
Quadro 10 – Boletim do movimento da Enfermaria do Patronato Vidal de Negreiros, durante o mês de maio de 1928.....	127
Quadro 11 – Boletim do movimento da Enfermaria do Patronato Vidal de Negreiros, durante o mês de julho de 1928.....	127

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	13
2 AS INSTITUIÇÕES DE ASSISTÊNCIA À INFÂNCIA POBRE NO BRASIL	21
2.1 CONSIDERAÇÕES SOBRE A HISTORIOGRAFIA DOS PATRONATOS AGRÍCOLAS	21
2.2 ENSINO PROFISSIONAL PARA CRIANÇAS DESVALIDAS	23
2.3 ENSINO AGRÍCOLA	29
3 O PATRONATO AGRÍCOLA: IMPLANTAÇÃO E ORGANIZAÇÃO NO CONTEXTO DE CRISE DAS OLIGARQUIAS PARAIBANAS	33
3.1 DO ALGODÃO AO CAFÉ: DESENVOLVIMENTO DA CIDADE E AS FERROVIAS NO ALVORECER DA REPÚBLICA	33
3.2 CONSTRUÇÃO DO PATRONATO AGRÍCOLA	37
3.3 OS DIRETORES E SUAS MANIFESTAÇÕES DE PODER	44
3.4 O PAPEL DO PATRONATO NO CONTROLE DE PRAGAS AGRÍCOLAS	55
3.5 ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA E ESPACIAL DO PATRONATO	59
3.5.1 De Patronato à Aprendizado Agrícola.....	63
4 A EDUCAÇÃO DOS INTERNOS: ALFABETIZAÇÃO E TRABALHOS NO PATRONATO AGRÍCOLA VIDAL DE NEGREIROS	70
4.1 ENSINO PRIMÁRIO E ROTINA ESCOLAR DOS INTERNOS	70
4.1.1 O trabalho nas oficinas	81
4.1.2 Serviços agrícolas.....	84
4.2 VIGILÂNCIA COMO FORMA DE ADESTRAMENTO ESCOLAR.....	87
4.3 ISOLAMENTO E SAUDADE NO INTERNAMENTO ESCOLAR.....	92
4.4 AS FUGAS DOS MENORES – REAÇÃO AO REGIME DE INTERNATO.....	96
5 DISCIPLINAÇÃO DOS INDIVÍDUOS: ESCOTISMO E HIGIENISMO NO PATRONATO E APRENDIZADO AGRÍCOLA	101
5.1 ESCOTISMO E GINÁSTICA SUECA	101
5.2 AS TENTATIVAS DE EFETIVAÇÃO DE UMA EDUCAÇÃO MILITAR	107
5.3 ELEBRAÇÕES CÍVICAS E NACIONALISMO NA FORMAÇÃO DE TRABALHADORES AGRÍCOLAS.....	111
5.4 EDUCAÇÃO HIGIÊNICA NO PATRONATO	115
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	131
7 REFERÊNCIAS	134
A) BIBLIOGRAFIA.....	134
B) FONTES PESQUISADAS.....	137
ANEXO A– COMUNICADO DA SNA AO PATRONATO AGRÍCOLA “VIDAL DE NEGREIROS, EM 1924	140
ANEXO B – DESIGNAÇÃO À DIÓGENES CALDAS A EXECUÇÃO DE OBRAS NO PATRONATO AGRÍCOLA VIDAL DE NEGREIROS, EM 1920.....	143
ANEXO C – DOCUMENTO DO SERVIÇO DE POVOAMENTO AO PATRONATO AGRÍCOLA DE BANANEIRAS DESIGNANDO-O COMO “VIDAL DE NEGREIROS”, EM 1920.....	144
ANEXO D – TRANSFERÊNCIA DO GUARDA VIGILANTE PARA CARGO SEMELHANTE 1934.....	145
ANEXO E – OFÍCIO SOBRE NOVAS NORMAS DO APRENDIZADO AGRÍCOLA	146
ANEXO F – CARTA DE JUIZ SOBRE O PEDIDO DE INTERNAÇÃO DE UM MENOR	147
ANEXO G – OFÍCIO SOBRE MENOR FORAGIDO	148
ANEXO H – OFÍCIO ATESTANDO O ENVIO DE EXEMPLARES DA CANÇÃO DE ESCOTEIRO	149
ANEXO I – CIRCULAR ENVIADA À CONFEDERAÇÃO GERAL DOS ESCOTEIROS DOS PATRONATOS AGRÍCOLAS.....	150

1 INTRODUÇÃO

A construção do Patronato Agrícola de Bananeiras, em 1920, foi mais uma iniciativa tomada pelo Estado Brasileiro no sentido de assistir meninos desvalidos, que perambulavam nas ruas da cidade e capital paraibana, alterando um cenário que se queria ordeiro, higiênico. Além desse objetivo, outro de grande importância para o maior dinamismo econômico das relações agrárias do país era o de transformar filhos de agricultores e do proletariado urbano, que perambulavam pelas ruas das cidades, em trabalhadores cientes e educados nas modernas técnicas agrícolas, que pudessem servir à vocação agrícola da nação, dinamizando o setor agropecuário da segunda década do século XX.

Os patronatos agrícolas foram criados em vários estados do país, pois faziam parte da política de difusão de diversas instituições de assistência às crianças pobres, juntamente com os asilos de órfãos e colônias agrícolas, difundidos desde a metade do século XIX (MARCÍLIO, 2006), estas instituições foram precursoras no uso do trabalho como um meio de regeneração e educação pela disciplina. Compreender o Patronato Agrícola Vidal de Negreiros é desvendar uma parte da História do ensino agrícola e da assistência à infância desvalida no nosso Estado, pode contribuir também para entender a história do Colégio Agrícola Vidal de Negreiros, vinculado à Universidade Federal da Paraíba em 1976, quando se criou o Centro de Formação de Tecnólogos, transformado em 2008, no Centro de Ciências Humanas Sociais e Agrárias, CCHSA, localizado no Campus III da UFPB.¹

Existem vários estudos² sobre os patronatos agrícolas fundados em outros estados e regiões do país, e são inúmeras as possibilidades de abordar o objeto. No decorrer dessa pesquisa sobre o Patronato de Bananeiras, único no estado, localizado na microrregião do brejo³ da Paraíba, procuramos traçar os rastros da trajetória das instituições destinadas às crianças pobres discutindo a formulação das propostas e ações relacionadas ao recrutamento de novos

¹Disponível em <http://www.cchsa.ufpb.br/2014/index.php/o-cchsa>

²Dentre esses estudos, podemos destacar as obras: *Formar cidadãos úteis: os Patronatos Agrícolas e a infância pobre na Primeira República* de Milton Ramos Pires de Oliveira, o artigo publicado pela HISTEDBR- online, *Transformando menores órfãos ou abandonados em feitores do campo, pomicultores, horticultores, Jardinocultores, abegões e profissionais práticos nos diversos ofícios agrícolas: A criação do Patronato Agrícola no Pará Republicano*, de autoria de Gleise Oliveira e Genylton Rocha e a dissertação de mestrado *A regeneração da infância pobre sergipana no início do século XX: o Patronato Agrícola de Sergipe e suas práticas educativas* de Marco Arlindo Amorim Nery, defendida no programa de pós graduação em Educação da Universidade Federal de Sergipe, em 2006.

³ O Brejo é uma das microrregiões pertencente à mesorregião do Agreste Paraibano. Sua população foi estimada em 2014 pelo IBGE em 116.437 habitantes e está dividida em oito municípios (Alagoa Nova, Alagoa Grande, Areia, Borborema, Pilões, Matinhas, Serraria e Bananeiras). Possui uma área total de 1.202,1 km². Disponível em <http://www.fiepb.com.br/arquivos/perfil_socioeco_2006.pdf>. Acesso em 25/ 08/ 2014.

trabalhadores, formados pelo ensino agrícola bem como, trazer para os leitores, a discussão acerca da dinâmica interna deste estabelecimento de ensino, atentando para o desenvolvimento de ações escolares assentadas no ideário civilizador e de modernização do setor agrícola brasileiro.

As fontes são subsídios fundamentais para a produção do conhecimento histórico, nesse estudo fizemos o levantamento e interpretação de documentos variados, como leis, decretos, jornais, regulamentos, telegramas e ofícios internos da Instituição. Destacamos a importância do cruzamento de fontes, esse procedimento nos possibilitou preencher as lacunas no conjunto da documentação investigada e, em se tratando de uma instituição educativa, permitiu uma maior compreensão da instituição com as diversas vinculações que se estabeleceram entre ela e a sociedade.

De acordo com Magalhães (2004), as instituições educativas, de forma particular ou enquanto sistema, são realidades dentro de uma outra realidade, isto é, o caráter permanente existente entre a instituição e a realidade que a envolve, sua estrutura, as tradições e as expectativas socioculturais são indissociáveis de uma determinada temporalidade histórica. Percebemos isso ao verificar os elementos de longa duração na operacionalidade institucional dos patronatos agrícolas, em particular no de Bananeiras, uma vez que as novas instituições criadas sob os antigos alicerces dos patronatos agrícolas, nas décadas subsequentes à sua extinção, herdaram de suas instituições congêneres, além do mesmo espaço físico, uma cultura institucional calcada na disciplina, obediência e rigorosidade.

O recorte temporal da pesquisa se estende de 1924 até 1947, a análise desse período comporta algumas particularidades associadas à combinatória de relações entre os aspectos internos da instituição escolar e sua inserção no contexto histórico da época. A primeira nuance de ordem administrativa interna nos fará abordar a fase de criação e funcionamento do Patronato Agrícola de Bananeiras e sua posterior transformação em Aprendizado Agrícola⁴ em 1934, momento em que a situação dos patronatos agrícolas foi modificada e ficou a cargo dos Aprendizados Agrícolas, a formação do trabalhador rural e do operário agrícola. (OLIVEIRA, 2003). Com essa alteração o Patronato Agrícola de Bananeiras foi transformado em Aprendizado Agrícola, no entanto manterá os alicerces fundantes do modelo de ensino do patronato agrícola e uma política semelhante de recebimento de meninos, no que diz respeito a

⁴ A partir da década de 1930, a situação dos patronatos agrícolas passa a ser alterada desfazendo sua abrangência em nível nacional, uma nova configuração foi delineada e os patronatos agrícolas, criados com duplo caráter visando a formação de trabalhadores e a correção daqueles considerados delinquentes pela sociedade da época foram considerados fora das finalidades, sendo transformados nos anos seguintes em aprendizados agrícolas. Discorreremos sobre esse processo no capítulo terceiro dessa dissertação.

origem, priorizando àqueles oriundos de famílias humildes da zona rural. Outro aspecto importante dessa reorientação federal diz respeito às reformas educacionais que direcionaram a educação no Brasil entre os anos 1920 e 1940. Com o intuito de atender um determinado modelo econômico e social, o corpo técnico e burocrático do Estado buscou, por meio da educação, preparar o trabalhador para atuar em diferentes setores da produção, ratificando a dualidade do ensino. Com isso, desde a década de 1930 foram elaboradas várias leis e decretos que davam ao ensino técnico e secundário uma organização independente e estrutura curricular diferenciada.

Buscamos, por meio das fontes levantadas, traçar a trajetória dessa Instituição, de Patronato à Aprendizado até as transformações de 1947, ano em que a Instituição passou a se chamar Escola Agrotécnica Vidal de Negreiros, um ano após ser estabelecida a Lei Orgânica do Ensino Agrícola⁵, que levou a uma nova regulamentação desse modelo de ensino.

O primeiro contato com o tema partiu de uma pesquisa realizada no ano de 2012 sobre os patronatos agrícolas, a partir da aquisição do livro *Reminiscências: capítulos da História do Patronato Agrícola de Bananeiras* que nos despertou interesse na possibilidade de construção da trajetória histórica do Patronato Vidal de Negreiros. Este interesse e estudos iniciais culminaram na formulação de um projeto de pesquisa submetido ao Programa de Pós-graduação em História, da Universidade Federal da Paraíba. Para além disso, ressaltamos as contribuições recebidas nos contatos que tivemos com o grupo de pesquisa em História da Educação (HISTEDBR-PB), coordenado pelo professor Antônio Carlos Ferreira Pinheiro, o qual juntamente com outros professores que trabalham com a História da Educação têm fomentado o desenvolvimento de muitas pesquisas nesse campo. Nas reuniões do grupo, deram-se os primeiros contatos com autores que trabalhavam com o ensino agrícola e seus desdobramentos, o que aumentou o interesse pela temática.

Na primeira viagem que fizemos à Bananeiras, encontramos o autor do livro *Reminiscências*, referido anteriormente, e soubemos que, além dessa obra, Manoel Luiz da Silva⁶, ex-aluno da Escola Agrotécnica, como passou a se chamar o Patronato Agrícola nas

⁵ Decreto lei n.9.613 de 20 de agosto de 1946 conhecido por Lei Orgânica do Ensino Agrícola, organizou o ensino agrícola, criando uma correspondência entre cursos técnicos e secundários e um ramo de ensino de 2º grau composto por dois ciclos, cada ciclo compondo a dualidade entre ensino técnico e secundário nas Instituições Rurais. Esse decreto inaugura uma nova fase no ensino profissional regulamentado e insere-se no contexto de modificações apontadas nos anos anteriores, a partir da reforma de ensino realizada durante o Estado Novo (1937-1945). A Reforma Capanema, como ficou conhecida, a qual, sob o nome de Leis Orgânicas do Ensino, estruturou o ensino profissional, reformou o ensino comercial, criou o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial- SENAI e também acarretou mudanças no ensino secundário (ANDREOTTI, 2015).

⁶ Manoel Luiz da Silva nasceu no município de União dos Palmares, em Alagoas, 1940. Viveu sua infância no engenho de Anhumas, frequentou escolas rurais e sempre esteve envolvido em atividades agrícolas. Estudou nas instalações do que foi no passado o antigo Patronato de Alagoas, em sua época, escola Agrotécnica Floriano

décadas posteriores, dedicou-se a higienizar e organizar diversos documentos sobre o Patronato de Bananeiras, os quais, posteriormente, o subsidiaram em suas pesquisas históricas. Ao longo da década de 1990, ele higienizou os documentos referentes ao Patronato Agrícola, que se achava em péssimo estado de conservação na UFPB, no campus III em Bananeiras, tendo muitos deles se perdido devido às condições de armazenamento e, principalmente, à infiltração e a problemas no teto do ambiente de Arquivo do CCHSA. A manutenção e preservação dos documentos não deve ter sido tarefa simples, pois até hoje a Instituição não conta com a ajuda de nenhum especialista em arquivos ou biblioteconomia para acondicionar o volume e fragilidade da documentação existente no Arquivo. Uma pesquisa que desconsiderasse seu papel de protagonista, ainda que solitário, na reconstrução da memória do Patronato Agrícola, não faria justiça à evidente importância de seu trabalho e nem permitiria conhecermos um pouco mais sobre o papel que alguns sujeitos exercem na salvaguarda da memória e de arquivos e, portanto, na construção do nosso patrimônio histórico local.

Ao sermos apresentados às instalações do arquivo, soubemos que muitas pastas e arquivos antigos haviam sido descartadas nas décadas anteriores. A situação em que o arquivo permaneceu durante décadas, bem como o silêncio historiográfico sobre a reconstrução da trajetória do Patronato Agrícola de Bananeiras, contrapondo-se a ênfase nos festejos anuais de celebração do sete de setembro, o qual nunca deixou de reunir os ex-alunos, nos diz muito sobre a dimensão idiossincrática da Instituição. No caso do Patronato Agrícola de Bananeiras, enquanto os documentos sobre sua história sofreram descarte, ao mesmo tempo a sua memória permaneceu sendo reelaborada pelos seus ex-alunos e ex-professores, com uma função integrante da consolidação da Instituição (MAGALHÃES, 2004). Uma instituição é criada para permanecer, e no caso estudado, a história/ memória institucional do Patronato de Bananeiras se fez presente não apenas no prédio escolar ou na pessoa dos diretores que passaram pela Instituição, essa história/memória também foi constantemente reativada pela ação daqueles que nela intervieram e viveram, sendo recontada a cada encontro de ex-alunos para celebrar o aniversário do Patronato. Nesse ponto, dialogamos com Magalhães (2004), que afirma:

Peixoto. Fez cursos de iniciação agrícola em regime de internato, semelhante ao regime dos antigos patronatos agrícolas. Na década de 1960, quando cursava o Curso Técnico em Agropecuária, ele foi transferido para a Escola Agrotécnica em Bananeiras, onde teve início sua história com a Instituição. Por passar a vida nessas instituições, dedicou-se a estudá-las e a recompor sua memória. De seu esforço nasceram algumas obras, livros de poemas e de história local, que contribuem para a história do município. São elas, *Reminiscências: capítulos da história do Patronato Agrícola* (1994), *Luz e sombra- crônicas e poemas de Dona Hilda* (1993), *CAVN: Fatos e fotos* (2012), *Bananeiras: sua História, seus valores* (1997) e *Bananeiras: apanhados históricos* (2007). O autor continua trabalhando em novas edições de seus livros, pois sempre recebe doações de documentos das famílias dos ex-alunos relativas às turmas, ao espaço físico e ao ensino da época do Patronato e da Escola Agrotécnica, até os dias atuais.

A história de uma instituição educativa inicia-se pela reinterpretação das histórias anteriores, das memórias e do arquivo, como fundamento de uma identidade histórica. Esta identidade implica ainda, para além da internalidade, a inscrição num quadro sociocultural e educacional mais amplo, constituído pela rede das instituições congêneres e pelo sistema educativo. (MAGALHÃES, 2004, p. 147).

Com base nessa reflexão, a todo momento em que consultamos o arquivo, tivemos em mente sua inserção em um contexto histórico e social mais amplo e que uma seleção já foi feita por aqueles que produziram o material, pelos que o conservaram ou deixaram um rastro de uma destruição intencional ou não, por aqueles que reconstruíram sua memória, organizaram o acervo e pelo próprio tempo. A importância dessa reflexão sobre o uso e interpretação das fontes ao longo do desenvolvimento da pesquisa, reside justamente no reconhecimento, por parte do historiador, da seleção realizada por ele e por outros agentes da memória do lugar.

Ao iniciar esse processo de crítica documental, nos deparamos com muitos documentos oficiais, burocráticos, isto é imbuído de interesses políticos, econômicos da própria Instituição abordada, que em seus esforços por criar uma representação de si mesma, foi responsável pelo conteúdo e pela preservação ou descarte da documentação existente. Nesse momento nos apoiamos na concepção de Le Goff a respeito dos documentos monumentos. Segundo ele, todo documento resulta do esforço das sociedades para impor ao futuro determinada imagem de si própria, voluntária ou involuntariamente. (LE GOFF, 1990)

Como tivemos acesso a uma grande quantidade de fontes, principalmente aquelas relacionadas a vida interna da Instituição, selecionamos nosso material, interpretamos e cruzamos informações com o enfoque na discussão dos acontecimentos e experiências relativas às pessoas que viveram e trabalharam no Patronato Agrícola de Bananeiras. Pela quantidade de material do arquivo, não nos foi possível debruçar sobre todas as fontes, à exemplo dos quadros da produção dos trabalhadores agrícolas e moradores instalados nas dependências do Patronato desde os primeiros anos da Instituição. Gostaríamos de destacar que a riqueza dos documentos permite várias possibilidades de estudos, a serem desenvolvidos sobre educação, produção e povoamento da região. Com relação a utilização das fontes relacionadas aos meninos internos, os documentos atribuem denominações diferentes a eles a depender da situação que descrevem, dessa forma são chamados de alunos ou educandos quando os documentos se referiam ao ensino primário e profissional, já nos ofícios internos sobre fugas, desligamentos e expulsões são denominados menores. A utilização desse termo lhes dava a conotação de potencialmente perigosos para o desenvolvimento nacional.

A partir do momento em que a criança pobre se torna um menor⁷ recorre-se a uma determinada construção da infância na história, associada à manutenção de certos lugares sociais. Do ponto de vista jurídico, a concepção de infância entendida como uma fase diferenciada da vida humana, foi construída no mesmo momento em que surgiu a legislação brasileira na área. Foi a partir do Código Criminal de 1830, primeira lei imperial penal, que caracterizou a concepção tênue entre a infância e a vida adulta. (SCHULTZ; BARROS, 2011). A lei passou a olhar a infância como um período momentâneo da vida humana, que serviria para atenuar a pena dos crimes cometidos por crianças e adolescentes. Na época isso foi um avanço legislativo, já que antes disso, as ordenações portuguesas costumavam punir as crianças e adolescentes que praticavam crimes.

O termo “menor” começou a ser adotado no final desse século e era utilizado no sentido pejorativo para designar as crianças pobres que habitavam as ruas da cidade e que não eram alcançadas pelos insuficientes projetos de acolhimento aos pobres na época. (MORELLI, 1997). No alvorecer da República, a busca por melhores condições de vida e até pela própria sobrevivência movia famílias inteiras do campo para a zona urbana. Esse contexto de aumento da pobreza e êxodo rural, levou ao aumento do número de crianças pobres nas ruas, essas crianças transformaram-se em “menores”, e “como tal, rapidamente, congregam as características de abandonados e delinquentes”. (LEITE, 2011, p. 20)

A participação do Estado na construção do conceito de menoridade também indica que a educação era vista como um meio estratégico onde se poderia medir a eficiência dos mecanismos de controle sobre a população mais pobre, uma vez que os meninos pegos pela polícia passaram a ser encaminhados para centros de reforma ou de educação, com o intuito de corrigir seus supostos desvios de conduta. Esse encaminhamento era dado pelo Juiz, e no caso da internação no Patronato Agrícola, eram expedidos vários ofícios ao secretário de Segurança Pública do Estado e às delegacias das regiões adjacentes.

Tendo em vista esse aspecto, caberia aos patronatos a função correcional, prezando pela moral e pelos bons costumes, os meninos internos deveriam fazer do trabalho um hábito a ser assimilado. Por isso, entendemos que a sua fundação se vinculou a uma política nacional que pretendia retirar do convívio social a juventude pobre e educá-la para o trabalho. Para tanto, organizamos a dissertação da seguinte forma:

⁷ A consolidação do termo menor para designar crianças pobres em situação de risco social irá se consolidar apenas no momento de expansão do êxodo rural e aumento das crianças abandonadas nas ruas das cidades, como veremos mais adiante.

Após uma breve Introdução, fizemos algumas considerações sobre a historiografia acerca dos patronatos agrícolas e traçamos a trajetória das instituições modernas de assistência à criança pobre e sua vinculação às ideias de disciplina e trabalho, como elementos de regeneração dos males sociais, provocados pela pobreza. No que tange a gênese da institucionalização do ensino agrícola, está relacionada ao contexto histórico do século XIX, quando o avanço das ciências naturais e sua ligação com os setores produtivos levou ao aparecimento de academias e disciplinas escolares voltadas ao conhecimento agrícola. Nesse capítulo nos valem da revisão bibliográfica, leis e relatórios do Ministério de Agricultura, Indústria e Comércio (MAIC) na Primeira República.

No capítulo seguinte, procuramos discorrer sobre o desenvolvimento da cidade de Bananeiras, a construção da ferrovia no contexto econômico das produções de café e algodão e a posterior ameaça de declínio decorrente da perda de espaço na produção nacional e das pragas que atingiam as plantações. Ao que tudo indica, foi na tentativa de sanar esses problemas que as oligarquias paraibanas, representados por Epitácio Pessoa, que ocupava a presidência do país e Solón de Lucena no estado, inseriram Bananeiras entre os estados escolhidos para a instalação de um patronato agrícola. Destacamos o papel da Sociedade Nacional de Agricultura (SNA) e do MAIC na fundação dessas instituições de ensino. Nesse capítulo, também trabalhamos as manifestações de poder exercidas pelos diretores, destacando o inquérito de apuração de desvio de verbas e abusos cometidos contra funcionários por parte do Diretor Francisco de Paula Porto. Consta nesse capítulo, ainda, a organização interna - espacial e administrativa - do Patronato, no contexto de sua instalação em Bananeiras. Nossa abordagem sobre a organização espacial do Patronato é a de que o isolamento e a predisposição predial favoreciam ao regime de vigilância e combate a ociosidade, métodos estimados nesse tipo de instituições.

No capítulo sobre a educação dos internos serão especificados os bens e serviços ofertados aos meninos, o ensino primário, o trabalho nas oficinas e no campo. Há também uma discussão sobre as funções atribuídas aos funcionários na aplicação do código disciplinar dentro da Instituição. Nele ainda consta a discussão sobre como a noção de menoridade punha em movimento a atuação da polícia e de outros órgãos públicos na garantia da internação do menor, levando-os ao afastamento de seus pais e ao isolamento do regime de Internato. Esse capítulo traz ainda a reação dos menores ao regime estabelecido, que se dava por meio de fugas coletivas, maus comportamentos e tentativas de suicídio.

No último capítulo, identificamos as práticas curriculares militaristas; o Escotismo e a Ginástica Sueca, como práticas educativas que pretendiam criar o sentimento de civismo e amor à pátria nos meninos internos. Após a transformação em Aprendizado Agrícola os esforços da

administração voltaram-se para as aulas de Instrução Militar e para a instalação de uma Escola de Tiro de Guerra. Também são apresentadas nesse capítulo, as celebrações cívicas promovidas, atentando para a relação entre sentimento nacional e a prática do poder. Por último, abordamos os cuidados médicos existentes no interior do Patronato como sendo relacionadas às ideias higienistas da época, quando essas preocupações aparecem como um tema passível de intervenção estatal.

2 AS INSTITUIÇÕES DE ASSISTÊNCIA E EDUCAÇÃO À INFÂNCIA POBRE NO BRASIL

2.1 CONSIDERAÇÕES SOBRE A HISTORIOGRAFIA DOS PATRONATOS AGRÍCOLAS

No que tange ao estudo dos patronatos agrícolas, identificamos que eles têm sido mais estudados na História da Educação nos últimos anos, apesar disso, até o momento, as pesquisas ainda carecem de mais dados sistematizados sobre a criação dessa rede de patronatos federais, que possam reunir o conjunto e resultado das recentes pesquisas efetuadas sobre os patronatos dispersos pelo país. Destacamos alguns desses trabalhos que nos auxiliaram na elaboração do texto de nossa dissertação: o artigo sobre o Patronato de Bananeiras de autoria de Lucilene Chaves de Aquino (2013), o estudo sobre o Patronato Agrícola de Anitápolis presente na dissertação de mestrado de Daniel Alves Boeira (2012), a dissertação de Marco Arlindo Amorim Melo Nery (2006) sobre o Patronato de Sergipe e o artigo de Gleice Oliveira e Genilton Rocha (2011) sobre o Patronato de Manoel Barata, no Pará.

Para estudar a história dos patronatos agrícolas enquanto política federal, que foi aplicada nacionalmente, os trabalhos que nos subsidiaram, principalmente, foram os de Milton Ramos Pires de Oliveira (2003) e o de Sônia Regina de Mendonça (2007). Tendo como referência esses estudos podemos dizer que as análises que versam sobre o ensino agrícola giram em torno de duas vertentes explicativas: a primeira remete à criação dos patronatos no contexto de necessidade de formação de mão de obra dos trabalhadores rurais, em decorrência da abolição do trabalho escravo e a segunda vertente trata os patronatos em seu caráter assistencialista e de amparo educacional, em um momento em que os problemas sociais ganharam visibilidade e investimento do Estado. Arrastando-se até a década de 1950, essas duas tendências envolveram as agências da sociedade política, sobretudo sob os auspícios dos Ministérios da Agricultura e da Educação.

No caso da abordagem de Mendonça (2007), a autora além de separar os estudos sobre o ensino agrícola nas duas vertentes mencionadas anteriormente, também faz críticas às formas como foram feitos os estudos anteriores sobre o ensino rural e a forma com a qual a historiografia abordou o tema.

(...) a escassa e pouco “historicizante” historiografia especializada parece desconhecer tanto sua importância, quanto sua relação com a divisão social do trabalho no desenvolvimento do capitalismo no país, referindo-se, quase sempre, ora a iniciativas extremamente contemporâneas no tocante à Educação Rural, ora à suposta existência de uma única e homogênea modalidade de Ensino Agrícola, cuja “origem” é, simplisticamente, atrelada ao movimento de 1930 e à criação do Ministério da Educação e Saúde (MES) em 1931. Da ótica prevalecente na produção especializada, este ramo de ensino parece ter nascido da “clarividência” de assessores dos novos grupos no poder – em particular vinculados ao Ministério de Capanema - encarregados de implantá-lo de modo a “resgatar” o homem do campo do arcaísmo a ele atribuído. (MENDONÇA, 2007, p. 244).

Tendo por referência o estudo de Mendonça (2007) procuramos ressaltar as relações entre as demandas de produtividade e as instituições rurais criadas no início do século XX, bem como apontar o papel do Ministério da Agricultura e Sociedade Nacional de Agricultura na criação dos Patronatos e Aprendizados Agrícolas.

A segunda vertente enfatiza a questão da delinquência juvenil e a relaciona ao nascimento da noção de minoridade, no limiar da república, que embasaria a aplicação da política de contenção dos menores e incorporação ao mundo da produção e pode ser observada no trabalho de Milton Ramos Pires de Oliveira. O autor escreveu o que tem sido considerado um dos últimos trabalhos mais importantes sobre o tema, intitulado *Formar cidadãos úteis: os patronatos agrícolas e a infância pobre na Primeira República (2003)*. Nele, o autor afirma que o Estado republicano efetuou transformações a respeito do ensino agrícola, porém não se pode afirmar que tais preocupações e concepções eram novas na sociedade brasileira. Para ele, as alterações acerca do discurso do ensino agrícola durante a Primeira República revelam o modo como as ciências agrárias, assim como outros campos do saber, buscavam legitimar-se na solução dos problemas da produção agropecuária. Seu estudo volta-se para a criação da rede dos patronatos federais, como parte dos investimentos direcionados para a reformulação da força de trabalho durante a Primeira República, afirma que o Estado republicano efetuou transformações com ênfase no ensino e trabalho agrícola, porém não se pode afirmar que tais preocupações e concepções eram novas na sociedade brasileira. Desde o século XIX, já havia um esforço das autoridades em fornecer uma educação voltada para o trabalho, aos meninos desvalidos, conforme os estudos realizados por Lima (2008) e Pinheiro (2001). Combinado a isso, as diversas alterações acerca do discurso do ensino agrícola durante a Primeira República, revelam o modo como as ciências agrárias, assim como outros campos do saber, buscavam legitimar-se na solução dos problemas da produção agropecuária e, em parceria com os médicos higienistas e sanitaristas, também no campo social.

Quanto à questão da infância desvalida, Oliveira (2003) aponta cinco formas de intervenção do poder público sob a infância pobre durante a primeira metade do século XX. A primeira intervenção estaria relacionada à atuação das ordens religiosas e o poder de influência da Igreja Católica, voltadas, principalmente para a educação feminina. A segunda, diz respeito a divisão social do trabalho direcionada a uma parcela da população, acompanhado de uma tendência a especialização. A terceira tendência investiga a presença de profissionais e saberes específicos que influenciaram na assistência à pobreza, a exemplo dos juristas, engenheiros e médicos que produziram representações sobre a infância, e que utilizavam as instituições do Estado como mecanismo de intervenção direta sobre a situação. Uma quarta tendência acentua e complementa a terceira, na medida em que investiga a articulação entre as iniciativas privada e estatal, na intervenção sobre a pobreza. Por último, uma quinta tendência aponta que parte das propostas de atendimento estava centrada no binômio trabalho- educação.

E, ainda, afirma o autor que a origem da precoce interferência estatal junto à agricultura é outro ponto importante, nos desdobramentos da política agrícola, que culminou na criação de aprendizados, patronatos e colônias agrícolas. Dentre as sociedades políticas gestadas nesse período destaca-se a Sociedade Nacional da Agricultura (SNA), sua origem relaciona-se a uma aliança estabelecida entre grandes proprietários rurais e sociedade política. Com isso, garantiria a efetivação das políticas agrícolas favoráveis às demandas formuladas pela SNA, dentre elas sua política de ensino profissional agrícola, baseada nas práticas de arregimentação de mão-de-obra, inseridas nas demandas da Educação, tida como veículo promotor da transformação do agricultor em exemplo de trabalhador nacional. Consolidou-se a visão de que se atribuía ao “arcaico” homem do campo a responsabilidade pelos problemas agrícolas, legitimando modalidades de intervenção pedagógica junto àquele, evitando sua fuga ao mercado. A atuação do MAIC no sentido de construir e fixar o trabalhador nacional criou as duas instituições: os Aprendizados Agrícolas (AAs) e os Patronatos Agrícolas (PAs), ambos responsáveis pela formação de trabalhadores aptos ao manejo de máquinas e técnicas modernas de cultivo. (MENDONÇA, 2007.).

Dito isso, podemos afirmar que nossa pesquisa se insere também no contexto de ampliação do número de trabalhos em História da educação dedicados aos estudos acerca dos estabelecimentos de ensino agrícola, estudar a História do ensino agrícola permite uma maior compreensão da natureza e dos dispositivos de conformação presentes no funcionamento das instituições escolares. A seguir, abordaremos o contexto histórico que levou ao surgimento de ações estatais voltadas às crianças pobres e o nascimento do ensino profissional e agrícola voltados para a propagação de métodos científicos no processo produtivo.

2.2 ENSINO PROFISSIONAL PARA CRIANÇAS DESVALIDAS

A institucionalização da educação corresponde a um processo histórico no qual passou a se organizar na forma de uma instituição escolar. De acordo com Saviani (2007), esse processo aconteceu de forma correlata ao processo de aprofundamento da divisão do trabalho, criando uma educação particular para aqueles que dispunham de tempo livre, contrapondo-se à educação da maioria que continuou a coincidir com o processo de trabalho. Na mesma linha de raciocínio, Magalhães (2004) afirma que a construção e desenvolvimento dos Estados nacionais encontraram pela escolarização, uma via de institucionalização do processo educativo e também uma nova forma de articulação entre o público e o privado. A distinção e rearticulação dessas esferas relacionam-se, segundo ele, à emergência da sociedade capitalista em diversos países.

Na Europa, onde se iniciou a Revolução Industrial a partir do fim do século XVIII, vários países voltaram-se para a organização do trabalho fabril e, conseqüentemente, emergiram as necessidades de qualificação de mão de obra, levando às primeiras experiências com o ensino profissional. Países como França e Inglaterra se anteciparam aos demais, constituindo-se como precursores nessa empreitada.

Dentre as primeiras ações elaboradas para fornecer educação às crianças pobres, podemos citar a criação de colégios internos para meninos órfãos e desvalidos, essas instituições geralmente forneciam o ensino de ofícios como meio de integração desses na sociedade. A ideia de fornecer ensino às crianças pobres associado ao trabalho remonta à França do século XVIII, momento de propagação das doutrinas utilitaristas⁸ e do fisiocratismo francês⁹, essas doutrinas defendiam a disciplina e trabalho, como elementos de regeneração dos males sociais provocados pela pobreza.

⁸ O utilitarismo foi uma doutrina filosófica nascida no século XVIII, na Inglaterra. Expressava o objetivo de modelar o comportamento das multidões inglesas permitindo a instauração de mecanismos de controle social. De acordo com essas doutrinas as ações dos indivíduos são avaliadas de acordo com o resultado alcançado, estabelecendo o reforço das ações de acordo com a sua utilidade. O principal organizador e compilador das ideias utilitaristas foi Jeremy Bentham, alguns autores chegam a afirmar que seu pensamento fundamentou a criação do ensino mutuo, método Lancaster (VILAR, 2013)

⁹ A partir de 1760, na França surgiram teorias que enfatizaram as vantagens do aprendizado profissional voltado para as crianças abandonadas e pobres. O fisiocratismo francês propôs que elas fossem preparadas para serem bons agricultores e bons soldados. Essas teorias conseguiram apoio e adesão das autoridades francesas da época, que passaram a oferecer incentivos para que famílias rurais criassem essas crianças (MARCÍLIO, 2006).

De acordo com Cimino (2013), líderes governantes na Revolução Francesa, já em 1795, ensaiavam a criação de um ensino especial para as classes operárias, após algumas iniciativas em 1830, inspiradas na instrução popular, o governo resolveu investir nas Escolas Públicas Intermediárias, criando, em cidades com mais de 6.000 habitantes, uma escola, cujo programa fosse elaborado conforme as exigências industriais, comerciais ou agrícolas de sua respectiva zona.

Na Inglaterra, desde 1799, vários incrementos possibilitaram novos rumos para a indústria no país, dentre elas a habilitação dos artífices ingleses. Assim, duas décadas mais tarde, em 1824, fundaram nas cidades mais industrializadas cursos e instituições denominadas Mechanics Institute.¹⁰ Esses Institutos ministravam às classes operárias uma instrução científica, para formar trabalhadores hábeis e conformados à disciplina dos estabelecimentos fabris. Muitos empresários forneciam doações para garantir o funcionamento e manutenção dos estabelecimentos (CIMINO, 2013).

Com relação ao ensino agrícola, em 1842 agricultores da cidade de Cirencester, no Reino Unido, reuniram-se com o objetivo de discutir sobre as vantagens de se criar um sistema educacional específico à agricultura. Através de um comitê de fazendeiros, conseguiram fundos para inaugurar em 1845 a primeira Faculdade de Agricultura do mundo Inglês¹¹, no mesmo ano, a instituição tornou-se pública, sob a responsabilidade do Governo Britânico.

No Brasil, enquanto as relações escravistas predominaram, o trabalho manual foi depreciado e os homens livres, sempre que podiam, se afastavam dele. Esse preconceito contra o trabalho manual, fruto de nossa herança colonial e escravista, acarretou uma dualidade histórica, representada por um lado, pelos filhos dos colonizadores que recebiam uma educação humanística e, por outro, pelos escravos que aprendiam os ofícios elementares através da própria prática do trabalho.

Como o trabalho manual era considerado uma atividade indigna, as atividades artesanais e manufatureiras, como a carpintaria, as construções, dentre outras, eram desempenhadas através do trabalho e aprendizagem compulsórios. Os ofícios passaram a ser ensinados aos jovens e às crianças que não tivessem opção, como aqueles advindos das rodas de expostos, crianças desvalidas e “delinquentes”.

¹⁰ Dos Institutos dos Mecânicos surgiu o Instituto de Londres, mais tarde University of Manchester Institute of Science and Technology. O estudo dessa Instituição foi realizado de forma mais aprofundada no trabalho de doutorado de Marli de Souza Saraiva Cimino (2013).

¹¹ A Royal Agricultural College existe até hoje, é uma instituição pública, seu campus se localiza na zona rural de Cirencester, e tem como seu presidente o Príncipe de Gales, de acordo com Cimino (2013).

Até o século XIX, a assistência fornecida a essas crianças pobres no Brasil esteve exclusivamente associada às Santas Casas de Misericórdias Católicas¹². O aprendizado dos ofícios não era realizado no espaço escolar, ocorrendo nos engenhos, nos colégios jesuítas, nas minas, nos arsenais de marinha e nas corporações de ofícios. Ainda em 1805, o governador da capitania paulista, Castro e Mendonça, apresentava à Coroa, a criação de uma roda e uma Casa de Expostos, mas acima de tudo, desvendava um objetivo maior e novo na assistência as crianças desvalidas, segundo Marcílio (2006), pois visava tornar essas crianças “úteis para si e para o Estado”.

No Rio de Janeiro, em 1809, foi criado o Colégio das Fábricas, também direcionado à aprendizagem manufatureira. Em 1820, foi criada a Academia de Belas-Artes, com espaço para artistas e artífices, responsáveis pelas ‘artes mecânicas’. No entanto, com o tempo a Academia foi priorizando a formação dos artistas, deixando para outras instituições a formação dos artífices. (OLIVEIRA; SALES, 2010).

Dentre elas, destaca-se a Casa Pia e Seminário São Joaquim, criada no início do século XIX em Salvador, onde eram ensinados ofícios manufatureiros aos órfãos. Essa instituição tinha projeto pedagógico e profissionalizante produto dos esforços do Irmão Joaquim, da terceira ordem dos franciscanos, para construir o Seminário, instruir na doutrina cristã, na aprendizagem fundamental e encaminhá-los para as casas de ofício depois para oficinas próprias criadas dentro das Casas Pias, comprovando a utilidade pública do orfanato (MARCÍLIO, 2006).

A partir da segunda metade do século XIX, o aumento crescente do número de crianças desvalidas que circulavam pelas ruas das maiores cidades do país, causava incômodo e preocupava as autoridades, a grande mudança que surgiu, nesse momento, foi a introdução da prática de ensino profissional para os meninos.

Em 1822, após a independência, gradualmente aumentaram os problemas da criança desamparada, que já vinham sendo fruto de preocupações em São Paulo desde o início daquele século. Segundo Cunha (2005), a mudança da sede do reino português para a Colônia, culminando com a Independência, inviabilizou as incipientes corporações de ofício, ao mesmo tempo em que foram assentadas as bases das novas instituições formadoras de artífices.

Nesse período, multiplicaram-se as iniciativas voltadas para a educação profissional, advindas do engajamento de entidades filantrópicas ou do Estado, como as Rodas, Casas de

¹² As Santas Casas de Misericórdia fizeram parte da assistência e atendimento às crianças órfãs, tuteladas pela Igreja Católica, que existiram no Brasil desde os tempos coloniais. Essas instituições administravam as rodas de expostos, construídas para o recolhimento de bebês abandonados a fim de evitar a prática do infanticídio e aborto.

Educandos e Artífices, Liceus de Artes e Ofícios e Escola Industrial. O discurso então enraizado na Europa e nos Estados Unidos, vinculando a educação e o trabalho à manutenção da ordem social foi adaptado para o contexto brasileiro, sendo o público alvo das escolas profissionalizantes os órfãos e pobres. (OLIVEIRA; SALES, 2010)

A criação desses estabelecimentos se ampliou após 1850, em decorrência da abolição do tráfico de escravos que “provocou nas elites o temor de passarem por carências no suprimento de mão-de-obra (doméstica e agrícola), mas vinha também do rastro, das duas grandes epidemias que assolaram o país, e que deixaram uma legião de crianças órfãs e desamparadas: a da febre amarela (1849) e a do cólera (1855).” (MARCÍLIO, 2006, p.193)

Esse problema social cresceu muito, principalmente, após a outorga da Lei do Ventre Livre, em 1871, que recomendava que o Estado teria obrigações de recolher e criar o filho da escrava, em caso de entrega ou abandono pelo senhor. A partir dessa época os produtores agrícolas perceberam que teriam que remunerar o trabalhador e passaram a buscar alternativas, como a de equipar suas fazendas com maquinários, objetivando diminuir os custos da produção.

No que diz respeito ao ensino agrícola, destacam-se as iniciativas de D João VI, com a criação de Institutos Imperiais de Agricultura e em cada província, um instituto agrícola como colônia orfanológica de escola primária, agrícola e profissional, com verbas subvencionadas pelos cofres provinciais.

A visão das escolas profissionalizantes como espaços de assistência social é bastante recorrente na historiografia da educação brasileira. A filantropia e a caridade coexistiram com as iniciativas do Estado de contenção da pobreza, ambas imbuídas do interesse em conter e assistir aos pobres e dessa forma, evitar o agravamento dos problemas sociais. Àqueles a quem não chegava a “ajuda” eram então, considerados vagabundos ou criminosos.

Com o aumento da pobreza, o Estado passou a orientar aqueles que se situavam em condições de abandono no sentido de transformar-lhes em produtivos para a sociedade (GROPPO, 2000). Sabendo disto, não é de se espantar a proliferação das instituições de assistência aos pobres, que possuíam o enfoque no ensino profissional para as classes menos favorecidas, fosse a principal inspiração para as substituições que foram criadas no período imperial.

Para Cunha (2005), a formação compulsória da força de trabalho se ampliou com a criação das Casas de Educandos Artífices, instaladas em dez províncias, entre 1840 e 1865. Essas instituições adotaram como modelo a aprendizagem de ofícios em uso no âmbito militar, caracterizando-se pela hierarquia e pela disciplina. O Asilo de Meninos Desvalidos criado no Rio de Janeiro em 1875, foi um dos mais importantes estabelecimentos desse tipo.

Alguns estudos apontam os esforços das autoridades no século XIX em dar um direcionamento à educação dos meninos desvalidos na época. Em trabalho desenvolvido sobre a assistência à infância desvalida em Pernambuco no século XIX, Vera Lucia Braga de Moura, demonstra o curto período de infância vivenciado por essas crianças, que eram inseridas desde cedo no mundo do trabalho, como aprendizes em fábricas, oficinas, instituições públicas, trabalhos domésticos, como caixeiros, etc. (MOURA, 2003).

Apesar de o Estado passar a assistir à infância pobre, percebemos que o interesse maior estava na construção do indivíduo que trabalha e, que preservasse a ordem social vigente, do que o direito ao livre exercício da infância. Isso pode ser atestado em vários estudos sobre as instituições destinadas à criança desvalida.

Ainda sobre a província de Pernambuco, chama-se atenção para o trabalho ligado a agricultura desenvolvido na Colônia Orfanológica Santa Isabel, estabelecimento onde os meninos eram mais vigiados, porém o tipo de atividade no campo os levava a maior dispersão, oferecendo indícios de que os meninos procuravam reinventar seu cotidiano (MOURA, 2003), a Colônia Orfanológica Santa Isabel foi fundada pelo Barão de Lucena, presidente da província de Pernambuco. As escolas agrícolas que se formaram posteriormente, tem como referência essa instituição de ensino.¹³

Na província da Parahyba do Norte também foram criadas instituições de assistência à infância pobre, dentre elas podemos destacar o estudo de Guaraciane Mendonça de Lima (2008) sobre o Colégio de Educandos e Artífices entre as décadas de 1865 a 1874, no contexto de crise econômica e social das províncias do Império. Após o ato da Independência, eclodiram revoltas nas províncias, confirmando a necessidade de se criar instrumento eficazes para promover a ordem pública. Segundo Lima (2008), na segunda metade do século XIX cresceu na Parahyba do Norte, o número de famílias pobres devido aos problemas vivenciados no setor agroexportador. As crianças passaram a viver nas ruas, mendigando e praticando roubos. A crise também levou os gestores a tentarem construir mecanismos para uma nova concepção de trabalho braçal. Os trabalhos manuais necessitavam de conhecimentos técnicos, como o de sapateiro, ferreiro, carpinteiro, etc. Diante da situação da criança paraibana, o presidente da província Tenente Coronel Henrique Beaurepaire Rohan, em 1858, chegou até mesmo a propor a criação de uma escola de Agricultura Teoria e Prática, para atender as crianças pobres da

¹³ Apesar de servir como referência para as instituições que surgiram posteriormente, a Colônia Orfanológica Santa Isabel não foi uma escola agrícola, adicionou a prática de agricultura para os internos para adequar-se aos planos da elite açucareira. Planejavam formar uma mão de obra emergencial para o mercado açucareiro, que estava se modernizando (MOURA, 2003).

Parahyba. (LIMA, 2008). Além disso, escolas diversas de caráter profissionalizante já vinham sendo criadas em todo o Império desde 1840. A Escola de Aprendizes e Artífices da Parahyba confeccionava o próprio material utilizado na instituição e passava constantemente por dificuldades financeiras semelhantes a outras instituições congêneres do período, demonstrando que as verbas para o funcionamento do lugar não eram suficientes para atender o número de crianças pobres que vagavam nas ruas, na época.

2.3 ENSINO AGRÍCOLA

No que diz respeito ao ensino agrícola o período imperial foi marcado pela criação de instituições voltadas para o ensino da principal atividade econômica do país. Nesse momento utilizamos o suporte historiográfico presente no estudo de Antônio Carlos Ferreira Pinheiro (2001) sobre o ensino rural na Paraíba, o estudo sobre a Escola Agrícola de Barbacena, da autora Marli de Souza Saraiva Cimino e também o relatório do Ministério da Agricultura Indústria e Comércio do ano de 1911. Segundo Cimino (2013), em 1861, o governo imperial criou o Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas (MACOP), para atender aos interesses do setor da economia agrícola, caracterizado pelas ciências agrícolas. Essa atitude foi a mola propulsora para a criação dos Imperiais Institutos de Agricultura que propiciaram um maior controle por parte do Estado com relação a sua principal atividade econômica.

No que tange ao ensino rural na Paraíba, a partir da primeira metade do século XIX, Pinheiro (2001) identifica a presença de muitos intelectuais e gestores da instrução pública paraibana que defendiam a introdução de conteúdos agropastoris no ensino. Falava-se na necessidade de criação de escolas práticas, voltadas ao estudo de culturas agrícolas associado a instrução da moralidade como critério de seleção de empregados.

Essas ideias vinculavam-se ao contexto histórico do século XIX, período de transformações que influenciaram a valorização dos cursos de agronomia. Em 1861, através da repartição de negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, foi registrada a criação de quatro associações rurais, localizadas na Bahia, Sergipe, Pernambuco e Rio de Janeiro. O objetivo era elaborar projetos para a criação de escolas normais de agricultura.

Já no ano de 1872 foi estabelecido por decreto, que no Liceu da Bahia seria estabelecido o ensino de botânica e zoologia nas aplicações gerais de agricultura. Em 1876, inaugura-se a Escola Agrícola de São Bento das Lages, fundada pelo Instituto Baiano de Agricultura, oferecendo os Cursos Elementar e Superior. No ano seguinte, em 1877, foi criada

a Escola Agrícola da Bahia, na cidade de São Francisco do Conde. No mesmo ano de 1877, houve a autorização legislativa para a conversão do Asilo dos Órfãos de São Joaquim, da capital, em uma Colônia Orfanológica Industrial e Agrícola. (CIMINO, 2013).

Além dessas medidas voltadas para a educação agrícola, em 1880 destaca-se a criação da Companhia Zootécnica e Agrícola do Brasil. Dentre os objetivos do órgão, destacava-se a tentativa de resolver os problemas relacionados à agricultura, criando estabelecimentos de aprendizado agrícola e zootécnico, a ideia era expandir o ensino e a instrução aos meninos pobres, através dos ofícios agrícolas.

Em janeiro de 1897, nesse mesmo ministério, foi criada a Sociedade Nacional de Agricultura (SNA), com o objetivo específico de tratar dos problemas agrícolas brasileiros e cobrar do governo iniciativas que respondessem aos interesses desse setor.

A Sociedade Nacional de Agricultura desde o ano de sua criação, em 1897, era formada em sua maioria, por proprietários rurais do Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e do Nordeste. Inspiradas nas cooperativas rurais organizadas por pequenos produtores, as quais tiveram seu apogeu na Europa entre 1890-1910, foram consideradas em muitos países a solução para organizar os interesses agrícolas. (MENDONÇA, 1998)

A SNA ganhou espaço junto à sociedade e fazendeiros e, com isso, promoveu o I Congresso Nacional de Agricultura em 1901. A SNA estabeleceu a criação, por intermédio do governo republicano, de um órgão que mantivesse um canal direto com as articulações políticas e questões agrárias junto às políticas do governo. Com o objetivo de tomar para si as responsabilidades e as rédeas do ensino agrícola, propôs ao governo um projeto de lei que criava o Ministério da Agricultura Indústria e Comércio (MAIC).

Após a inauguração do MAIC, em 1906, foi implantada no âmbito do Ministério, o Serviço do Ensino Agrônômico, concebido a partir do sofisticado modelo do Ministério da Agricultura norte-americano. Em sua avaliação, Pedro Toledo afirma que os velhos produtores do continente europeu e a nova nação americana, promoveram especialização da produção, reduziram o preço da mão de obra, reformulando os métodos culturais para aumentar a produção. Enquanto isso, o Brasil perdia sua posição privilegiada, primeiro, com relação ao açúcar, depois, deparando-se com o número crescente de competidores com relação ao seu principal produto de interesse no período, o café, mas também com relação a outros produtos como o fumo, algodão e borracha.

A ideia era de agregar a população rural que vivia isolada, levando até elas congressos, conferências destinadas para grandes, médios e pequenos produtores. Em torno da Sociedade Nacional de Agricultura congregavam-se as oligarquias e os representantes dos setores

secundários da agricultura brasileira, os quais por meio do associativismo procuravam organizar a agricultura nacional e após 1913 gerir seus interesses em torno do Ministério da Agricultura.

Ao analisarmos o relatório do ministro Pedro Toledo, do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio, no ano de 1911, percebemos a exaltação as chamadas “predisposições espontâneas do Brasil” para a agricultura, acompanhada, ao mesmo tempo de uma preocupação com a esterilidade dos antigos processos de cultivo do solo, o que garantiu aos concorrentes maior lucro apoiados no que ele chama de maior organização científica e superioridade dos seus métodos de trabalho. (BRASIL, 1910- 1911).

A rápida progressão da riqueza agrícola norte-americana, que despontava no mercado internacional era tida como inspiração e referência para a recente república brasileira. Nesse sentido, tentava-se perceber na experiência de outros países, a criação de serviços de assistência agrícola, economia rural, distribuição de plantas e sementes e a criação de leis de ensino agrônômico, um exemplo para que se pudesse desenvolver no país semelhantes instituições de fomento agrícola.

Ao ensino agrônômico foi destinado o papel de “mola propulsora” da “modernização” agrícola, criado semelhante aos modelos de legislação estrangeira, em princípios gerais (BRASIL, 1910). Ele era formado pelas seguintes divisões: Ensino superior; Ensino médio ou teórico-prático; Ensino prático; Aprendizados agrícolas; Ensino primário agrícola; Escolas especiais de agricultura; Escolas domésticas agrícolas; Cursos ambulantes; Cursos conexos com o ensino agrícola; Consultas agrícolas; Conferências agrícolas.

Ainda segundo o Decreto 8.319, de 1910, o ensino agrícola seria ministrado em estabelecimentos adaptados dispendo de serviços e instalações complementares, estações experimentais; campos de experiência e demonstração; fazendas experimentais; estação de ensaio de máquinas agrícolas; postos zootécnicos; postos meteorológicos.

No ano de 1911 foi criado o novo estabelecimento de ensino, a Escola Agrícola da Bahia, no município de Vila de São Francisco, em seguida, foram criadas três escolas médias e teórico práticas de agricultura instituídas pelo mesmo regulamento e um Aprendizado Agrícola anexo à referida escola. Esse aprendizado era constituído de alunos da antiga “Colônia Educadora, no mesmo município. Em maio do mesmo ano, criou-se um posto zootécnico em Ribeirão Preto/SP; uma estação experimental para cana de açúcar no município de Escada, em Pernambuco; um campo de demonstração em Macayba, Rio Grande do Norte e outro no município de Espírito Santo, na Parayba. Somada a essas medidas iniciais, as autoridades já começavam a instalar aprendizados agrícolas, criando em agosto daquele ano, um aprendizado

no município de Tubarão, em Santa Catarina, no mesmo mês, um campo de demonstração no município de Lavras em Minas Gerais, um aprendizado agrícola em Satuba, em Alagoas, e outro no estado do Pará. (BRASIL, 1910-1911)

Nos anos anteriores, já tinham sido criados, por decreto, diversas instituições de ensino agrônômico: o Aprendizado Agrícola em São Luiz de Missões, no Rio Grande do Sul, de São Simão, em São Paulo, uma Estação Experimental para cana de açúcar, em Campos no Rio de Janeiro e Escola de Agricultura, anexa ao posto zootécnico federal, posteriormente transformada em Escola Superior de Agricultura e Medicina Veterinária. (BRASIL, 1910-1911).

Percorremos brevemente as ideias presentes nas instituições de assistência e de ensino profissional, para apreender a formação do aparato burocrático do Estado engajado na criação de diversos estabelecimentos agrícolas e idealizadores de um novo tipo de paternalismo estatal, no capítulo seguinte veremos o contexto de instalação do Patronato Agrícola de Bananeiras, como parte dessa política de criação de instituições voltadas ao ensino prático de agricultura.

3 O PATRONATO AGRÍCOLA: IMPLANTAÇÃO E ORGANIZAÇÃO NO CONTEXTO DE CRISE DAS OLIGARQUIAS PARAIBANAS

3.1 DO ALGODÃO AO CAFÉ: DESENVOLVIMENTO DA CIDADE E AS FERROVIAS NO ALVORECER DA REPÚBLICA

Cidade histórica do brejo paraibano, Bananeiras foi berço de personagens importantes da política oligárquica paraibana, a exemplo do Barão de Araruna¹⁴, patriarca da oligarquia dos Rocha, formada por pessoas influentes e proprietários de terras da região e de Sólon de Lucena que presidiu a Paraíba em 1923. Bananeiras viveu seu período áureo de prosperidade econômica na segunda metade do século XIX e se destacou nas tentativas de conter as crises que advieram no início do XX pelas medidas de fomento agrícola e racionalização da produção.

Localizada num vale fértil, a atividade agrícola se constituiu desde cedo na principal atividade econômica do lugar. Além disso, desde os primórdios, o brejo se constituiu em um abastecedor de alimentos, como o milho, farinha de mandioca e rapadura para o sertão da Paraíba e do Rio Grande do Norte (MOREIRA, 2003).

Dentre os vários produtos agrícolas cultivados, foi o algodão que se destacou organização e expansão do espaço agrário brejeiro mantendo a hegemonia até a década de 1860, quando o retorno dos EUA ao mercado internacional após a Guerra da Secessão levou ao declínio dessa atividade produtiva. No entanto, a acumulação empreendida durante a *febre do algodão* permitiu o desenvolvimento da atividade canavieira, garantindo o poder político e econômico dos senhores de engenho da região.

O êxito produtivo criou uma pequena elite, formada a partir dos primeiros colonizadores, os quais, por sua vez, obtiveram sucesso em sua política de clientelismo e patronagem, típicos da política oligárquica, conseguindo desenvolver a produção nos engenhos, seguidos do café e sisal, enquanto as áreas deixadas pelas antigas culturas eram usadas pela agricultura de subsistência (CAVALCANTI, 1984).

Na segunda metade do século XIX, a elevação dos impostos cobrados à rapadura, a concorrência com o sertão e as doenças que atingiram os canaviais acarretaram no rompimento

¹⁴ Estevão José da Rocha nasceu em Pedra Lavrada e era coronel da guarda Nacional e grande proprietário de terras da região de Araruna, fixou sua principal residência em Bananeiras onde possuía grandes áreas cultivadas com café, ficou conhecido como Barão de Araruna após a concessão do título nobiliárquico concedido pelo imperador D Pedro I a ele, devido a sua grande influência política no agreste paraibano.

com a cultura de cana e na introdução de uma nova cultura bastante procurada no mercado internacional: o café. (MOREIRA; TARGINO, 1996).

Foi o café trazido de Mamanguape que deu início ao florescimento econômico da cidade de Bananeiras. O cultivo do café se adaptou bem ao solo da região, extremamente favorável ao seu desenvolvimento. De acordo com Celso Mariz (1939) Bananeiras, Alagoa Nova, Serraria e Areia chegaram a cultivar um total de seis milhões de cafezais na época.

As terras férteis garantiram a prosperidade do plantio e o nascimento de uma “idade do ouro” no Brejo e em Bananeiras, abrindo espaço para fazendas com casas-grandes e pátios de secagem. Depois do café, o plantio de cana e de fumo, na vila de Moreno, atual Solânea, garantiu a permanência da oligarquia rural. (LUCENA, 2003).

Aproveitando-se do período de prosperidade econômica, a cidade de Bananeiras recebeu agências e sedes de empresas típicas de um cenário urbano. Podemos destacar a iniciativa do governo imperial em dotar Bananeiras de um prédio dos Correios e telégrafos a partir de 1835, posteriormente, o desenvolvimento da cidade levou a organização da Companhia Tipográfica Bananeirense, em 1898, a qual editava jornais e panfletos políticos e literários, responsáveis por dar vida aos debates entre os habitantes da cidade. No início do século XX, em 1908, Bananeiras já contava com um sistema de telefones ligando a sede do município à vila de Moreno e às fazendas Jardim, Cordeiro, Gamela, Muquen, Roma, Pilões, Genipapo e Canafístula, pertencentes as principais famílias proprietárias da região.

Nessa época, Bananeiras já se destacava pelo florescimento da cultura, educação e política no brejo, afirmam os memorialistas¹⁵, atraindo filhos e filhas das diversas famílias oligárquicas para suas escolas e clubes sociais. Na passagem do século instalaram-se organismos de imprensa escrita e falada, clubes literários e sociais, bibliotecas, jornais, dentre os quais destacam-se a Sociedade Literária Primeiro de Maio, criada e presidida pelo padre Abdias Xavier em 1897, onde se reuniam grupos de intelectuais para discutirem questões literárias e práticas do jornal falado, também o Clube Charadista Barbirum, e a partir de 1906, o Clube Lítero-Cívico-Recreativo e Musical 8 de Dezembro, no mesmo local onde funcionava uma biblioteca e uma banda de música. (SILVA, 2007)

O florescimento cultural foi intenso nos primeiros decênios do século XX, mas nada comparado ao principal projeto da época, a construção da ferrovia. A Companhia envolvida na construção da estrada de ferro foi a *The Conde D’Eu Railway Company*, estendida à Paraíba,

¹⁵ Utilizamos como referência para essas afirmações as obras *Bananeiras: apanhados Históricos* (2007), *Bananeiras, sua história, seus valores* (1997), ambas de Manoel Luiz da Silva e *Nas veredas de um Andarilho* (2003) de Iveraldo Lucena.

por iniciativa do ministro do Império, Diogo Velho. Bananeiras naquela época era um dos maiores produtores de café da região, produzindo um milhão de sacas por ano, competindo em qualidade e aceitação com o café oriundo de São Paulo. No entanto, na cidade de Bananeiras o transporte continuava precário, o que impedia a vazão do produto em demanda nacional. A espera para inauguração do trem, na serra no entorno de Bananeiras, em 1913, mantinha lento o transporte, porém depois de inaugurado e expandido até a cidade, a *Estrada de Ferro Great Western (Great Western Railway)*, organizada com capitais ingleses, passou a ser de fundamental importância para o transporte de mercadorias e bens necessários ao abastecimento do comércio.

A edificação da estação foi concluída em 1922, no entanto só em 1925 foi inaugurada a Estação Ferroviária de Bananeiras pela *Great Western*. A estrada na época se chamava E. F. Independência ao Picuhy, e deveria ligar a estação da cidade de Independência (hoje Guarabira), saindo pela estação de Itamataí, na linha Norte da *Great Western*, à localidade de Picuhy. Foram 15 anos para construção de 35km, para isso foi necessária a construção de um túnel de 202m para que o trem que vinha de Camucá, atual município de Borborema, chegasse a Bananeiras (MELLO, 2002). A expansão ferroviária da *Great Western* alcançou várias cidades, começando por Itabaiana e Alagoa Grande, via Mulungu, alcançadas em 1901. De Itabaiana, a via férrea atravessou Mogeiro e Ingá e chegou a Campina Grande em 1907. A estação de trem só foi expandida para a cidade de Bananeiras no segundo decênio do século XX, quando a economia cafeeira já havia entrado em declínio em decorrência da praga do bicudo (*Cerococus paraibensis*) que contaminou as plantações no ano de 1923.

Tais transformações influíram no processo de crescimento urbano e econômico da cidade, a combinação entre a chegada do trem e do telégrafo foi fundamental para a economia da região. As sociedades que não tinham ferrovias declinaram enquanto as cidades que dispunham das condições de pontas de trilho ou entroncamento ferroviário desenvolviam-se extraordinariamente.

Tais serviços redimensionaram hábitos e costumes, tornando-os mais urbanos, a estação ferroviária possibilitou maior movimento de pessoas e mercadorias, reprodução das relações capitalistas em seu cotidiano, promoveu o surgimento de novas relações sociais, através do comércio e do aumento de moradias próximas ao entroncamento dos trilhos, essas novas formas de trabalhar e de morar demonstravam um centro comercial em ascensão.

Além disso, a chegada de maior infraestrutura e do trem transformou o modo de encarar o tempo, se antes o tempo era marcado pelo ritmo dos carros de boi e outras formas de transportes, agora as atividades comerciais e cotidianas eram impingidas num ritmo mais

acelerado pela maior facilidade de estabelecer contatos com outras regiões e de entrada de produtos para abastecer os comerciantes locais. Durante o funcionamento do Patronato, vários produtos, desde fardamentos até materiais de fins administrativos eram trazidos pela companhia ferroviária estabelecida.

A combinação entre a chegada do trem e a ascensão econômica foi fundamental para as mudanças que se seguiram, o contexto econômico e produtivo favorável para os agricultores do brejo gerou novas demandas relacionadas a melhorias de suas lavouras, fato que só poderia ser realizado com o apoio do Estado.

Na foto a seguir podemos ver a estação ferroviária de Bananeiras, em 1922, em período de intercâmbio de pessoas e mercadorias entre as cidades.

Figura 1 - Estação ferroviária de Bananeiras, 1922



Fonte: PAULINO, 2007, p. 37.

Dentre o conjunto de obras que alteraram o cenário urbano da região, destacam-se a combinação entre expansão da rede ferroviária e economia cafeeira. O historiador José Octavio de Arruda Mello (2002), assim descreve esse período histórico:

Por seu turno, Bananeiras, consorciando café e ferrovias, encheu-se de praças casas, casarões, patronato agrícola e obras de drenagem de seu riacho, além de revistas e jornais. Sua elite intelectual era uma das melhores do estado (MELLO, 2002, p.162).

Ao tempo da criação do patronato de Bananeiras em 1920, o período áureo do café chegava ao fim, assolado por pragas agrícolas. Os produtores, tendo por única saída voltar a

plantar cana e algodão, pediram auxílio aos poderes públicos, aproveitando o momento de expansão da infraestrutura, à exemplo da rede ferroviária, obras de drenagem e a citada construção do Patronato Agrícola, procuravam a partir desse contexto de ampliação dos serviços de Estado, no caso particular de criação do Patronato, fornecer-lhe a tarefa de promover a aprendizagem de técnicas agrícolas e combate às pragas, bem como suprir as lacunas de uma mão de obra não habilitada.

3.2 CONSTRUÇÃO DO PATRONATO AGRÍCOLA

Aproveitando o período de prosperidade e da boa localização no cenário nacional dos quadros políticos paraibanos provenientes dos segmentos oligárquicos, as primeiras décadas da república na Paraíba foram marcadas por várias iniciativas econômicas que visavam melhorias na produção agropecuária.

Celso Mariz (1939) alerta para o fato do serviço de agricultura no estado, em seus primeiros passos, ter sido marcado pelo amadorismo, tendo como primeiro agrônomo a exercer ensinamentos na região, um português de nome Afonso Cristino, o qual não detinha conhecimento da técnica das culturas tropicais que permitiriam os melhoramentos da agricultura do estado.

No entanto, sentindo as influências do que acontecia no contexto nacional, marcado pela implementação de uma nova política agrária - encabeçada pela Sociedade Nacional de Agricultura e pelo recém-criado Ministério da Agricultura- na Paraíba começou a se delinear uma tendência de fomento dos institutos de pesquisa em agricultura, os quais visavam atender questões pontuais da política agrícola do estado.

O principal articulador dessa nova tendência foi João Manoel Pereira Pacheco¹⁶, médico e orador republicano, passou a centrar esforços na vanguarda contra as velhas praxes da agricultura. Inicialmente trabalhou numa pequena propriedade em Bananeiras, depois na

¹⁶ João Manoel Pereira Pacheco foi um médico e orador cearense, natural de Aracati, nascido em 22 de janeiro de 1852. Republicano exaltado, sua trajetória política se desenvolveu na Paraíba, ao lado de Silva Jardim e Maciel Pinheiro. Foi ainda, professor do Colégio Pio X e jornalista. Exerceu a chefia da seção da Agricultura, anexa à Secretaria do Estado e Diretoria das Obras Públicas, no Governo de João Machado. Faleceu a 22 de outubro de 1910. Disponível em: http://www.ihgp.net/socios_fundadores.htm

Capital, onde orientou a Seção de Agricultura, anexa à Secretaria do Estado, criada para desenvolver políticas de fomento agrícola.

As iniciativas continuaram, dessa forma, em 1911, a Paraíba passou a ser sede do Distrito Agrícola federal, e fundou em 1911, durante o governo de João Machado (1908-1912)¹⁷, o primeiro Centro Agrícola de Mamanguape e o Centro de Demonstração de Sementes em Espírito Santo. (MARIZ, 1939).

Em 1916, o governo estadual ofereceu subvenções à Sociedade de Agricultura da Paraíba, para o desenvolvimento de várias atividades, incluindo distribuição de sementes, vacinas para o gado e vendas de implementos agrícolas a preço baixo. É também dessa época, à semelhança do que também acontecia com o café, o ataque dos algodoais por pragas no Brejo, o que motivou a presença de técnicos norte-americanos. As recomendações desses técnicos e a participação em Conferência realizada no Rio de Janeiro, motivou a criação do Serviço de Defesa do Algodão, durante a administração de Camilo de Holanda (1916-1920).¹⁸

Camilo de Holanda efetivou vários esforços visando melhoramentos agrícolas. Em seu mandato foi criado o Serviço de Defesa contra a praga da Lagarta Rosada e foi o primeiro governante do estado a adquirir máquinas, arados, sulcadores, pulverizadores, seringas para a venda aos agricultores menos abastados (MARIZ, 1939).

O surto algodoeiro dos anos 1920 gerou fortunas e um surto de desenvolvimento na Paraíba, com o apoio de Eptácio Pessoa vários empreendimentos foram distribuídos para além do semiárido, atingindo todo o estado. O historiador José Octavio de Arruda Mello comenta sobre os empreendimentos realizados nessa época.

Envolveram rodovias e ferrovias, pontes, quarteis, abastecimento d'água e eletrificação, comunicações postais e telegráficas, edifícios públicos,

¹⁷ João Machado, médico sanitarista, presidiu a Paraíba entre os anos de 1908 e 1912, seu governo foi marcado pelas primeiras implementações de estímulo ao crescimento urbano, progresso e modernização. Além da criação do centro agrícola de Mamanguape e do centro de demonstração de sementes do Espírito Santo, durante seu governo foi trazido o abastecimento d'água à capital, com pretensões a dotar os espaços públicos de aspecto limpo, iluminação e alinhamento das ruas das cidades. Disponível em <http://sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe3/Documentos/Coord/Eixo4/490.pdf>. Acesso em 12 out. 2014.

¹⁸ Camilo de Holanda governou o estado de 1916 a 1920, favorecido pelas arrecadações algodoeiras do final da guerra, entre seu governo e de seu sucessor Sólton de Lucena (1920-1924) ocorreu o apogeu das obras contra as secas, favorecida na Paraíba pela oligarquia epítacista, entre os anos 1919 e 1922, no período em que Eptácio Pessoa exerceu a presidência da República. As obras contra as secas asseguraram, inicialmente, um conhecimento sistemático e científico da realidade nordestina. Em torno delas foi mobilizado todo um corpo técnico científico, que contribuiu com monografias e relatórios preparados por especialistas, sobretudo estrangeiros, em solos de serras e montanhas, lençóis d'água, regime de chuvas, cartografia, minérios, bacias hidrográficas, etc. Seu governo também ficou conhecido por uma pequena revolução urbanística que alterou o cenário urbano da capital do estado. Disponível em <http://dspace.bc.uepb.edu.br:8080/jspui/bitstream/123456789/2905/1/PDF%20-%20M%C3%B4nica%20Sandra%20Soares%20Seabra.pdf>> Acesso em 24 de set. 2013

hospitais, escolas e patronatos, estações experimentais, drenagem de rios, campos de aviação, etc. A Paraíba se tornou uma das unidades de maior concentração de recursos para essas realizações, o que motivou protestos nos estados vizinhos. (MELLO, 2002, p.164)

A presença de engenheiros, técnicos, motoristas, trabalhadores especializados, guarda-freios e médicos; de equipamentos como automóvel, caminhões e locomotivas e de serviços como cinema, restaurantes, biblioteca e luz elétrica, formaram um novo quadro social e cultural que favoreceu as transformações. Também dessa época, o surgimento dos cassacos, categorias de trabalhadores rurais apressadamente transformados em operários para trabalharem nos novos serviços urbanos (MELLO, 2002).

Foi nesse contexto de intensificação de diversas construções que foi trazido para Bananeiras, o Patronato Agrícola. Foi na gestão do então presidente da República Epitácio Pessoa e na presidência da Paraíba Sólton de Lucena que dotou o município do empreendimento de construção dessa Instituição. Essa iniciativa visava atendimento às crianças desamparadas, que vagavam na capital do estado e os filhos de agricultores pobres de Bananeiras e municípios circunvizinhos, com isso esperava-se criar uma mão de obra dotada de ensinamentos técnicos e aproveitar os serviços dos funcionários e do pessoal técnico e administrativo existente naquele estabelecimento, no combate e controle das pragas que atingiam as fazendas desta região bem como trabalhar em prol de melhorias do conjunto da produção agrícola.

Os objetivos que fundamentavam a criação do Patronato de Bananeiras eram consonantes com o contexto social do país. No plano nacional, as primeiras décadas do século XX foram marcadas pela tentativa de adequação das classes dominantes às transformações socioeconômicas que estavam em andamento. Depois da libertação dos escravos, as classes possuidoras não mais poderiam garantir o suprimento da força de trabalho necessária a seus empreendimentos, e tiveram que propor medidas que obrigassem o indivíduo ao trabalho. Diversas atuações voltadas ao controle social foram implementadas, e os patronatos agrícolas se apresentaram como alternativa para diminuir a defasagem técnica do meio agrícola, implantando e disseminando o ensino agrícola no meio rural.

O ensino prático agrícola e a criação de agências como os patronatos agrícolas serviam como paliativo para o remanejamento da pobreza dos centros urbanos da Primeira República. A iniciativa partiu do MAIC, por meio do Serviço de Povoamento e das demandas pela criação de patronatos em todo país. A SNA manteve relações com a administração da instituição desde sua inauguração, congratulando-se pela sua existência. (ANEXO A)

No quadro abaixo, observamos os patronatos criados nos estados do Rio Grande do Sul, São Paulo, Minas Gerais, Bahia, Pernambuco, Paraíba do Norte e Pará com respectivas informações sobre as povoações próximas, estações ferroviárias e quadro de funcionários.

Quadro 1 - Fundação dos Patronatos Agrícolas

Patronatos Agrícolas	Visconde da Graça	José Bonifácio	Visconde de Mauá	Venceslau Braz	Arthur Bernardes	Rio Branco	João Coimbra	Barão de Lucena	Vidal de Negreiros	Manoel Barata
Estado	R. G. do Sul	São Paulo	Minas Gerais	Minas Gerais	Minas Gerais	Baía	Pernambuco	Pernambuco	Paraíba	Pará
Município	Pelotas	Jaboticabal	Ouro Fino	Caxambú	Viçosa	S. Amaro	Tamandaré	Jaboatão	Bananeiras	Belém
Estradas de ferro	-----	Paulista	R.V. Mineira	R.V. Mineira	Leopoldina	Centro-Oeste	G. Western	G. Western	G. Western	Bragança (Ramal de Pinheiro)
Lugares ou povoação mais próxima	Pelotas	Jaboticabal	Ouro Fino	Caxambú	Sylvestre	Santo Amaro	Tamandaré	Socorro	Borborema	Vila de Pinheiro
Distância da estação à sede	5 km.	2,7 km.	8 km.	1.500 m.	1 km.	6 km.	18 km.	400m.	15 km.	8 km.
Tempo gasto no percurso entre a estrada e a sede	30' de carro	20'	12'	15'	3'	20'	3 h. de mont.	10' a pé	1 e 1/2h. mont.	De auto 10', de lanchar 30'
Cartas postaes	Pelotas	Jaboticabal	Ouro Fino	Caxambú	Viçosa	S. Amaro	Barreiros	Jaboatão	Bananeiras	Vila do Pinheiro
Cartas telegráficas	Pelotas	Jaboticabal	Ouro Fino	Caxambú	Viçosa	S. Amaro	Rio Formoso	Jaboatão	Bananeiras	Belém
Totais das terras	200 hectares	200 hectares	100 hectares	281.748m ²	288 hect.	6607,40 m ²	3240,00 m ²	31 hect.	285 hect.	30 hect.
Altura da sede sobre o nível do mar	12m.	575 m.	800m.	900m.	533 m.	8. 510 m	Beira-Mar	50m	580 m.	5 a 6 m.
Temperatura média anual da sede	18°	24°	20°	18° ao 20°	17°, 4	26°	24°	25°	23°	27° à sombra
População (número de educandos)	130	250	150	100	150	150	150	100	150	150
Data de criação	15102, 9-11-21	15150, 1-12-21	12893, 28-2-18	13070,15-6-18	17139, 16-12-25	16082, 26-6-23	16105, 21-7-23	14275, 28-7-20	14118, 27-3-20	15149, 1-12-21
Data de instalação	12-10-21	1-5-22	13-4-20	14-9-18	1-1-27	12-10-26	1923	1-4-21	7-9-24	7-9-22
Comerciais mais próximos e distancias das respectivas sedes	Pelotas 8 ^k	Guaratiba 12 ^k	O. Fino 9 ^k	Baependy 6 ^k	Teixeiras 11 ^k	S. Amaro, Oliveira, etc.	Barreiros	Jaboatão 3 ^k	Bananeiras, Moreno, etc.	V. de Pinheiro 8 ^k cidade de Belém 23 ^k
Número de aulas em funcionamento	3	7	3	3	6	5	3	4, sendo 1 de musica	4	3
Culturas existentes	Todas da região	Alg ^o , café, cereais, etc	Milho, arroz, feijão, etc.	-	Milho, feijão, batatas, etc.	Cana de assucar, milho	Cana, café, etc.	Cana, aipim, amoreira, etc	Fumo, arroz, algodão, etc.	Amoreira, banana, mamão, etc.
Número de professores	3	8	4	3	3	5	3	4	4	3
Número de Inspetores de alunos	1	4	2	2	2	2	2	2	2	2
Número de Instrutores	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1
Número de Guardas	3	9	3	3	3	6	4	6	6	3
Número de pessoal mensalistas	19	15	14	12	15	15	12	12	14	13

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA

INSPETORIA DOS PATRONATOS AGRÍCOLAS

Patronatos Agrícolas existentes nos Estados do Rio Grande do Sul, São Paulo, Minas Gerais, Baía, Pernambuco, Paraíba do Norte e Pará

Fonte: Arquivo do CCHSA, UFPB, Campus Bananeiras.

Os patronatos agrícolas eram subordinados à Diretoria Geral de Povoamento¹⁹, inserida na estrutura do MAIC. Os Patronatos deveriam assumir a transformação e o controle do espaço rural da colonização estatal, sendo visto por um duplo caráter, de assistência aos pobres e como solução policial para manter a ordem.

A localização dos patronatos na estrutura organizacional do MAIC era a mesma que definia a criação de núcleos coloniais, estes, faziam parte do programa de venda de lotes para colonos migrantes ou imigrantes na região Sul e Sudeste, já no Nordeste e Norte onde predominava a mão de obra egressa da escravidão e os camponeses locais, esperava-se criar instituições agrícolas atreladas a ideia de regeneração social. A mesma lei que autorizava a criação dos núcleos coloniais também criava os patronatos agrícolas, fazendas modelo e postos zootécnicos, integrantes de uma mesma política de Estado voltado para a modernização agrícola.

Fica autorizado o ministro de Estado dos Negócios da Agricultura, Indústria e comércio a criar postos zootécnicos, fazendas modelo de criação, núcleos coloniais, patronatos agrícolas e outros estabelecimentos do Ministério destinados a ministrar, além da instrução primária e cívica, noções práticas de agricultura, zootecnia e veterinária a menores desvalidos. (BRASIL, Decreto 1918)

Os patronatos agrícolas recebiam famílias de moradores para trabalhar em suas terras, semelhante aos núcleos coloniais do Sul, no entanto, essas instituições obedeciam a características específicas para sua instalação. O decreto 13.706 de 25 de julho de 1919, descreve como seria a forma de instalação:

Art.5 Os patronatos agrícolas serão instalados debaixo da forma de intervalos, em zonas rurais com boas terras de cultura, adaptáveis a lavoura mecânica, abastecidas suficientemente de água e dotados de meios fáceis de transporte, e terão as instalações, dependências e elementos de trabalho indispensáveis as propriedades agrícolas bem organizadas. (BRASIL, decreto 1919)

Apesar do Patronato Agrícola está localizado em terreno fértil, a pobreza e a procedência camponesa dos internos gerava uma estigmatização dos meninos por parte dos habitantes da cidade, que preferiam manter um certo distanciamento da escola. Como atenta Iveraldo Lucena, ao retomar suas memórias sobre a cidade de Bananeiras:

¹⁹ A Diretoria Geral do Serviço de Povoamento foi criada em 1911 com a finalidade de encaminhar e fazer inspeções nos trabalhos correspondentes aos serviços de imigração e colonização promovido pelo Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio. Em 1931 ele se transformará em Departamento Nacional do Povoamento, órgão do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio.

O patronato era mais uma casa de reajustamento, senão de correção, era fechado, por sua finalidade ao convívio da pequena e orgulhosa cidade. ‘Se você se comportar mal, eu te interno no Patronato’ - era uma ameaça para os jovens teimosos e pouco estudiosos (LUCENA, 2003, p.67).

Durante as primeiras décadas do século XX, as questões sociais se inseriam em um meio burocrático e culturalmente repressivo, herança das relações sociais e de regime de trabalho escravocratas. O termo “Patronato” era uma denominação usual no período, em um contexto em que o trabalho se ligava à tutela patriarcal e moralização destinada às classes pobres.

Para a implantação do Patronato Agrícola de Bananeiras, o engenheiro agrônomo José Oliveira Lopes Ribeiro inicialmente ficou encarregado de inspecionar a região, mas foi Diógenes Caldas, então Inspetor Agrícola no estado da Paraíba, que ficou encarregado da execução das obras (ANEXO B).

Em ofício encaminhado à diretoria do Serviço de Povoamento em outubro de 1920, o então ministro batizou a Instituição, dando-lhe o nome do “herói” da insurreição anti-holandesa e da reconquista dos territórios para Portugal, Vidal de Negreiros (ANEXO C). A escolha do nome diz muito sobre o perfil de educação oferecida naquela Instituição, a construção da figura de André Vidal de Negreiros enquanto herói legitimamente paraibano, visando demonstrar a grandeza do estado e do seu povo, foi uma iniciativa típica dos primeiros decênios da República, que procurava legitimar-se na formação do sentimento de nacionalidade a partir da construção de heróis nacionais.

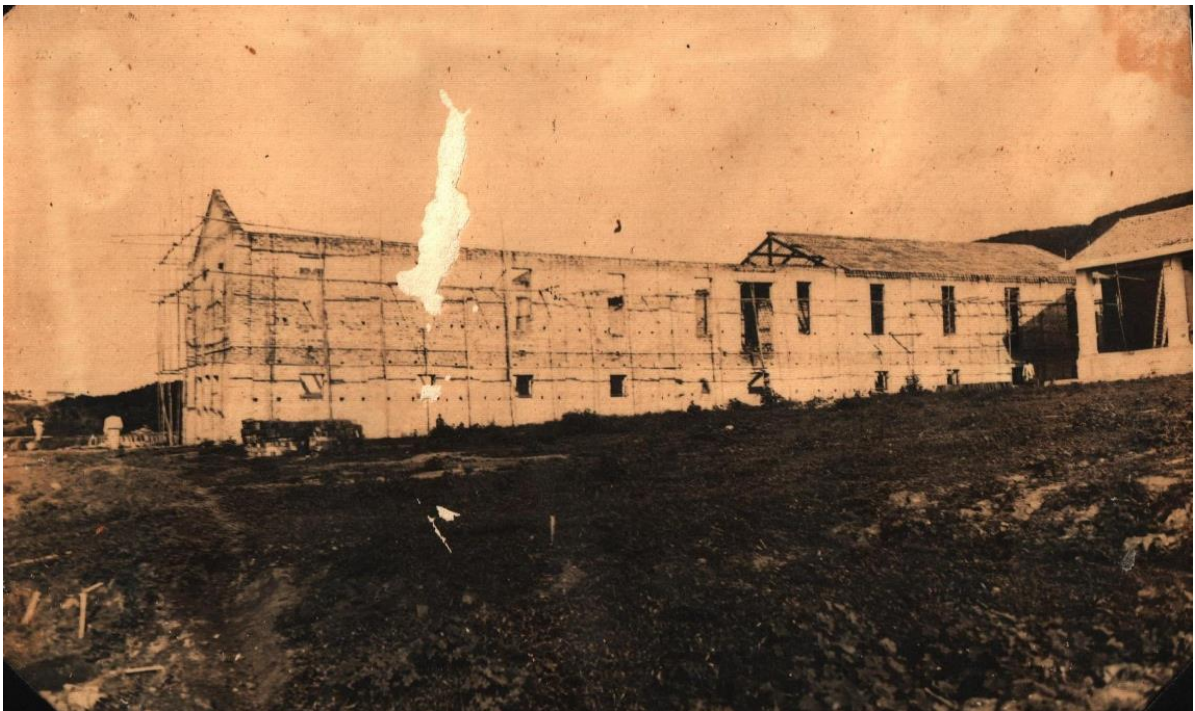
Os patronatos de forma geral, reuniam recursos de origem diferente para sua instalação, no caso do de Bananeiras, nos documentos internos da Instituição é possível delinear a atuação de outros agentes na implementação do projeto e atuação da assistência à infância pobre do lugar. Como não dispunham de todo aparato para efetivar as ações pretendidas, outros agentes foram inseridos no processo de instalação do Patronato de Bananeiras, como foi o caso do terreno obtido por meio de doação estadual, e alguns materiais vieram da Inspetoria Contra as Secas, a qual forneceu todo suporte para instalação do estabelecimento. Após instalado, outras instâncias governamentais eram acionadas em seu auxílio, a exemplo da Chefia de Polícia Estadual que ficava responsável por localizar os meninos que fugiam e enviá-los de volta para a Instituição.

A aquisição de materiais para a construção ou reformas de instalações e bens de consumo, como ferramentas, materiais hidráulicos, transporte de materiais era solicitada por

meio de relatórios e balancetes remetidos à Diretoria de Povoamento que autorizava a abertura de créditos para o cumprimento das despesas. Dessa forma iniciaram-se as construções do pavilhão de aulas e serviços de escritório. O ano de 1922, foi marcado pelo andamento nas construções do prédio e dos serviços de desmatamento e limpeza de terras para os projetos agropecuários.

A imagem a seguir guardada no acervo do Patronato é uma fotografia da construção do primeiro pavilhão em 1922. Vale ressaltar que muitas dessas fotografias estão bastante danificadas pelo tempo, mas indicam preocupação em guardar registros dos primeiros anos da Instituição.

Figura 2 - Construção do primeiro pavilhão do Patronato, 1922.



Fonte: Arquivo do CCHSA, UFPB, Campus Bananeiras.

O terreno de trezentos hectares localizado em área de encosta e regiões planas foi adquirido por meio da compra do sítio Buraco pela prefeitura na época, que o cedeu ao governo federal para que fosse instalado o Patronato. A sede do Patronato Agrícola de Bananeiras obedeceu às normas especificadas pela superintendência de patronatos no MAIC, desde a aquisição do imóvel até o andamento das obras em construção. O lugar escolhido ficou a dois quilômetros da sede do município, na parte alta da serra, afastado da cidade e mais próximo da zona rural. Apesar dos argumentos oficiais alegarem que esse distanciamento se dava para melhor atender os habitantes da zona rural, o caráter correccional do Colégio, recebendo meninos

considerados “*delinquentes*”, também foi um dos motivos pelos quais os patronatos ficavam afastados da convivência da cidade.

O sítio Buraco era de propriedade do Major João Antônio da Rocha. Era uma área que constava de culturas de café, fumo, bananeiras, fruteiras diversificadas e bastante água. Formada também por florestas nativas, com primeira qualidade, solo fértil, permeável na sua maioria e rica em nutrientes orgânicos. Possuía diversas residências de trabalhadores, na maioria arrendatários, além de casa sede, casa de farinha e um açude. O que se produzia era parte para a subsistência e outra era comercializada, a maior parte da produção era de café em grãos e o fumo, não havia comércio definido para os produtos cultivados pelos rendeiros e se verificavam dificuldades no transporte para os centros consumidores da região. Após a compra do terreno, a área foi totalmente ocupada pelas atividades promovidas pelo Patronato Agrícola.

A conclusão das obras necessárias para dar-se início ao projeto educacional do Patronato de Bananeiras levou o tempo de quatro anos. Dentre os motivos destacados para esse atraso, estava a carência de verbas destinadas aos patronatos nesses anos:

Os patronatos agrícolas, ora existentes estão exigindo várias obras de adaptação e diversas instalações reclamadas pelos dispositivos regulamentares e pela conveniência pública, que não devem mais ser adiadas, sob a pena de falharem esses institutos ao fim colimado. Infelizmente os recursos orçamentários têm sido muito escassos e atendendo-se a elevação de preços das utilidades mais essenciais ao funcionamento de tais patronatos, é forçoso confessar que se maiores dotações não forem votadas para o exercício vindouro, ter-se-á que reduzir a respectiva lotação (BRASIL, RELATÓRIO 1920, p. 192).

Esse distanciamento entre as datas de criação e inauguração também aconteceu em outros patronatos. Para Oliveira (2003), a constituição de unidades rápidas em algumas regiões e lentas em outras dependia das demandas políticas regionais e atenção desses grupos para suas bases eleitorais. Entre julho e novembro de 1918 foram criadas cinco unidades, no estado de Minas e São Paulo. Nos demais estados, as construções foram mais lentas, como foi o caso do Patronato de Bananeiras.

3.3 OS DIRETORES E SUAS MANIFESTAÇÕES DE PODER

Um dos elementos presentes na organização do Patronato Agrícola de Bananeiras era sua estrutura hierárquica, representada ao topo pela figura do Diretor da Instituição. O regimento interno, código disciplinar que regia a conduta de todos os envolvidos na vida interna do estabelecimento centralizava as decisões nas mãos do diretor. Como um cargo de poder de grande importância, o de diretor permitia ao seu ocupante relacionar-se com os proprietários de terra e comerciantes da região para encaminhar os jovens egressos do Patronato para o trabalho no campo ou nas cidades, bem como estabeleciam relações de proximidade com as autoridades políticas e policiais do estado.

Como cargo importante, técnico e político, os salários dos diretores eram maiores que qualquer outro na instituição, como atestam as despesas destinadas ao pagamento do pessoal que reproduzimos a seguir:

Quadro 2 – Despesas com o Pessoal Permanente e mensalistas

PESSOAL	
1. Pessoal permanente	
Diretor	7:200\$000
Auxiliar-agrônomo	6:000\$000
Escriturário	5:400\$000
Professores primários	14:400\$ 000
Economo- almoxarife	3:600\$000
Mestres de oficinas	7:200\$000
Inspetor	2:160\$000
2. Pessoal contratado	
Criação de cirurgiões dentistas, etc	5:048\$387
3. pessoal variável	
(Pessoal mensalista)	
Operários, trabalhadores, etc.	15:000\$000

Fonte: Arquivo do CCHSA, UFPB, Campus Bananeiras, 1924.

Os funcionários do Patronato eram divididos entre trabalhadores permanentes, formado pela maioria de profissionais especializados e trabalhadores da vigilância e o quadro de pessoal contratado formado pelo setor médico, operários da construção e trabalhadores agrícolas contratados para auxiliar nas tarefas. Dentre todos os funcionários, o diretor recebia

o maior salário, chegando a ser o equivalente a remuneração dos mestres das três oficinas em funcionamento.

Na imagem a seguir, podemos observar a residência do diretor e a sua frente um jardim sendo trabalhado pelos meninos internos.

Figura 3 - Residência dos diretores, 1924



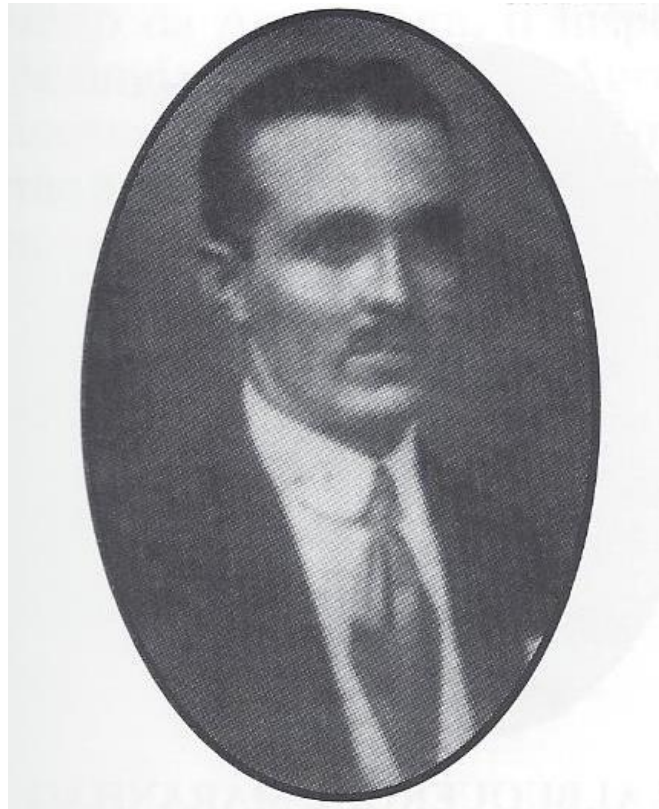
Fonte: Arquivo do CCHSA, UFPB, Campus Bananeiras.

O primeiro a encarregar-se das obras de construção e direção das atividades do Patronato foi Diógenes Caldas²⁰ que se afastou rapidamente do cargo para atuar como coordenador das pesquisas no combate à lagarta rosada que assolou os algodões do estado.

²⁰ Diógenes Caldas nasceu em 6 de abril de 1886, na cidade de Bananeiras (PB), era filho do Desembargador Trajano Américo de Caldas Brandão e de Aurélia Emília de Vasconcelos Caldas. Iniciou os estudos em Cabaceiras e Areia. Fez o curso secundário no Colégio Pio X, na capital do Estado, estudou no Liceu Paraibano e depois ingressou na Faculdade de Direito do Recife, bacharelando-se em 1911. Faleceu no Rio de Janeiro em 31 de dezembro de 1972. Dentre os cargos exercidos por ele destacam-se sua atuação como Diretor da Biblioteca Pública do Estado; Inspetor Agrícola do 7º Distrito; Administrador do Campo de Demonstração de Cruz do Espírito Santo; Delegado do Serviço de Combate à Lagarta Rosada; Superintendente da Construção do Patronato Agrícola “Vidal de Negreiros”, em Bananeiras; Representante da Paraíba na Exposição do Centenário da Independência Nacional, no Rio de Janeiro; Membro do Conselho Consultivo do Estado da Paraíba; Representante do Ministério da Agricultura junto ao Instituto do Açúcar e do Alcool; Chefe da Seção Técnica do Serviço do Fomento de Produção Vegetal, no Rio de Janeiro; Agrônomo do Fomento Federal; Presidente da Comissão Executiva dos Produtos da Mandioca; Membro da Junta de Controle da Fundação Brasil-Central e Diretor do Serviço Nacional da Economia Rural do Ministério da Agricultura. Acessível em: <http://ihgp.net/memorial6.htm.set.2014>.

Ele se destacou na vanguarda dos primeiros empreendimentos do estado no sentido de transformar a agricultura paraibana. Atuou em 1911, como Inspetor Agrícola Adjunto, ocupando esse cargo, empreendeu um levantamento de questionários econômicos e a fundação de campos de cooperação, viajou a cavalo pelas vilas e fazendas no sertão e brejo paraibano realizando uma preleção sobre máquinas agrárias. Seus serviços prosseguiram até a criação em 1917 da Sociedade Paraibana de Agricultura. Após deixar o serviço de diretor do Patronato nas mãos de José Augusto Trindade, continuou atuando na agricultura paraibana, iniciando a fundação das Caixas Rurais, sendo que a primeira foi a de Bananeiras, em 1923. O mesmo modelo de Caixas Rurais de Bananeiras fora criado em outros municípios do brejo e caatinga, abrindo caminho para as iniciativas de crédito popular na Paraíba. (MARIZ, 1939).

Figura 4 - Diógenes Caldas



Fonte: SILVA, 2012. p. 19

Ao se afastar passou a administração da Instituição para José Augusto Trindade, um ano após o início das obras. A direção do Patronato era o cargo de maior relevância na Instituição, era um posto que demonstrava a evidente representatividade política do ocupante, uma vez que a trajetória dos patronatos estava vinculada a uma visão de grupos particulares com relação ao campo e à modernização da agropecuária brasileira.

José Augusto Trindade²¹, primeiro diretor do Patronato a assumir efetivamente o cargo de direção da Instituição, era mineiro, engenheiro agrônomo e sua atuação na Paraíba teve início quando foi Contratado pelo Ministério da Agricultura, em 1917, passando a fazer parte da chefia de Cultura do Serviço de Agricultura do Serviço de Agricultura Prática do Ministério da Agricultura. A seguir uma fotografia de José Augusto Trindade:

Figura 5 - José Augusto Trindade



Fonte: SILVA. 2012. 19.p

A escolha de José Augusto Trindade para dirigir o Patronato apresentou-se como solução ideal, uma vez que a legislação do ensino agrícola estabelecia que a formação do diretor dessas instituições seria a de um engenheiro agrônomo, com isso esses profissionais disputariam o campo intelectual e político com os demais profissionais envolvidos com o estudo agrícola. (BOEIRA, 2012)

No exercício da função de diretor, José Augusto Trindade colaborou muitas vezes com a inspeção de outros empreendimentos agrícolas da região, comprovando o papel atribuído aos

²¹ José Augusto Trindade, além de atuar na comissão de combate à lagarta Rosada com Diógenes Caldas, já estava cotado para atuar como ajudante de Inspetor Agrícola no estado do Piauí, quando a pedido de seu colega de repartição, aceitou o convite para se tornar o Diretor do Patronato Agrícola de Bananeiras (SILVA, 1994).

engenheiros no contexto de anseio modernizador que circulou naquele momento, quer fosse para obras de saneamento, reorganização urbana, ou, nesse caso, intervenções no ambiente natural, como obras contra secas e inspeção nos centros de experimentação agrícolas, etc.

Naquele momento tornou-se diretor do Patronato Agrícola, Francisco de Paula Porto, como confirmamos por meio do ofício enviado pelo Ministério da Agricultura.

Ministério da Agricultura, Indústria e Commercio
 Directoria Geral do Serviço de Povoamento
 Rio de Janeiro 29 de Janeiro de 1930
 Snr. Director do Patronato Agrícola “Vidal de Negreiros”
 Comunicando-vos a nomeação de Francisco de Paula Porto, por portaria de 15 do corrente, para exercer, interinamente, o cargo de Director desse Patronato, peço-vos enviar a aludida portaria afim de ser devidamente registrada.
 Saúde e fraternidade
 Diógenes Caldas
 Inspetor dos Patronatos Agrícolas. (BRASIL, MAIC, 1930a)

Sua administração foi muito breve mas importa para nós principalmente porque nos possibilitou o acesso ao registro de opiniões de funcionários do lugar, como veremos adiante. As razões que levaram a escolha de Francisco de Paula Porto como novo diretor não foram apresentadas nos documentos da Instituição, mas acreditamos que se deveu a razões políticas, uma vez que ele possuía experiência no comando de duas prefeituras nos anos anteriores.

O terceiro diretor a assumir o comando do Patronato, Francisco de Paula Porto, engenheiro agrônomo, aos vinte e sete anos, ex-prefeito de Santa Rita e Piancó, foi o Diretor que passou menos tempo à frente do Estabelecimento, apenas nove meses, sua gestão foi marcada por um longo processo de desvio de verba pública, os autos desse processo, registrado em 116 páginas, com depoimentos de diversos funcionários, nos permitiu ter uma visão do cotidiano, marcado por relações hierárquicas, e os conflitos que afligiam os personagens participantes da vida interna do Patronato.

O estopim que desencadeou o processo foi a utilização de diversas armas de fogo e branca no Estabelecimento, fato que chegou ao conhecimento da população da pequena cidade e também, das elites locais. O processo teve início com apreensão de um revólver, um fuzil, um mosquetão e algumas balas pelo Agente da Estação de Borborema, no depósito da Estação Ferroviária *Great Stearn*, para o pagamento de um despacho da empresa.

O agente agia a mando do coronel e chefe político da Borborema, Idelfonso Correia Lima, que pretendia apreender as armas, resultando no início do litígio e investigações sobre o porte de armas no Patronato Agrícola.

O mestre seleiro do Patronato, Antônio Barbosa Gomes da Silva, a pedido do Diretor do Estabelecimento Francisco Porto afirmou que as armas eram suas e resistiu à abordagem do coronel afirmando que ele não poderia levar as armas, pois não era autoridade policial. No mês seguinte, após o conflito ser transformado em inquérito pelo Delegado de Polícia da capital, Odon Bezerra Cavalcanti, abriu-se uma investigação interna, uma comissão formada pelos funcionários do estabelecimento para investigar outras denúncias ocorridas naquele ano.

Num documento datado de 6 de outubro de 1930, um mês e um dia após o ocorrido, o Mestre Seleiro assina um documento em que afirma ter sido instigado pelo Diretor Francisco de Paula Porto, a assinar o documento anterior, que confirmava que as armas apreendidas lhe pertenciam, quando na verdade as armas haviam sido compradas à mando do Diretor e que pertenciam, portanto, ao Patronato Agrícola:

Declaração: Declaro que as armas e munições a que se refere o abaixo assignado supra de data de 5 de setembro último, não corresponde a expressão da verdade, por isto que taes armas não mi pertenciam, e sim ao Patronato Vidal de Negreiros, conforme me disse o Dr. Francisco de Paula Porto, então Director Enterino, sendo pelo mesmo Dr. Instigado a assignar o aludido documento. Para melhor esclarecimento tenho a dizer que recebi 575\$000, do escripturário José Pessoa Guimarães, de quem sob a guarda está o cofre da repartição, isto de ordem do mesmo Sr. Director Enterino, para a compra de armas e munições em apreço, na importância total de 700\$000, ficando o Patronato devedor de 125\$000, tendo eu convicção que o restante não foi pago ao devedor. Patronato, 6 de outubro de 1930. Ass: Antonio Barbosa Gomes da Silva. Mestre de officina de selleiro. Testemunhas: Emílio Chaves, professor, Fenelon F. da Câmara, professor, Antônio Santos Silva, Inspector de alunos. (BANANEIRAS, 1930, p.7.)

A acusação de porte de armas no espaço da Instituição configurava uma acusação muito grave, uma vez que as recomendações do Ministério da Agricultura eram para que a disciplina do estabelecimento fosse mais preventiva que repressiva e que qualquer providência que não estivesse ao alcance do Diretor, deveria ser enviada e submetida à aprovação do Diretor do Serviço de Povoamento. O uso de armas como facas, punhais ou revólveres eram terminantemente proibidas no recinto do Patronato, no entanto, esse documento comprova que a posse de armas e a presença de jagunços contratados para garantir a segurança do Estabelecimento era algo comum naquele período. Como veremos mais adiante, há indícios nesse inquérito de que estas armas poderiam ter sido usadas como ameaça aos funcionários e aos próprios internos, configurando práticas autoritárias.

Dando continuidade ao processo, o diretor afastado Francisco Porto, quando inquirido pelo Delegado de Polícia, alegou que autorizou, a rogo de vários funcionários a compra de duas

armas de fogo, devido a passagem de um grupo de cangaceiros nas proximidades do Patronato, assaltando e roubando as redondezas.

Em seu depoimento, o ex-diretor Francisco Porto se defendeu das afirmações através da confirmação de que o porte de armas era algo que fazia parte da rotina do Estabelecimento, mesmo antes de sua gestão. No entanto, por meio desse processo, obtivemos os detalhes de sua relação com os funcionários e empregados e, percebemos que o porte de armas não se dava apenas como um meio para assegurar a proteção externa, e sim como forma de imposição, através da força, de sua autoridade sobre os funcionários e até mesmo educandos do Estabelecimento. Nos depoimentos que se sucederam, os funcionários apresentaram outros motivos, além do perigo do cangaço, que teria levado o Diretor a comprar armas para a Instituição. Francisco Ramalho Silva, Inspetor de Alunos, prestou o seguinte depoimento:

que sabe ter o doutor Porto mandado comprar armas e munições e que ditas armas e munições foram apreendidas pelo Sr. Idelfonso Pereira Lima; que ditas armas e munições foram adquiridas com o fim de armar gente no Patronato porque o mesmo doutor Porto em face de suas arbitrariedades contínuas, delle Porto, se sentia elle Porto amedrontado; que o depoente viu muitas vezes pessoas armadas no patronato, digo no Patronato, a mandado do mesmo doutor Porto e algumas delas estranhas ao próprio do estabelecimento; que afirma ter o doutor Porto por mais de uma vez se afastado do seu posto, delle Porto, durante o dia e a noite; que ouviu de pessoas que merecem inteira fé do depoente, as quaes pessoas residem no Patronato, que certa noite houve disparo de uma arma de fogo no recinto do Patronato. (BANANEIRAS, DEPOIMENTO 1930, p.21)

A utilização das armas de fogo com o intuito de afastar os inimigos políticos e manter a disciplina do lugar se configurou como prática recorrente, ao menos naquele ano. Em outra situação narra o Ecônomo-Almoxarife os acontecimentos a seguir:

(...) armado a pistola ‘parabellum’ foi ao gabinete do depoente revistando as suas gavetas, nada encontrando que se parecesse com arma de fogo ou qualquer outra arma; que dahi se dirigiu o dito Porto ao quarto de ferramenta, onde se encontrava o guarda vigilante Jovino Santos, revistando as gavetas da banca do mesmo guarda, chegando as violências contra o mesmo guarda a assumirem proporções de terror, ameaçando o mesmo guarda de surra-lo a cacête si porventura elle Porto viesse a saber que ele guarda Jovino usasse qualquer arma; que idêntico procedimento com violências sempre dobradas, elle Porto tivera para o inspetor de alumnos Antonio Santos Silva que não só foi revistado como ameaçado de ser surrado e até mesmo baleado, pois a isto estava disposto, elle Porto, para mostrar a esta ‘canalha’ que nesta ‘porcaria quem mandava e prevalecia era elle Porto, e não o diretor de Povoamento, nem Ministro, nem ninguém’; que todas essas arruaças foram praticadas em presença de grande número de educandos do Patronato; que ainda não satisfeito com essas scenas de capangagem, mandou elle Porto uma turma de

empregados do Patronato invadir a casa do mesmo inspector Antonio Santos para do quintal da mesma retirar duas cabrinhas que o mesmo inspector criava para fornecer leite aos seus filhos, delle instrutor, digo, delle inspector, selvageria esta que se não consumou em virtude dos mandatários não se acharem dispostos a cumprir tão desabusada ordem deante da resistencia que lhes oppoz a esposa do inspector Antonio Santos, apesar do seu estado de adeantada gravidez; que o mesmo Porto revelando de mais a mais o seu baixo sentimento, intimou o mesmo inspector a desocupar dentro de poucas horas a casa em que residia neste estabelecimento há quase dez anos o dito inspector Antonio Santos, e que para cohonestar e emendar o seu acto de prepotência, delle Porto, baixou um officio dando o prazo de oito dias para o mesmo Antonio Santos se mudar, acto que tornou s/feito ameaçando o dito Antonio Santos de despejo várias vezes.(...) (BANANEIRAS, DEPOIMENTO1930, p.12-13)

Esses e outros depoimentos ao longo do processo revelam denúncias de perseguições feitas por funcionários do Estabelecimento, esses depoimentos são extremamente relevantes, uma vez que demonstram como as redes hierárquicas se acomodavam entre o corpo escolar, e também como a política local influenciava essas relações. Em um dos depoimentos, o Ecônomo-Almoxarife Anésio de Caldas Barros, afirma:

(...) os actos de perseguição e desmandos praticados pelo bacharel Francisco de Paula Porto, ex-director do Patronato, começaram quatro ou cinco dias após sua posse, dele Porto, no cargo para o qual foi nomeado, visando o depoente, pois retirou do almoxarifado a cargo dele depoente o guarda vigilante Adalberto Santos, que vinha prestando a dois anos serviços de auxiliar de escripta do então director doutor José Augusto Trindade, o que fez Porto insinuado por outros guardas que se diziam prejudicados com a permanência no almoxarifado do mesmo guarda Adalberto, allegação esta para cohonestar o seu acto, dele Porto, meramente politiqueiro pois que ditos guardas nunca tiveram essa iniciativa nas gestões anteriores, chegando mesmo o guarda Odorico Lima a dizer ao depoente que era para acabar com os cadetes do Patronato, e que chegara a vez delle Odorico e seus companheiros; que o guarda Jovino Santos, por ser cunhado do depoente e por pertencer a uma facção política a que pertence o seu cunhado, ele depoente, pediu verbalmente ao senhor ex-director Porto quatro dias de Férias para ir á Natal, capital do Rio Grande do Norte, com o fim de trazer de lá a sua esposa, delle guarda Jovino, no que foi atendido também verbalmente pelo dito Porto, apenas ponderando ao mesmo guarda que deixasse para após o carnaval, visto que outros guardas ficariam prejudicados nos divertimentos carnavalescos, no que concordou o mesmo guarda Jovino (...). (BANANEIRAS, DEPOIMENTO 1930, p.8)

Vemos por meio dessa passagem, que o Patronato Agrícola não era imune às influências das frações políticas inter-oligárquicas, e que essas alianças poderiam render aos funcionários benesses, a depender da filiação do superior hierárquico da Instituição.

No entanto, na gestão de Francisco de Paula Porto esse vínculo afetivo foi rompido, uma vez que a política de clientela dependia de favores e da confiança entre as partes, para formar apoiadores dos chefes políticos locais, o Diretor em exercício não conseguiu atingir esse objetivo e não manteve boas relações com os funcionários, o que criou uma atmosfera insustentável para o exercício de seu cargo Institucional. Ainda sobre o ocorrido, o Economo-Almoxarife continua o depoimento, acusando o Diretor de ter descumprido sua palavra com relação às férias do Guarda Jovino, parente do depoente e também pertencente a mesma facção política que a sua.

As razões que levaram ao não cumprimento do acordo de férias do funcionário foram indubitavelmente políticas, como pudemos observar pela leitura dos documentos. Enquanto não concedeu as férias para o Guarda Jovino, autorizou cinco dias de folga ao cozinheiro do Patronato, funcionário que não possuía substituto, o que levou a um prejuízo do serviço culinário pois o cozinheiro foi substituído por um menor sem experiência.

Nesse mesmo ano acontecia a deflagração do movimento de 1930, a situação de instabilidade política nos ajuda explicar a intensificação desse fenômeno de intervenção da política local na administração do Patronato, personificada pela figura do Diretor Porto, que tentou a todo custo estabelecer uma nova rede de relações internas em prol dos mandatários locais ao qual era filiado.

O referido Diretor era aliado político de Flávio Ribeiro Coutinho, adversário da Aliança Liberal e ao assumir o cargo no momento de incertezas políticas decorrente da conjuntura nacional, Porto procurou intimidar seus adversários políticos, dentre eles o conceituado Nelson Dantas Maciel, que ocupava o cargo de Supervisor Agrícola do Estado. Um dos Guardas Vigilantes do Patronato, Odorico Pereira Lima, quando chamado para depor revela às razões para tal perseguição:

(...) que perseguiu o Doutor Porto ao Doutor Nelson Maciel, porque elle Porto considerava o mesmo Doutor Nelson como chefe daquele que acompanharam a Alliança Liberal e que elle Porto dissera a elle depoente que mandara dizer ao senhor Ministro da Agricultura que os companheiros de causa do doutor Nelson aqui no Patronato, deveriam ser demitidos; que o doutor Porto perseguia aos senhores Antônio Santos Silva, Cecílio Vieira e Silva ao ponto de desejar espanca-los, visto pelo simples facto de acompanharem os mesmos ao senhor Anésio; que para corroborar a sua affirmação, delle depoente é bastante dizer que elle depoente e o senhor Silvino Patrício de Mello, guarda vigilante, foram pelo Doutor Porto intimados a agarrar o instrutor Cecílio e pô-lo , ao dito Cecílio fora do Patronato; que várias vezes o depoente e seus companheiros foram ameaçados, digo ameaçados pelo doutor Porto de pena de suspensão e mesmo de demissão, caso elle depoente, e seus companheiros não

assinassem documentos contra os inimigos, digo, os adversários políticos do mesmo Doutor Porto. (BANANEIRAS, DEPOIMENTO 1930, p. 23)

Naquele ano, o mesmo Diretor chegou a acusar o Diretor do Serviço de Povoamento Dulphe Pinheiro Machado, por ter despachado na licitação de fornecimento de gêneros alimentícios em prol da firma Rodolfo Silva & Cia, quando o mesmo diretor já havia excluído a representação da firma do rol dos fornecedores do Patronato, segundo os depoimentos do processo, devido a ordens do desembargador Heráclito Cavalcanti, para que o fornecimento do Patronato fosse feito, exclusivamente por comerciantes seus correligionários políticos.

Outra acusação que pesou sob o Diretor Porto diz respeito a sua postura com relação ao que se esperava de um Diretor. Era norma do estabelecimento que os diretores estivessem presentes nas atividades cotidianas da Instituição, visitassem as salas de aulas pelo menos três vezes por semana, conferissem os trabalhos realizados nas oficinas e no campo, dentre outras atribuições do cargo. Os depoimentos indicam que ele não cumpria com as obrigações, abandonando frequentemente seu trabalho durante o expediente.

Além dos incidentes envolvendo as armas, a compra de um automóvel, aquisição de objetos pela transferência de verbas, no caso de gêneros alimentícios e automóvel, os adiantamentos de salários concedidos aos funcionários e a utilização dos bens produzidos nas oficinas também foi alvo de investigação por parte da comissão.

Segundo o depoimento do ecônomo almoxarife:

(...) que o doutor Porto desejando possuir um automóvel fosse porque meio fosse não trepidou em propor ao depoente a compra do mesmo objeto por meios escusos para ser pago pela sub-consignação número trez, que se destina a aquisição de gêneros alimentícios do Patronato, chegando o mesmo Porto a fazer dita proposta em presença do escripturário José Pessoa Guimarães no seu gabinete, d'elle Porto, e que este já havia comprado o automóvel em questão à agencia "Ford", da capital desse estado, agencia essa dirigida pela Firma F. H. Vergara & Companhia, , a quem o mesmo Porto exibiu um telegrama dizendo-se autorizado pelo senhor ministro da Agricultura conforme a mesma firma declarou ao senhor inspector agrícola federal no estado, bacharel Diogenes Caldas; que contestou haver autorização, visto que o governo federal não faz nenhuma compra a prestações; que por haver o depoente não concordado em pagar ou legalizar a mesma aquisição do automóvel como se fora gêneros alimentícios, denunciou ele depoente, do doutor Porto ao senhor diretor geral do serviço de Povoamento por telegrama pedindo abertura de inquérito. (BANANEIRAS, DEPOIMENTO 1930, pág. 13)

Ao final da investigação, a comissão de inquérito aprovou um relatório comprovando a responsabilidade do Diretor pelos desvios de verba do patrimônio da Instituição. O Escriturário Tesoureiro, José Clodoaldo Guimarães por não ter impedido o desvio de verba sob sua guarda também foi responsabilizado, ainda que estivesse na condição de subalterno do Diretor, como consta no inquérito, sem nenhum deslize em sua vida funcional e que trabalhava na administração desde o primeiro ano de funcionamento do lugar. Ele foi condenado a devolver aos cofres públicos uma parte da quantia retirada por Francisco Porto, e escreveu uma longa carta na qual pedia clemência, pois para arcar com a dívida teria que vender sua casa, única propriedade que possuía. Já a punição dada ao ex-diretor Porto foi relativamente branda, pois foi apenas transferido para a Fazenda Experimental de Espírito Santo, logo após recebeu licença para tratamento de saúde, retornando normalmente para suas atividades naquele Centro Agrícola.

Após o encerramento do processo, Nelson Dantas Maciel consagrou-se na condução administrativa do estabelecimento, nela permanecendo durante toda a fase de aprendizado agrícola. Nelson Dantas Maciel era auxiliar agrônomo e já havia assumido a gestão do patronato provisoriamente em 1929, devido a uma licença pedida pelo então diretor José Augusto Trindade para tratar problemas de saúde. Em 1930, tornou-se diretor interino e ficou no cargo da Instituição por 16 anos, tornando-se o diretor a conduzir por mais tempo essa instituição agrícola.

A proposta de manter o Patronato atrelado ao governo estadual não teve êxito, pois problemas de ordem financeira e administrativa surgiram, cabendo ao Diretor Nelson Dantas Maciel gerenciar esse novo momento por qual passava a Instituição.

3.4 O PAPEL DO PATRONATO NO CONTROLE DE PRAGAS AGRÍCOLAS

A partir do momento que começam os trabalhos de construção do Patronato, teve início a preocupação da administração e do Serviço de Povoamento com a situação agropecuária da região, atacada pela praga do *Cerococcus parahybensis*. Na foto seguir, vemos o campo de experimentação agrícola, criado para auxiliar no estudo e contenção de pragas que atingiam a lavoura local. Os campos de experimentação, diferentemente dos campos das culturas extensivas, eram voltados exclusivamente para os estudos agronômicos e nesse caso para o combate das pragas que atingiu as safras da região.

Figura 6 - Campo de experimentação agrícola, 1927.



Fonte: Arquivo do CCHSA, UFPB, Campus Bananeiras.

Em 1924, ficou estabelecido por meio das instruções do MAIC um incentivo a instalação do Campo de Demonstração da Cultura do Café em Bananeiras. Esse campo seria administrado pelo pessoal técnico do Patronato, responsáveis por transmitir os ensinamentos aos fazendeiros e interessados. O campo deveria montar uma área com diversas culturas, mais especialmente a cultura cafeeira adequada a região seria a prioridade. O campo foi montado em um cafezal de pelo menos mil pés, com as seguintes recomendações:

Art. 4 O campo de demonstração contará com um curso prático, da cultura do café, para os fazendeiros e alunos do patronato;

Art. 5 O pessoal técnico do patronato promoverá e executará a orientação do instituto biológico de defesa agrícola, o controle de pragas e moléstias do cafeeiro;

Art. 6 O campo fará experimentação de culturas de outras variedades e espécies do cafeeiro, procurando a que melhor se adapte as condições mesológicas locais;

Art. 7 A colheita será executada pelo patronato agrícola, em favor do qual reverterá;

Art. 8 O aparecimento de pragas do cafeeiro serão encaminhadas ao Instituto biológico de defesa agrícola.

(BRASIL, MAIC, 1924a. p.1)

Lauro Bezerra Montenegro, auxiliar agrônomo do Patronato desde sua instalação, passou a dedicar-se ao estudo da praga do vermelho, enviando relatório, pesquisas e ensaios de tratamento, como consta no documento do Instituto Biológico de defesa Agrícola, desde 1925. Ele assim como o diretor do Patronato, concluíram que o vermelho era uma espécie que vivia em uma planta nativa do estado da Paraíba, vindo a infestar-se e adaptar-se no cafeeiro, que por sua vez, não era uma planta nativa.

O protagonismo no combate a praga na região coube ao Patronato Agrícola, uma vez que o próprio Instituto Biológico de Defesa Agrícola reconhecia as limitações em seu corpo técnico para assessorar as vastas regiões do território nacional, já que não contava com pessoal e material científico suficiente para combater as pragas. Ainda assim, eles se correspondiam e indicavam planos a serem seguidos para o controle da praga, como as seguintes recomendações:

1. Verificação das plantas em que vive o *Cerorococcus parahybensis* e grau de infestação
2. Relação em que estão as plantas e os cafezais
3. Influência das condições meteorológicas sobre o inseto
4. Épocas do ano em que o inseto se reproduz, em que aparecem as larvas que disseminam as pragas
5. Isolamento do inseto vivo na planta para verificar se tem parasitas que possam ser aproveitados para combater-lo
6. Ensaio dos expurgos das plantas pelos meios mecânicos ou simplesmente a mão
7. Ensaio de aplicação de inseticidas. (BRASIL, Instituto biológico de defesa agrícola 1925, p. 1)

Controlar a praga do café era muito importante para a região, muitas edificações, tais como casarões, escolas, sobrados, entre outros tipos de construções foram construídos em virtude da ascensão dessa cultura agrícola, no bojo de um período de prosperidade e urbanismo decorrente da economia cafeeira, que dentre outras coisas procurava dar visibilidade à opulência das oligarquias rurais da época.

Os esforços da administração estadual justificam-se pelas novas perspectivas para a localidade que o Patronato viria a trazer, o possível retorno econômico e social, após o declínio produtivo decorrente das pragas que arruinavam as plantações e a pobreza que fugia ao controle na cidade.

Também foi desenvolvido, no Patronato Agrícola de Bananeiras, um campo de experimentação do fumo, com o objetivo de ser mais uma alternativa de plantio dos produtores locais, frente a crise do café. A foto a seguir compõe o acervo de diversas culturas existentes no estabelecimento nesse período.

Figura 7 - Campo de experimentação de fumo, 1927



Fonte: Arquivo do CCHSA, UFPB, Campus Bananeiras.

A partir de 1933 começou a ser criado o Serviço de Instrução e Classificação de Fumo, que ficaria anexo ao Patronato, o intuito era aproveitar um menino interno no estabelecimento como novo funcionário habilitado para os cuidados com a cultura de fumo, como comprovam os documentos daquele ano.

Ainda naquele ano, o fumo do Patronato foi atacado por diversos problemas e há correspondências trocadas entre o Diretor Nelson Dantas Maciel e o Ministério da Agricultura que comprovam tentativas do controle da praga *Cercospora*, através do envio de exemplares atacados pela praga para um profissional em Recife.

Ao que parece, ao lado do café, o Campo de Experimentação de Fumo foi uma cultura de grande importância para o Estabelecimento, uma vez que se consolidava como alternativa de cultivo entre os agricultores da localidade. No Ofício de 2 de março de 1933, a seguir, o Diretor Nelson Dantas Maciel revelava a expectativa diante da possibilidade de expansão dessa cultura agrícola:

Ao senhor Secretário da Fazenda, Agricultura e Obras Públicas

Quanto à parte relativa ao Fumo, mais uma vez venho reafirmar-vos a necessidade de sua regulamentação, mormente, tendo em vista que se aproxima a época de preparo para a nova safra, e encontrando-se como realmente se encontram, animados os nossos agricultores, em virtude dos resultados colhidos e da procura e aceitação que teve o nosso fumo de estufa, indispensável se faz que seja organizado o serviço de Fumo para melhor prestar-lhes assistência, nesta phase inicial. (BANANEIRAS, 1933)

A regulamentação a que se referia o Diretor era a de exportação, os quais traduziam os anseios dos produtores pela entrada no mercado internacional, preocupados em sanar os prejuízos causados pela crise do café nas safras passadas.

3.5 ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA E ESPACIAL DO PATRONATO

No ano de 1923, a Diretoria do Serviço de Povoamento passou a recomendar a contenção de despesas quanto ao preenchimento das vagas no quadro de funcionários interinos e assalariados, devido a redução das verbas alocadas. Procuravam enviar, por via marítima, até o Porto de Cabedelo, instrumentos de precisão agrícola e autorizavam a transferência de servidores de outras repartições do MAIC para fazer parte da equipe do Patronato. Dessa forma, o Patronato iniciou seus trabalhos com limitações orçamentárias, passado o primeiro momento, a Instituição recebeu verbas o suficiente para gerir o estabelecimento que contava em média com o número de duzentos meninos, desafio de grande porte para a época.

Ao pessoal da secretaria e contabilidade caberia gerenciar o funcionamento do estabelecimento, que contava com várias unidades de produção, como campos de experiência, campos de exploração e posto meteorológico. Ficava à cargo do Diretor e do Escriturário cuidar da parte financeira, seguindo instruções do Ministério da Fazenda. A escrituração de todos os livros referentes à produção agrícola e comercial, os livros sobre assentamento de pessoal, atestados de frequência, documentos com processos internos, balancetes mensais, trimestrais e anuais, tudo isso se dava na secretaria do estabelecimento.

Era na secretaria que se encaminhava as tarefas administrativas e às ordens recebidas do MAIC. Para auxiliar o escriturário em suas atribuições, o Regulamento Interno recomendava a utilização de um menor interno como auxiliar na secretaria, era escolhido aquele que se destacasse nas aulas, passando a receber noções práticas de contabilidade.

Na foto a seguir, vemos a parte interna da secretaria, tal como era estruturada em 1926, juntamente com os funcionários em momento de trabalho.

Figura 8 - Secretaria do Arquivo CCHSA, 1926.



Fonte: Arquivo do CCHSA, UFPB, Campus Bananeiras.

Apesar da vida administrativa ser marcada por contenções orçamentárias, o que fazia o número de matriculados oscilar entre cento e cinquenta e duzentos internos, os patronatos possuíam uma grande estrutura de suporte escolar.

Na circular interna número 42, em 1923, foi definido o ambiente de administração do Patronato, que contaria com secretaria, arquivo, biblioteca, museu, gabinete médico, dentário e farmácia, oficinas de carpinteiro, ferreiro e seleiro.

A biblioteca instalada, segundo os critérios do regulamento interno, deveria ser composta por livros publicações e revistas de ensino, educação primária agrícola e manuais práticos de diversos ofícios manuais. Esse acervo deveria ser adquirido pelo próprio Patronato ou através de doações. De fato, encontramos alguns documentos que atestam pedidos de envio de livros²², principalmente com temas agrícolas para compor o acervo.

²² Nas listas de pedidos de livros e revistas citados nos documentos estão exemplares da *Revista O Campo*, *Revista Chácaras e Quintaes*, *Revista Equi*, *Terceiro Catálogo dos insetos que vivem nas plantas do Brasil* de Angelo M. da Costa Lima, *Almanaque Agrícola Brasileiro* de 1936, *O Brasil e suas riquezas* de W. Potoks, *Formação do*

No museu escolar ficavam os recursos complementares das aulas, tais como coleções de objetos naturais e artificiais correspondentes ao ensino agrícola. Já o museu agrícola era formado com recursos dos internos e funcionários, que deveriam procurar produtos novos como amostras de minerais, madeiras insetos e plantas da região.

Cada patronato do país deveria ter uma série de itens e ambientes necessários para a formação educacional na prática agrícola, tais como:

1. Uma coleção de quadros do ensino agrícola (Deyrolle)
2. Uma pequena coleção de sementes, plantas, terras e rochas da região;
3. Um pequeno museu de produtos agrícolas e florestas e de trabalhos executados nas oficinas;
4. Farmácia e enfermaria;
5. Um pavilhão para máquinas agrícolas, arados, grades, capinadeiras, plantadeiras, ceifadeiras, destorroadores, enxadas, pás, ancinhos e alfanjes;
6. Galinheiro;
7. Estabulo;
8. Cocheira;
9. Pocilga;
10. Apiário;
11. Estrumeira;
12. Instalações com reprodutores destinados a cobrições;
13. Jardim, horta e pomar;
14. Campos de demonstração e campos de exploração;
15. Viveiros e sementeiras. (BRASIL, RELATÓRIO 1918, p.150)

A presença de coleções de quadros de sementes, plantas, além do museu escolar e de produtos agrícolas faziam parte do suporte à utilização do ensino voltado a práxis na Instituição. Há alguns indícios de que utilizavam o método intuitivo, nele a observação e o estímulo dos sentidos era fundamental para o aprendizado, com isso a existência desses suportes contribuía para os fins pedagógicos almejados.

Por ser um colégio interno, herdeiro dos princípios de clausura, dos antigos conventos e internatos, se constituiu enquanto espaço fechado em si mesmo. O “fechamento” em um espaço específico e controlado tornou-se uma marca do internamento escolar dos patronatos, constituindo-se em um mundo em miniatura, um microcosmo social, simbolizado pela barreira à relação social com o mundo externo e por proibições à saída, muitas vezes incluídas no esquema físico. (CONCEIÇÃO, 2012).

Como podemos observar na foto a seguir, as instalações correspondentes ao dormitório, pavilhão de aulas e restaurante eram extremamente próximas umas das outras,

pomar e Adubação Verde de H.Lobb , *Rumo a terra* de Fábio Luz Filho, *Cadernos de Recortes da Geografia e a coleção Estudos Botânicos do Nordeste*.

planejadas sob a lógica dos internatos, para evitar grandes dispersões dos internos e facilitar a vigilância sobre os mesmos no decorrer de suas atividades.

Figura 9 - Vista Parcial das instalações concluídas da Praça Central, Dormitório, Pavilhão de Aulas e Restaurante.



Fonte: Arquivo do CCHSA, UFPB, Campus Bananeiras.

A organização espacial do edifício-internato facilitava a execução da vigilância e do controle, pois tudo estava disposto em pavilhões (dormitório, refeitório, instalações sanitárias, salões de aula, etc.), permitindo verificar a presença e a ausência dos alunos, professores e funcionários.

Além disso, todos os aspectos da vida (dormir, comer, trabalhar, etc.) eram realizados na companhia de um grande número de pessoas. Nesse momento, nos apropriamos das reflexões de Foucault (2014) a respeito do controle e disciplina do corpo como alvo do poder. Segundo ele, a modernidade redescobriu o corpo como forma de poder, nesse sentido procurou-se moldar, rearranjar e treinar o corpo para torna-lo útil a diversos propósitos. Esse controle é exercido na organização do tempo e do espaço, através do controle das atividades e do horário de modo que a impor o controle disciplinar de gestos definidos e expressão corporal de obediência. A atitude esperada do corpo treinado seria a de pronta obediência às ordens do professor, do inspetor ou de outra autoridade. O corpo treinado não permite refletir, ele se adequa e reproduz o que lhe foi introjetado.

A disciplina projetada nos patronatos agrícolas servia aos dois propósitos: para aumentar as forças do corpo em termos de produtividade e ao mesmo era de interesse diminuir

as forças do corpo em termos de obediência, um corpo bem disciplinado era aquele que conseguia extrair um bom emprego do tempo, ao mesmo tempo que realizava o mínimo gesto.

Compreendemos isto, ao observar a seguir, os meninos em horário de almoço, com postura ereta, na mais completa disciplina e controle corporal:

Figura 10 - Alunos em almoço, 1924.



Fonte: Arquivo do CCHSA, UFPB, Campus Bananeiras.

O poder disciplinar transmitido através das normas rígidas, sanções e olhares hierárquicos permitiram fabricar indivíduos obedientes, por meio do controle político das pequenas coisas, desde o horário de se levantar até a forma como deveriam sentar à mesa. O indivíduo a ser docilizado passava por várias etapas de formação, esse processo foi aplicado cotidianamente por diversas provas e melhorado por exercícios. O poder disciplinar exercido no Patronato concentrava-se em todos os detalhes e na repetição até conquistar a finalidade almejada.

3.5.1. De Patronato à Aprendizado

Os Patronatos Agrícolas foram criados com a pretensão de se tornarem uma rede espalhados por todo país, deveriam servir à assistência, regeneração, ensino e educação profissional. Como uma rede, existia intenso intercâmbio de serviços entre os patronatos, a exemplo da transferência de meninos e funcionários entre eles, como verificamos nos ofícios trocados entre o Patronato de Bananeiras e os Patronatos João Coimbra localizado em Pernambuco, Manoel Barata no Pará e Arthur Bernardes, em Minas Gerais.

No entanto, várias modificações afetaram a trajetória dessas instituições e modificaram mais de uma vez, o modelo constituído.

No ano de 1927, os patronatos agrícolas foram divididos em duas classes distintas, o patronato de classe rural e o patronato de classe urbana. Os de classe rural ficariam na incumbência de receber meninos entre onze e quinze anos, desvalidos e filhos de lavradores que residiam nos na zona rural próxima da instituição. Os patronatos de classe urbana, estavam responsáveis por receber menores desvalidos da zona urbana.

O Patronato Vidal de Negreiros, de Bananeiras, ficaria incluído como patronato de classe rural, apesar disso não deixou de receber meninos dos centros urbanos, encaminhados ao estabelecimento pelas autoridades judiciárias, por autorização do Juiz da comarca da cidade, devido ao número considerável de crianças existentes nas ruas. O quadro abaixo indica a divisão dos patronatos urbanos e rurais.

Quadro 3 - Divisão dos patronatos agrícolas, conforme circular nº 15, de 1927, do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio (MAIC)

PATRONATO DE CLASSE RURAL	PATRONATO DE CLASSE URBANA
Patronato Agrícola de Bananeiras/PB	Patronato Agrícola Wenceslau Brás/MG
Patronato Agrícola Pereira Lima/MG	Patronato Agrícola Monção/SP
Patronato Agrícola Visconde de Mauá/MG	Patronato Agrícola Diogo Feijó/ PE
Patronato Agrícola Anitapolis/ SC	Patronato Agrícola Barão de Lucena/BA
Patronato Agrícola Visconde da Graça/RS	Patronato Agrícola Barão do Rio Branco/PE

Patronato Agrícola João Coimbra/PE	Patronato Agrícola Manoel Barata/PA
Patronato Agrícola Marquês de Abrantes/BA	Patronato Agrícola Lyndolfo Coimbra/MG
Patronato Agrícola Senador Pinheiro Machado/RS	
Patronato Agrícola Delphin Moreira/MG	
Patronato Agrícola Casas de Ottoni/MG	

Fonte: SILVA (1994, p. 91)

Com a passagem da Diretoria Geral do Serviço de Povoamento para o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, a responsabilidade pela organização dos patronatos ficou a cargo da Diretoria Geral de Agricultura.

Na década de 1930, as proposições do movimento de 30 trouxe à sociedade novas formas de interpretação do processo produtivo e econômico nacional, centrados numa visão liberal. A escolarização urbana passou por transformações, no entanto a educação rural continuou comprometida com a manutenção do status quo, dotada de uma contradição cidade-campo em que se teria por função manter o homem na vida do campo, isto é combater um dos males da urbanização, que seria o êxodo rural. (MENDONÇA.2007)

Os patronatos, imbuídos do propósito de manter o homem no campo, seguiam à risca o regimento estabelecido pelo Ministério da Agricultura. O primeiro regimento utilizado na escola expressava o controle exercido pelo Ministério na fundação e administração dessas instituições. Deixava claro a proibição em se fazer qualquer alteração no regimento adotado, que era uma cópia do regimento do Patronato José Bonifácio²³, localizado em São Paulo.

Na Paraíba, o pós-30 foi marcado por uma recondução da burocracia administrativa e por uma recondução do controle do Estado sobre educação, finanças e justiça. Foi nesse

²³ Acreditamos que o Patronato José Bonifácio/ SP era usado como modelo para os demais devido ao grande número de internos que mantinha em seu estabelecimento, adquirindo mais recursos e prestígio, em razão disso. Comparado aos demais patronatos que não conseguiam alcançar a marca de duzentos menores, previsto em seu regulamento, o Patronato José Bonifácio chegou a manter no ano de 1929 a marca de 398 internos, respondendo sozinho por 14,08% dos internos dos patronatos em todo Brasil (NERY, 2009).

contexto que em 1931, por meio do Decreto 20.185 o Patronato Agrícola de Bananeiras passou para administração do estado, desvinculando-se da Diretoria Geral da Agricultura.

As mudanças em curso no ensino agrônômico se fizeram sentir no Patronato Agrícola, que veio a se tornar nesse ano, Instituto Agrônômico Vidal de Negreiros. O novo regulamento indicava a tentativa de criar novos mecanismos para aumentar o caráter técnico da Instituição sem abandonar o caráter assistencial, como vemos a seguir:

Art. 1 O Patronato Agrícola Vidal de Negreiros, instituído pelo decreto 14.118 de 27 de março de 1920 é transferido à administração do estado pelo decreto 20.185 de 7 de julho de 1931, passará a ser denominado Instituto Agrônômico, tendo por base fazer estudo experimental das principais culturas, propaganda dos processos racionais de agricultura, análise dos principais tipos de terras, e estudo e combate as pragas das plantas cultivadas.

Art. 2 O Instituto compreenderá:

- a) Seção de agronomia
- b) Patronato Agrícola

Art. 3 O patronato de que trata a letra b do artigo 2ª será um estabelecimento de assistência, proteção e tutela a menores desvalidos, visando a educação moral, cívica, física e profissional daqueles que, por insuficiência de capacidade de educação na família, forem postos, por quem de direito, à disposição da secretaria da fazenda, agricultura e Obras Públicas do Estado da Paraíba. (BANANEIRAS, REGULAMENTO 1932)

Nesse mesmo ano foi estabelecido o Serviço de Colonização de Flagelados, mais um serviço de assistência a famílias de agricultores que fugiam da seca ou se encontravam em situação de pobreza extrema no estado. Esse serviço funcionava como núcleo colonial, as famílias abrigadas trabalhavam nas diversas culturas agrícolas anexas ao Patronato, em troca adquiriam o direito de morar no terreno da Instituição. Essas famílias, juntamente com os meninos internos, contribuíram para a consolidação do plantio de culturas agrícolas para o abastecimento da região.

No ano de 1933 novas modificações estavam em curso. O Ministério da Agricultura foi constituído por três diretorias gerais: de Agricultura, de Pesquisas Científicas e de Indústria Animal. Os patronatos agrícolas ficaram subordinados à Diretoria Geral de Agricultura juntamente com os serviços de inspeção e fomento agrícola, aprendizados agrícolas, serviços experimentais de agricultura, o serviço de algodão e o serviço florestal. Logo em seguida, foram criadas várias diretorias subordinadas ao Ministério, dentre elas a Diretoria de Ensino Agrônômico, subordinada à Diretoria Geral de Agricultura do Ministério. Subordinada à Diretoria Geral do Ensino Agrônômico estavam os patronatos e aprendizados agrícolas, a Escola Superior de Agricultura e Medicina Veterinária e o Ensino Agrícola Subvencionado.

No entanto, essas mudanças trouxeram problemas para a administração do Instituto Agrônômico de Bananeiras, relacionados principalmente a cortes orçamentários. Após dois anos, com a extinção do Instituto Agrônômico e sua transformação em Aprendizado Agrícola voltou a haver melhorias orçamentárias e a consolidação da ótica de ensino voltada a profissionalização dos meninos.

No ano de 1934 vemos um redirecionamento do MAIC no sentido de transformar a muitos dos Patronatos Agrícolas em Aprendizados Agrícolas. Os Patronatos da Bahia, Pernambuco, Pará, Minas Gerais, Acre, Alagoas e Rio Grande do Sul foram transformados em Aprendizados, o já denominado em Instituto Agrônômico foi transformado em Aprendizado Agrícola da Paraíba e transferido do governo estadual para o federal, sendo criados também dois novos: o Aprendizado do Rio de Janeiro e de Sergipe. Os dois únicos estabelecimentos que não se transformaram em Aprendizados Agrícolas e que foram transferidos do Ministério da Agricultura para o Juízo de Menores do Ministério da Justiça foram os Patronatos Wenceslau Braz e o Arthur Bernardes, ambos em Minas Gerais (OLIVEIRA, 2003).

Diferentemente dos patronatos agrícolas, os aprendizados agrícolas possuíam maior hierarquização e organização de conteúdos escolares, além de gerar maiores lucros com o trabalho agrícola. Criados em 1910, o número de aprendizados oscilava bastante na segunda década do novecentos, a depender da crise orçamentária do Ministério da Agricultura, por outro lado os patronatos agrícolas, criados pelo mesmo Ministério em 1918, aumentavam seu número, chegando a um total de vinte patronatos agrícolas federais em 1930, espalhados por vários estados do país até sua desarticulação em 1934.

A falência dos patronatos agrícolas está relacionada, principalmente a sua ênfase na correção e regeneração dos meninos. A preocupação disciplinar, correcional e moralizante passou a ser alvo de críticas ao funcionamento dessas instituições, o que as levou a serem substituídas pelos aprendizados agrícolas durante os primeiros anos da década de 1930. Os aprendizados tinham um direcionamento mais incisivo com relação a formação do trabalhador agrícola, além disso apesar do menor número, eles davam mais lucros à União que os patronatos. Nery (2009) ressalta que no ano de 1929, a produção total de apenas três aprendizados foi de 109:709\$290 (Cento e nove contos, setecentos e nove mil e duzentos e noventa Réis), enquanto a rede de patronatos foi de 17:269\$620 (Dezessete contos, duzentos e sessenta e nove mil e seiscentos e vinte Réis), um desempenho duas vezes superior ao dos patronatos, deixando transparecer que os primeiros tinham uma maior eficácia com relação ao ensino profissionalizante.

A transformação do Patronato Agrícola de Bananeiras em Aprendizado alterou a situação administrativa, foram extintas as funções referentes aos serviços de disciplina e vigilância, ou seja, um instrutor de alunos, dois inspetores e quatro guardas foram substituídos pelos novos cargos formados por um chefe de disciplina e um guarda noturno interno para o dormitório. Para se adequar as exigências, o Aprendizado Agrícola de Bananeiras apenas transferiu os antigos funcionários para cargos semelhantes (ANEXO D) como no caso do anexo citado guarda vigilante Odorico Pereira Lima, que foi transferido posteriormente para o cargo de guarda noturno. Ao que tudo indica, essas transformações, apesar de diminuírem o quadro de pessoal de vigilância da Instituição não retirou seu caráter disciplinador, marca dos extintos patronatos agrícolas, pois outros mecanismos disciplinadores continuaram a perdurar como característica marcante da Instituição.

Para retirar o viés correcional, os aprendizados agrícolas passaram a possuir os critérios de admissão restritos aos menores filhos de agricultores (ANEXO E), no entanto, a insistência da comunicação entre o MAIC e o Aprendizado Agrícola de Bananeiras no que tange a especificação dessa clientela indica que a Instituição muitas vezes autorizava a internação de menores, seguindo os mesmos critérios dos antigos patronatos agrícolas. Encontramos na documentação pesquisada, o envio de pedidos de internação de menores desvalidos e órfãos por parte de cônegos e outros tutores, sem que fossem necessariamente filhos de agricultores, entre os anos de 1934 e 1935. Em alguns casos, a força da autoridade do Juiz pressionava, por meio de cartas a entrada de alguns menores desvalidos no Aprendizado. (ANEXO F)

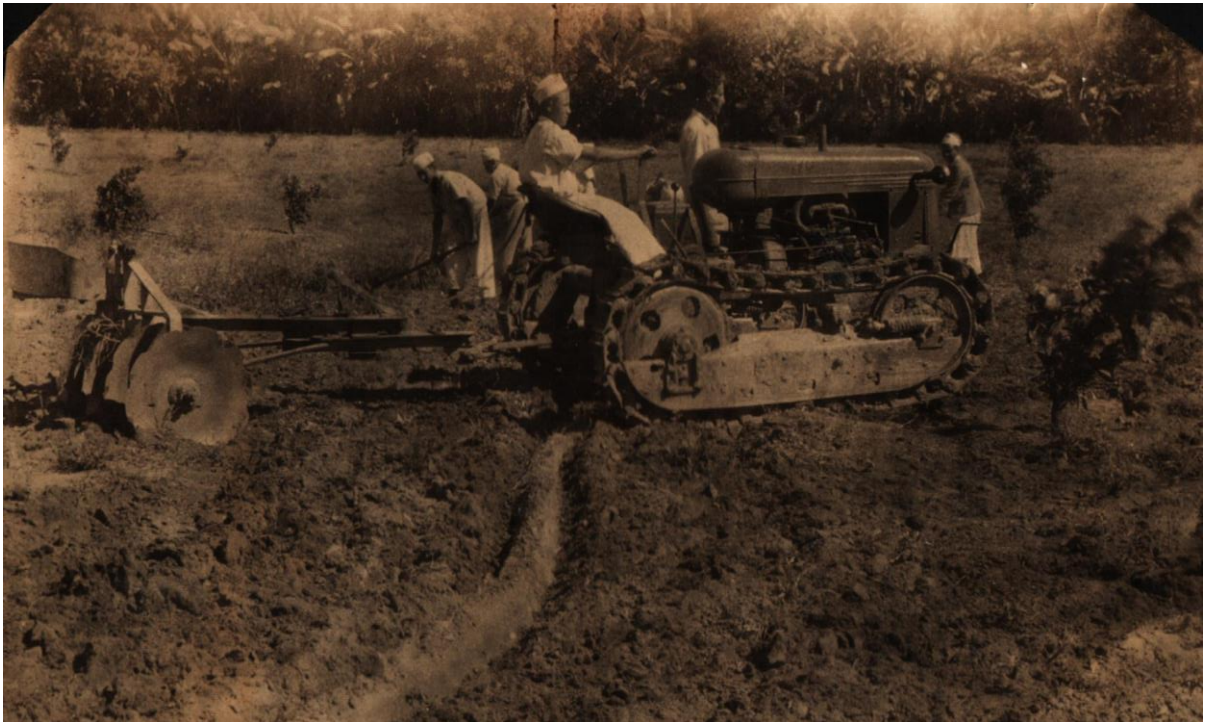
Nesses dois primeiros anos de funcionamento do Aprendizado, os critérios de permanência na Instituição tornaram-se mais rígidos, aqueles que reprovassem duas vezes consecutivas numa mesma disciplina seriam automaticamente desligados. Apesar de aumentar o grau de seletividade para entrada na Instituição, encontramos pedidos de internação por intermédio de pessoas de importância ou dos próprios pais até o ano de 1945, o que indica que reminiscências das práticas escolares herdadas dos patronatos sobreviveram durante todo o período do Aprendizado Agrícola.

Com o passar dos anos, verificamos o aumento da complexificação do ensino técnico oferecido aos internos, seja por meio da aquisição de novas máquinas para auxiliá-los nos serviços agrícolas ou através da inserção de disciplinas como “Agricultura e máquinas Agrícolas” e “zootecnia e fomicultura” oferecidas aos internos no nível médio, como consta em documentos referentes ao ano de 1941.

O Patronato transformado em Aprendizado ganhou melhoramentos em suas instalações, fundamental para controlar os meninos, fazendo-os viver de forma absoluta o ensino recomendado na Instituição. Com o passar dos anos foram adicionadas novas técnicas e aumento da mecanização agrícola ao processo de aprendizagem dos ofícios agrícolas.

Desde o ano de 1927 encontramos registros de utilização de máquinas nas plantações do Patronato. Após a transformação em Aprendizado Agrícola, foram adquiridas mais algumas, com isso constatamos que sempre que possível eram ensinados aos internos a utilização de técnicas mais modernas e do manuseio de máquinas adquiridas, como observamos na foto a seguir:

Figura 11 - Menores em trabalho na plantação.



Fonte: Arquivo do CCHSA, UFPB, Campus Bananeiras.

Concluimos que a passagem do Patronato para Aprendizado alterou a organização interna e administrativa da Instituição, no entanto, o regime disciplinador, o perfil de meninos internos como provenientes de famílias pobres, bem como a utilização dos espaços e organização do tempo da Instituição já estavam previamente estruturados dos tempos de patronato agrícola e permaneceram presentes como marca da Instituição.

No capítulo seguinte, veremos a dinâmica de atividades internas oferecidas aos internos visando a formação de indivíduos disciplinados e adaptados ao trabalho, também é parte do capítulo as reações dos pais e dos meninos ao regime estabelecido.

4 – A EDUCAÇÃO DOS INTERNOS: ALFABETIZAÇÃO E TRABALHOS NO PATRONATO AGRÍCOLA VIDAL DE NEGREIROS

4.1 ENSINO PRIMÁRIO E ROTINA ESCOLAR DOS INTERNOS

A educação representava um dos destaques dos mecanismos de intervenção do MAIC, que entendia que diante da situação do campo era necessário construir um ensino agrícola que fornecesse respostas aos problemas agropecuários, conforme já afirmamos nos capítulos anteriores.

A experiência do Patronato Agrícola de Bananeiras é importante não só devido ao seu pioneirismo na educação rural de crianças desvalidas na Paraíba, mas também devido a proposta educativa que se colocou em prática.

Os cursos do Patronato eram voltados ao ensino primário e profissional. O intuito da Instituição era formar um trabalhador apto física, moral e disciplinado para o trabalho assalariado, para tanto era necessário educar-lhes nas primeiras letras, ensinar a escrever e a contar e, concomitantemente, inseri-los no que considerava-se ser o mais importante do Patronato: o trabalho agrícola.

O ensino primário correspondia a três cursos distintos: elementar, médio e complementar. Nos casos dos cursos primário elementar e médio, as turmas eram formadas por meninos a partir dos dez anos de idade, a internação só era admitida dos dez aos quinze anos de idade para os cursos primários, sendo muitos menores desligados da instituição ao completar quinze anos. Os que permaneciam continuavam o curso no nível complementar até completar dezessete anos de idade.

Encontramos indícios no circular número 43 de 1930, de que os menores desligados do estabelecimento eram transferidos para os cursos complementares em outros estados, sendo recomendados o curso em Pinheiro e Santa Mônica – SC, respectivamente.

Ministerio da Agricultura, Indústria e Commercio
Directoria Geral do Serviço de Povoamento
Circular nº 43
Rio de Janeiro, 12 de junho de 1930
Snr. Director do Patronato Agrícola “Vidal de Negreiros”
Ao serem transferidos educandos para os cursos complementares deveis cumprir o que se contem na seguinte circular nº19 de 7/8/23:

- “Recomendo-vos com todo interesse que façaes sempre acompanhar os menores desligados desse estabelecimento para o curso complementar em Pinheiro e Santa Mônica os resultados dos exames finaes dos mesmos.
Saúde e fraternidade
Dulphe Pinheiro Machado. (BRASIL, MAIC, 1930b)

Os meninos admitidos com dez anos de idade eram encaminhados para o ensino primário, onde lhes era ensinado a instrução primária, assim como o ensino profissional de ferreiro, carpinteiro e seleiro. Aos quinze anos, adentravam no ensino técnico-profissional, que tinha por objetivo lhes dar além de habilidades no cultivo do solo, outras habilidades relacionadas ao trabalho manual.

Os registros encontrados sobre o que era ensinado no Patronato Agrícola de Bananeiras dizem respeito às prescrições presentes em seu Regimento Interno, vejamos o que dizia o documento: no curso primário era ensinada a leitura, escrita, noções de gramática reduzidas ao mínimo, que conduzissem os meninos apenas a saber falar e escrever corretamente na língua portuguesa. Também aprendiam a contar, calcular aritmética e noções de geometria prática, história natural, instrução moral e cívica, noções elementares de higiene, desenho, ensino de música com cânticos da patrióticos, ginástica sueca, passeio e excursões para a coleta de plantas com a finalidade de formar coleções escolares e trabalhos manuais. Concomitantemente a isso, os meninos ainda trabalhavam nos campos de cultivo, nas oficinas e instalações da própria Instituição.

No curso primário complementar deveriam fazer uma revisão do conhecimento adquirido nos dois cursos anteriores e por vezes, alguma ampliação desse programa era recomendada e ficava a critério de cada Patronato, com a devida aprovação do Ministro da Agricultura e do Serviço de Povoamento.

Já o ensino profissional era oferecido aos meninos dos quinze aos dezessete anos de idade, versavam principalmente sobre estudos da prática agrícola. Os internos aprendiam os meios de se preparar o solo, sistema de alavancas, drenagem e irrigação dos terrenos, instrumentos agrários, trabalho de montagem e manejo de máquinas e trabalhos agrícolas, preparação de sementes e materiais fertilizantes, jardinocultura, horticultura, sobre as doenças que afetavam as plantas agrícolas, pecuária, apicultura e diversos outros serviços da indústria animal e da lavoura.

As instruções de como deveria se dar esse ensino e a que público alvo se destinava, foi instituído pelo Decreto 12.893 de criação dessas instituições em 1918, o qual determinava que os patronatos agrícolas deveriam ministrar a instrução primária e cívica, noções práticas de agricultura, zootecnia e veterinária aos menores desvalidos. Acréscimos foram realizados a

partir de uma nova modelagem em sua organização, sob o Decreto 13.706 de 25 de julho de 1919, os quais complementavam:

Art.10 O ensino ministrado nos Patronatos Agrícolas é intuitivo, prático, limitado a condição do pequeno cultivador ou trabalhador rural, compreendendo noções rudimentares de agricultura em seus diferentes ramos, mecânica agrícola, criação, hygiene, tratamento, alimentação dos animais domésticos e industrias rurais. (BRASIL, DECRETO 1919)

De acordo com essa finalidade, o Patronato Agrícola de Bananeiras passou a receber meninos a partir de 1924, internados através da solicitação das autoridades judiciárias, dos próprios pais ou de responsáveis pela sua guarda.

No caso dos meninos abandonados ou simplesmente recolhidos pelas ruas, a internação era feita por solicitação direta do juiz, cuja responsabilidade recaia sobre o poder judiciário da cada comarca. Já no caso dos meninos encaminhados ao Patronato por solicitação dos pais ou responsáveis, era necessário preencher um requerimento selado com uma estampilha no valor de 2\$200 Réis (Dois contos e duzentos Réis), o documento deveria ser assinado por duas testemunhas e encaminhado ao estabelecimento de ensino.

Desde sua inauguração, o Patronato recebeu pedidos de inúmeros pais, os quais alegavam não ter condições de criar e educar os filhos, por isso solicitavam sua internação. Como consta nesse documento abaixo:

Patronato Agrícola Vidal de Negreiros

Exmo. Snr. Dr. Director do Patronato Agrícola Vidal de Negreiros

Aurora Chagas Silva, sem profissão, residente em Serraria, não tendo recursos necessários para educar Alcides Chagas da Silva, vem respeitosamente pedir-vos que possa interná-lo nesse Patronato Agrícola, sob vossa criteriosa direção, juntando para esse fim os documentos exigidos pelas disposições complementares em vigor. E. R. M, estão coladas três estampilhas no valor de 2\$ 200 inutilizadas de modo seguinte: as duas primeiras com um carimbo onde se lê: Patronato Agrícola Vidal de Negreiros, serviço de Povoamento B. Parahyba. A ultima, Bananeiras 8/12/926 8 de dezembro de 1926. A rogo de Aurora Chagas da Silva por não saber escrever assina. (Ass) Jovino Nepomuceno. Como testemunhas: Luiz Teles de Oliveira, Mario Pessoa Guimarães. As firmas estão reconhecidas pelo Tabellião Basilio Pompilio de Mello.

Patronato Agrícola Vidal de Negreiros, 2 de Fevereiro de 1927

Visto

José Augusto Trindade

Director. (BANANEIRAS, 1927a)

Os meninos internos no Patronato pertenciam a diversos municípios e povoados de todo estado, na documentação pesquisada encontramos meninos das cidades de Borborema, Sapé, Guarabira, Bananeiras, Santa Rita, Cabedelo, Espírito Santo, Caiçara, Areia, Santa Luzia, Pilões, Serraria, Campina Grande, Alagoa Grande, Mamanguape, Pedra Lavrada, Solânea, Esperança, Pedras de Fogo, Araruna, Belém, Itabaiana, Pilar, Ingá, Cabaceiras, Itaporanga, Patos, São José de Piranhas, Picuí, Barra de Santa Rosa, Alagoa Nova, Soledade, Conceição, Umbuzeiro, Brejo da Cruz, Princesa Isabel, Pombal, Tacima, Misericórdia, Teixeira, Catolé do Rocha, além de meninos oriundos da capital do estado e dos estados do Rio Grande do Norte, Pará, Amazonas, Pernambuco e Ceará.

A rigidez quanto à idade permitida para a internação no Patronato era severa pois encontramos vários meninos desligados por não terem a idade mínima para adentrar na Instituição. Outro critério para a admissão dos meninos era o de não possuir nenhuma deficiência física, como os meninos eram forçados a realizar várias atividades laborais, o fato de não sofrer de doenças contagiosas ou lesões que os desabilitassem para o serviço agrícola era imprescindível para o tipo de educação fornecida no Patronato.

A importância da saúde física como critério de internação é ratificada pelos inúmeros pedidos enviados solicitando uma vaga no Estabelecimento. Citamos como exemplo, uma solicitação de internação feita por um comerciante de Campina Grande em prol de um menor abandonado naquela localidade, na qual ele ressalta as boas condições de saúde do menor que pleiteava a vaga:

Armazém de João Uchôa
 Agente da *Standard oil Comp:of Brazil*
 Rua Presidente João Pessoa 82
 Campina Grande- Parahyba
 Ilmo. Sr. Dr.
 Director do Patronato Agrícola
 Vidal de Negreiros.
 Bananeiras.

Prezado senhor: - Venho pela presente solicitar de V. Sa. O favor de informar se há vaga nesse Patronato, que possa colocar um menor abandonado, o mesmo tem 15 anos, gosa de perfeita saúde, não tem defeitos físicos e de boa construção. Em caso afirmativo, peço ainda me fornecer instruções detalhadas, afim de que possa prepara-lo para o seu ingresso nessa instituição. Aguardando com prazer as notícias de V. As sobre o assunto, subscrevo-me attentiosamnete com muita estima e apreço,
 Amigo e Crde. Atte.
 João Uchôa. (BANANEIRAS, 1927b)

Era parte da política dos patronatos agrícolas o aproveitamento dos meninos para os cargos que vagavam na Instituição. Na realidade muitos meninos, ao aproximar a data do seu desligamento, que acontecia ao completar a idade regulamentar de dezessete anos, ofereciam seus serviços nas fazendas da região ou eram aproveitados pelos próprios patronatos nas funções de capatazes, inspetores de alunos ou guarda-vigilantes.

Após anos de uma disciplina militarizada tornavam-se fiscais do comportamento e da boa conduta dos que adentravam na Instituição. A Inspeção dos Patronatos Agrícolas estava sempre atenta ao cumprimento desse aproveitamento dos ex-alunos, desde a inauguração do Patronato em 1924, vemos na Circular de Número 11, de 16 de setembro de 1924 a orientação de ordens para sempre se dispusesse a relação nominal dos alunos que concluíssem o curso e o aproveitamento dos mesmo para cargos que vagassem nas instituições, recomendando sua contratação sempre que tivesse vaga.

Essa indicação por parte da Diretoria Geral dos Patronatos Agrícolas para aproveitar os alunos dos patronatos estava intimamente relacionada à ideia de satisfazer as expectativas do MAIC em se criar indivíduos afeitos para os trabalhos manuais e rurais das diversas localidades em que se estalavam essas instituições. Objetivamente, vemos essa orientação de 16 de setembro de 1924, enviada ao Patronato Vidal de Negreiros:

Ministerio da Agricultura Indústria e Comercio
Rio de Janeiro 16 de setembro de 1924
Sr. Director do Patronato “Vidal de Negreiros”
Transmitte-vos, por cópia, de ordem de Sr. Director, o seguinte officio nº 2327, de 1º do corrente, dirigido a esta directoria, pelo Sr. Director Geral de Agricultura:
- “Comunico-vos, de ordem de Sr. Ministro, que deveis enviar, periodicamente, a esta Directoria Geral uma relação nominal dos alunos que concluírem, com aproveitamento os cursos dos Patronatos Agrícolas sob a vossa jurisdição, afim de que possa este Ministério, de preferência, designá-los para os cargos que se vagarem ou para os quaes possuam os requisitos necessários.”
Saúde e Fraternidade. (BRASIL, MAIC, 1924b)

Três anos depois, verificamos a mesma orientação na Circular Número 10, de 14 de março de 1927, que continha apelo semelhante:

Ministerio da Agricultura, Indústria e Commercio
Rio de Janeiro, 14 de março de 1927
Circular nº 10
Sr. Director do Patronato “Vidal de Negreiros”

De ordem do Snr. Director Geral comunico-vos, para os devidos fins, que as vagas de guardas vigilantes e inspetores de alunos, não podem ser preenchidas nos Patronatos Agrícolas, sem prévia autorização desta Directoria Geral, pois há muitos ex-educandos que se encontram sem colocação e que devem ter preferencia aos mesmo logares.

Sobre o assumpto peço a vossa atenção para a circular nº 6 de 11 de fevereiro de 1925, reiterada em circular nº13 de setembro do mesmo ano.

Saúde e Fraternidade. (BRASIL, MAIC, 1927c)

Em 1931, quando houve a modificação na legislação relativos aos patronatos agrícolas, as recomendações para o desligamento dos meninos que atingissem a idade de dezessete anos tornaram-se mais rígidas. Isso aconteceu devido ao corte de verbas destinado às instituições, cumprindo-se ordens do governo federal de diminuir gradativamente o número de educandos no Patronato Agrícola de Bananeiras de duzentos para cento e cinquenta meninos, retirando aqueles que permaneciam internos de forma irregular, por não ter a idade indicada para permanecer na Instituição.

Na ocasião o corte de verbas foi recebido com preocupação pelo então diretor Nelson Dantas Maciel:

Cópia

Patronato Agrícola “Vidal de Negreiros” 9 de Abril de 1931

Agrinspecto- Rio nº 40 – Accordo vosso ofício 986 de 26 de março findo data vênia lembraria toda conveniência momento actual conservar este Patronato lotação duzentos educandos virtude verdadeira miséria e penúria atravessa população pobre este Estado (pt)

Como nunca presentemente procuram internar menores visto faltar-lhes recursos própria alimentação (pt) Dada essa situação vexatória lembro essa inspetoria protelar desligamentos. Saudações (ass) Nelson Dantas Maciel- diretor Agrividal

Conferem com o original

Em 24/04/1931

Escriturário

Visto Nelson Dantas Maciel (BANANEIRAS, 1931a)

Na cópia do ofício registrada pela secretaria do estabelecimento, ele revela a situação de miséria que se encontrava a população do estado, levando a muitas famílias ao se verem impossibilitadas de cuidar dos filhos, interná-los no Patronato Agrícola. Após os anos difíceis, quando foi transformado em Aprendizado Agrícola, a Instituição voltou a ter duzentos internos e os meninos passaram a ser desligados com a idade de dezoito anos.

O internamento na Instituição, além de propiciar a “limpeza” das ruas dos meninos abandonados e “resgatar” as crianças pobres, o fazia através do combate diário das práticas

ociosas, contrapondo a ideia de honra do trabalho à vergonha da vadiagem, preenchendo cada parcela de tempo da vida dos meninos, com a disciplina do trabalho.

A rigidez e disciplina se fez presente inicialmente no próprio fardamento dos internos. Durante sua estadia no Patronato, os meninos recebiam um enxoval formado por várias fardas, calçados, roupas de cama e material para a higiene pessoal. Esse enxoval era entregue no momento da entrada do interno na Instituição, quando eles eram identificados e seu uso era obrigatório e sempre fiscalizado pelo inspetor de alunos ou guarda vigilantes, responsáveis pela revista matutina e noturna dos internos.

Também havia orientação quanto às vestimentas dos alunos, classificadas em quatro categorias. O primeiro uniforme era utilizado exclusivamente em dia de gala, o segundo uniforme era voltado para serviços externos, domingos ou feriados. O terceiro e quarto uniforme eram os mais usuais, utilizados nos trabalhos diários. Em nossa pesquisa não encontramos maiores detalhes das primeiras e segundas fardas dos alunos, mas podemos verificar, na foto abaixo, um tipo de uniforme para o trabalho nas oficinas.

Figura 12 - Imagem do fardamento dos menores nas oficinas.



Fonte: Arquivo do CCHSA, UFPB, Campus Bananeiras.

Essa foto é do ano de 1924 e apresenta uma turma de meninos fardados, porém descalços. Além disso podemos ver dois homens mais velhos que acreditamos serem trabalhadores responsáveis pelo funcionamento das oficinas. Através da consulta ao acervo, percebemos que o primeiro ano de funcionamento da Instituição foi marcado por pedidos de materiais de consumo e utilização dos internos, como os pedidos de envio dos calçados. Acreditamos que os menores aparecem na foto sem os respectivos calçados devido aos atrasos no envio, após a chegada dos lotes, os cuidados e reparos com os acessórios ficavam sob responsabilidade dos mesmos. Encontramos documentos que comprovam que até os calçados passaram a ser confeccionados em suas oficinas, pelos próprios internos, devido ao grande número de matriculados. Já as responsáveis pela costura das roupas eram as trabalhadoras diaristas, arregimentadas na própria localidade.

Outro ponto a respeito dos uniformes era a de que havia a recomendação presente na circular nº 16 de 19 de março de 1927 que os educandos ao se retirarem da Instituição, quer seja por motivo das férias regulamentares, desligamentos ou por outros motivos, deveriam deixar as peças de uniforme ou qualquer outro objeto, mesmo os de uso individual, no estabelecimento agrícola, uma vez que todo o enxoval era de propriedade da Fazenda Nacional.

Como funcionava em regimento de internato, o controle dos horários de atividades dos internos era extremamente rígido. De acordo com o primeiro regimento interno adotado pela Instituição, conforme já dissemos no capítulo 2, era uma cópia do Regimento do Patronato José Bonifácio/ SP vemos o fracionamento do tempo, orientado por rígida disciplina, presente em todas as atividades diárias:

Quadro 4 - Horários do Patronato

2º Dos Horários	
Art.5 – O patronato Agrícola Vidal de Negreiros terá os seguintes horários de trabalhos:	
Em dias úteis – Inverno	
Alvorada	Às 6 horas
Arrumação dos leitos, asseio, higiene do corpo e revista	Das 6 às 6 ½
Café	Das 6 ½ às 6 ¾
Gimnástica	Das 6 ¾ às 7 ¼

Trabalhos agrícolas	Das 7 ¹ / ₄ às 10 ¹ / ₄
Revista Médica e banho geral	Das 10 ¹ / ₄ às 11
Almoço	Das 11 às 11 ¹ / ₄
Descanso	Das 11 ¹ / ₂ às 12
Ensino primário e profissional	Das 12 às 14
Lanche	Das 14 às 14 ¹ / ₄
Ensino primário e profissional	Das 14 ¹ / ₄ às 17 ¹ / ₄
Jantar	Das 15 ¹ / ₄ às 17 ³ / ₄
Recreio	Das 15 ³ / ₄ às 18 ¹ / ₄
Estudo da educação moral	Das 18 ¹ / ₂ às 19 ¹ / ₂
Chá	Das 19 ¹ / ₂ às 19 ³ / ₄
Revista e preparo para deitar	Das 19 ³ / ₄ às 20
Silêncio geral	Às 20

Fonte: Arquivo do CCHSA. 1922.

Através das regras estabelecidas pelo Regimento também podemos apreender que procuravam modelar o comportamento dos meninos, não apenas nos dias normais de atividades, como também nos dias festivos. Nos domingos e dias de festas nacionais apenas eram admitidas diversões consideradas apropriadas e compatíveis com a disciplina do estabelecimento de ensino. Durante o verão, o horário de atividades era alterado para uma hora mais cedo, “na alvorada”, com o acordar mais cedo às cinco horas da manhã e uma pequena modificação no horário dos trabalhos agrícolas, os quais teriam início às seis horas da manhã e se estenderiam até às dez.

Com relação aos trabalhos nas salas de aula, cada classe seria dividida em tantas subclasses fossem necessárias para maior assistência de ensino, não devendo as subclasses apresentarem um número maior de quarenta alunos. No ensino primário o professor contava com um mapa do Brasil, um livro para iniciação geográfica, figuras geométricas, sistema

métrico de medidas agrárias, uma coleção de quadros para aritmética, quadros para ensino de linguagem, anatomia humana, meteorologia, história natural e mapas geográficos para o ensino agrícola. Cada professor também teria o ponto diário para fazer a chamada de frequência dos educandos, semanalmente encaminharia ao diretor, no formato de boletim de aula. Era função do professor executar o programa de ensino e horário estipulado pelo Regimento Interno, organizar boletim semanal de ocorrências havidas na classe, a exemplo dos serviços executados, casos de indisciplina, progressos verificados na classe e os nomes daqueles internos que não tinham revelado nenhum aproveitamento. Além de zelar pela disciplina e pelo material escolar da turma, o professor auxiliava o médico no asseio dos meninos, verificava a situação de higiene dos dentes, cabelos, orelhas, mãos, anotando o nome daqueles que não apresentassem situação satisfatória.

Como método de incentivo à competitividade dos educandos estava preconcebido no Regimento Interno, ao final de cada mês, era recomendado a confecção do quadro de honra da aula, a ser feito pelo professor. Nesse quadro seriam anexados as médias mensais e exibição das maiores notas da turma. Esses exames combinavam as técnicas de hierarquia e controle normatizados na qual os alunos eram testados, medidos, semelhante às inspeções médicas aos doentes, no sentido de dar uma comparação definitiva do sujeito com o todo. Segundo Foucault (2014):

O exame que coloca os indivíduos num campo de vigilância os situa igualmente numa rede de anotações escritas; compromete-os em toda quantidade de documentos que os captam e os fixam. Os procedimentos de exame são acompanhados imediatamente de um sistema de registro intenso e de acumulação documentária. (FOUCAULT. 2014, p. 185)

Dessa forma, os exames estabeleciam uma formalização dos indivíduos dentro das relações de poder e estimulavam a competição entre os internos, caracterizando a aptidão de cada um e hierarquizando os seus níveis e capacidades, para posteriormente utilizá-las em proveito das necessidades da Instituição.

As notas de aproveitamento e comportamento tinham os seguintes números:

Quadro 5 Tabulação das notas de aproveitamento de acordo com o regimento interno do Patronato

10/ 10	Ótimo
8/10	Bom

6/10	Regular
4/10	Sofrível
2/10	Mau
0/10	Péssimo

Fonte: Regimento Interno. Arquivo do CCHSA. 1922.

Os exames eram realizados periodicamente para a promoção dos alunos, a critério do diretor, e os exames finais eram organizados pelo Diretor do Serviço de Povoamento, o qual utilizava os materiais lecionados durante o ano letivo.

Além de manter a boa ordem e disciplina na classe, o professor também teria por função despertar nos internos o amor ao trabalho e a prática do dever cívico, ensinamentos de honra e dignidade e amor à pátria e às instituições.

Ao entrar o período de férias do corpo docente, os professores organizavam uma escala, a fim de que no período de férias escolares os educandos não fossem dispensados dos estudos.

Com relação ao ensino profissional, somado a ginástica e exercícios militares, os exames práticos eram feitos a partir do que foi visto durante o ano letivo. Também contava para as avaliações o desenvolvimento do interno quanto à educação moral, servindo de provas para esse julgamento as notas e observações do diretor, auxiliar agrônomo, professor e demais funcionários do Patronato. As provas da educação moral eram apuradas por uma comissão composta pelo Diretor do Serviço de Povoamento e de dois representantes do corpo docente. O diretor, os professores e os encarregados dos serviços deveriam anotar em caderneta especial, os traços do caráter do educando e as modificações que fosse passando sob a influência da educação.

O momento da aula deveria ser respeitado com a maior rigorosidade, mesmo nos casos de visitas particulares ou oficiais, os trabalhos em sala de aula não deveriam ser interrompidos, as instruções eram de que o professor em caso de visita particular a sua sala, cumprimentaria o visitante, mas deveria imediatamente prosseguir o ponto da lição, e quando a visita fosse oficial, isto é, alguém vinculado à Diretoria dos Patronatos Agrícolas, nesse caso o professor forneceria as notas e informações desejadas.

A disciplina escolar impedia que os alunos descansassem o peito sobre a carteira, dobrassem o corpo para a frente, para o lado ou para trás, era dever do professor educar os

gestos corporais dos alunos, impedir que comessem durante a aula, escarrassem no chão, permanecessem muito próximos uns dos outros e retirassem as mãos das carteiras. Todo esse controle dos gestos e da expressão corporal era realizada com o intuito de criar indivíduos docilizados, através de diferentes estágios até que sua formação fosse concluída.

Um importante auxiliar do professor era a figura dos inspetores de turmas. Estes faziam parte do pessoal contratado pela Instituição, juntamente com os guardas vigilantes exerciam a função de polícia e de vigilância sobre os internos, verificavam também em todas as atividades do dia, o asseio e higiene dos meninos, informando ao porteiro contínuo sobre as ocorrências havidas. Fazia parte das atribuições dos inspetores o serviço de lavagem e conservação das roupas, o enxoval e objetos de uso dos internos e deveriam estar prontos a atender todos os serviços as quais fossem designados.

A existência desses inspetores se explicava pela necessidade de maior organização dos controles. Para ajudar o professor, a função dos inspetores não se limitava a auxiliá-lo em seu material, era definida também pelo papel executado na fiscalização dos internos. Segundo Foucault, “Uma relação de fiscalização, definida e regulada, está inserida na essência da prática do ensino: não como uma peça trazida ou adjacente, mas como um mecanismo que lhe é inerente e multiplica sua eficiência.” (FOUCAULT. 2014, p. 173).

Através da colaboração dos inspetores nas turmas, foi possível efetivar o procedimento de ensino baseado nas lições e exercícios passados pelo professor, juntamente com uma constante observação e vigilância recíproca como parte da atividade pedagógica.

4.1.1 O trabalho nas oficinas

Além do ensino primário e complementar, o Patronato Agrícola de Bananeiras dispunha de oficinas profissionalizantes, nas quais os alunos eram distribuídos em turmas para o aprendizado das práticas relacionadas aos ofícios que desenvolviam. As oficinas oferecidas pelo Patronato Agrícola de Bananeiras eram a de ferraria, selaria e carpintaria. Há poucos relatos sobre a forma como ocorriam essas atividades, mas encontramos fotos das oficinas nas quais podemos observar o trabalho realizado pelos alunos, bem como quadros mensais de produtos confeccionados e por meio deles se ressaltar a importância inquirida às oficinas uma vez que estava relacionada aos produtos confeccionados, de grande valia para o

estabelecimento, pois eram utilizados pelos educandos ou vendidos para fornecer lucros que beneficiava a Instituição.

Uma parte das atividades desempenhadas pelos alunos nas oficinas serviam para auxiliar no desenvolvimento de outras tarefas no Patronato, dessa forma as oficinas de carpintaria, selaria e ferraria confeccionavam utensílios úteis para o desenvolvimento dos trabalhos agrícolas.

Nessa foto podemos ver vários meninos no trabalho da oficina de carpintaria ratificando a forma de trabalho pragmático, uma vez que servia principalmente de auxílio para as atividades e despesas cotidianas da instituição. Além disso, ao que tudo indica, nos primeiros anos o funcionamento das oficinas não se dava de forma regular, pois encontramos vários ofícios contendo solicitações para que esse trabalho fosse desenvolvido no estabelecimento.

Figura 13 - Menores na carpintaria.



Fonte: Arquivo do CCHSA, UFPB, Campus Bananeiras. Sem data.

Na Circular de número 18, enviada ao Patronato pelo MAIC, de 31 de março de 1927, encontramos a recomendação de frequência obrigatória de todos os educandos do Patronato nas oficinas, os quais deveriam ser escalados, semanalmente por turmas. Nessa mesma circular atentam-se para as queixas recebidas com relação ao tratamento dispensado pelos mestres de oficinas e recomendam o acompanhamento das aulas dos menores

Ministério da Agricultura, Indústria e Commercio

Rio de Janeiro, 31 de março de 1927

Circular nº 18

Srn. Director do Patronato “Vidal de Negreiros”

De ordem do Snr. Director Geral renovo a recomendação referente a frequência obrigatória às oficinas de todos os educandos desse Patronato, que deverão ser escalados, semanalmente, por turmas.

Aos menores deverão os mestres ministrar ensinamentos relativos à nomenclatura das ferramentas e aparelhos, sua utilização prática, etc., colimando sempre o objetivo de dar-lhes habilidade manual nos ofícios.

Deveis acompanhar taes aulas, com o maior carinho, pois são frequentes as queixas dos interessados, que justamente, reclamam a ausência do ensino profissional aos menores, ensino este que deve ajustar às necessidades da vida agrícola.

Os educandos, que porventura, revelarem especial gosto por determinado ofício, serão transferidos para institutos adequados, cumprindo-vos para os devidos fins, enviar a esta Directoria Geral seus nomes, no fim do ano lectivo. Saúde Fraternidade. (BRASIL, MAIC, 1927d)

Os responsáveis por acompanhar e fiscalizar o trabalho dos educandos nas oficinas eram os mestres de oficinas. Eles eram trabalhadores contratados, não faziam parte do corpo de funcionários permanente da Instituição. Tinham a responsabilidade de prover o ensino profissional de acordo com o programa adaptado, sob sua guarda ficava a responsabilidade de todas as máquinas e ferramentas existentes nas oficinas e também, executavam qualquer trabalho necessário de manutenção no Patronato.

No decorrer de seu trabalho, assim como proposto pelo Ministério da Agricultura, deveriam fazer todas as anotações referentes aos internos que frequentassem suas oficinas, para encaminhar seus apontamentos de progresso ou indisciplina ao Diretor, posteriormente. Por meio de talões, os serviços realizados eram remetidos ao Diretor, neles constavam o valor do serviço e a declaração do funcionário que o solicitou. Essa última recomendação reforça a hipótese aqui levantada, de que os trabalhos nas oficinas eram encarados como suporte no desenvolvimento de outras atividades do Patronato.

Sempre que terminavam o trabalho, os mestres de oficinas faziam juntamente com os internos a limpeza das oficinas, os trabalhos eram encerrados uma hora antes para a limpeza de máquinas e aparelhos. Tudo que se produzia nas oficinas era registrado em livro próprio, indicando o valor, o destino e o número do talão.

Os serviços nas oficinas contavam com um mapa para cada uma das atividades e nesses mapas indicava-se a natureza do trabalho executado, determinado o valor do custo que compreenderia distintamente, material e a mão de obra.

Naquele mesmo ano (1927), o Ministério da Agricultura dividiu os patronatos agrícolas em duas formas distintas, os patronatos de zona urbana e os de zona rural, como já vimos anteriormente. Esse conjunto de meninos de zona urbana e rural podiam ser aproveitados na realização dos mais diversos ofícios manuais, além de agrícolas. Os chamados patronatos de zona rural, no qual se incluía o Patronato Vidal de Negreiros, só deveriam receber órfãos desvalidos ou filhos de lavradores, que residiam na zona rural. No entanto, pelo fato do Patronato de Bananeiras ser único no estado, ele pôde reservar metade da lotação aos menores classe rural e a outra metade aos menores de classe urbana, isso forneceu mão de obra o suficiente para desenvolver diversas atividades não agrícolas no estabelecimento.

Outro ponto importante, que podemos destacar é o fato de haver indicação expressa em inúmeros ofícios, inclusive na circular número 18 citada acima, a tentativa de aproveitamento dos menores em outras instituições, sempre que demonstrassem habilidade em determinado ofício, e mesmo aqueles que completassem dezesseis anos poderiam ser transferidos para os cursos complementares ou ser colocados na lavoura, ou ainda entregues aos interessados, isto é tornavam-se assalariados de proprietários rurais da localidade, das fábricas de outros estados ou do próprio Patronato.

Durante a fase de Aprendizado Agrícola percebemos que as oficinas se mantiveram em pleno funcionamento, os bens produzidos eram mesas, cadeiras, instrumentos para auxiliar o trabalho agrícola e consertos de bens da Instituição.

Concluimos, no que tange à realização do trabalho em oficinas, que constituindo como um modo de criar entre os educandos a disciplina e o bom senso necessário à produção como função da instrução escolar, tiveram algumas dificuldades em criar o aperfeiçoamento e especialização dos educandos, uma vez que a prioridade era o serviço agrícola, no entanto o seu funcionamento acabou por se consolidar devido ao interesse pelos produtos do trabalho realizado e pela possibilidade de aproveitar os menores egressos como novos mestres de oficina da Instituição.

4.1.2 Serviços agrícolas

O processo educativo do Patronato diferia do ministrado nas escolas urbanas e dos grupos escolares. Como já afirmamos anteriormente, a disposição predial e o corpo funcional do estabelecimento foram pensadas para ensinar aos alunos a disciplina necessária dos internatos, além de desenvolver o acompanhamento do ensino das práticas agrícolas, de todo o

processo de produção, desde os cuidados com a lavoura e colheita até a criação de animais como porcos, cavalos e bois.

Com relação ao trabalho agrícola foi de grande auxílio para nós, o acervo de fotos das plantações e do trabalho realizado pelos meninos naquele período. Nos registros da época, encontramos campo de produção das culturas do vime, guando, cana-de-açúcar, fumo, algodão, sorgo, mandioca, campo de produção de mudas para o plantio do vasto terreno e campos destinados à subsistência identificadas as culturas de laranja e pimentão. Além disso, havia área destinada a criação de animais, como gado, porcos, galinhas e aves.

Selecionamos a foto a seguir porque nos pareceu emblemática, no que tange a utilização dos meninos no processo de plantação e colheita das culturas desenvolvidas no Estabelecimento. Eles eram envolvidos em todo o sistema de lavouras, preparavam e aproveitavam os materiais fertilizantes, preparavam a profundidade, quantidade e emprego de sementes, para posteriormente participarem da colheita.

Figura 14 - Menores trabalhando na secagem do alho, 1929



Fonte: Arquivo do CCHSA, UFPB, Campus Bananeiras

Nos patronatos funcionavam áreas anexas na forma de campos de experimentação e fazendas modelo²⁴, tinha-se toda uma preocupação com sua produção interna, já no ano de 1925, um ano após ser inaugurado o de Bananeiras, foi enviada uma solicitação de notas dos trabalhos mensais do estabelecimento a ser remetida para a Diretoria Geral, da Secretaria de Agricultura, com as seguintes especificidades: os metros quadrados de áreas cultivadas, em que consistia o preparo do terreno para as diversas culturas feitas, o trato cultural e os instrumentos utilizados, quais alunos e instrumentos trabalhavam nas diversas culturas, quais trabalhos práticos eram próprios dos trabalhadores rurais, aradores e pequenos proprietários agrícolas explorando culturas e quais são exercitados pelos alunos.

Essas instituições recebiam o suporte das instituições congêneres e mantinham contato entre si, inclusive nos aspectos que concernem ao aproveitamento de menores:

Ministerio da Agricultura, Indústria e Commercio
 Aprendizado Agrícola de Barbacena
 Barbacena (estado de Minas Gerais) 11 de setembro de 1930
 Ofício circular nº 817
 Snr. Director do Patronato Agrícola “Vidal de Negreiros”
 Bananeiras- Estado da Parahyba do Norte
 Como não deveis ignorar, este Aprendizado prepara aradores, práticos em trabalhos agrícolas e chefes de cultura, que podem prestar excellentes serviços ao ensino Agrícola nos Patronatos, pelo que tomo a liberdade de lembrar-vos a conveniência de ser algum deles aproveitado na repartição ao vosso cargo, quando, para isso se oferecer oportunidade, pedindo-vos neste caso, a fineza de vos dirigirdes sobre o assumpto a esta directoria, que, com toda solicitude, providenciará a respeito. (BRASIL, MAIC. 1930b).

Para o ensino complementar e instrução agrícola existiam dependências e instalações que objetivavam o trabalho e lucro da produção interna. Encontramos alguns ofícios da Direção alertando para a proibição do comércio entre funcionários e educandos do estabelecimento. Ao que tudo indica, pelo menos no ano de 1925, os meninos tentavam comercializar ilegalmente os produtos da colheita, a fim de adquirir dinheiro ou talvez outros benefícios. Fizeram parte do Patronato o espaço para horta e pomar, campo de experimentação, campo de exploração, campo de exploração pastoril, estábulo, pocilga e galinheiro, museu agrícola, museu escolar e posto meteorológico. Para estes trabalhos os meninos eram acompanhados de alguns trabalhadores contratados, sendo eles o tratador de animais e os feitores. Cada qual com sua

²⁴ Área de produção e estudo agrícola que cumpria a função de ensinar os produtores locais as melhores técnicas da lavoura e controle de pragas agrícolas.

função regulamentada pelo Regimento interno e pelo Serviço de Povoamento do Ministério da Agricultura.

O tratador de animais deveria manter as instalações pecuárias cuidadas, ser responsável pela conservação dos arreios e veículos utilizados nas atividades com os animais de trabalho, receber à tarde os animais conferindo se estavam em bom estado, cuidar e distribuir rações aos animais, atender as determinações do auxiliar agrônomo, manter sob sua ordem os internos para o auxílio dos trabalhos no campo, de acordo com as ordens do auxiliar agrônomo.

Já os feitores, denominação que traz consigo toda carga referente aos tempos escravocratas, foi utilizada nos documentos do Patronato para designar um tipo de trabalhador rural responsável pelos demais. Essa atribuição nos remete ao período Colonial e Imperial do Brasil, quando os feitores eram homens, livres ou escravos, que tinham por função vigiar e fiscalizar o trabalho dos escravos. No Patronato, essa ocupação, herdeira dos tempos escravocratas, foi novamente invocada. Caberia aos feitores fazer a ponte entre os trabalhadores diaristas, contratados para a colheita e os internos, bem como guiar os educandos no trabalho de agricultura, cumprindo e fazendo cumprir as ordens do auxiliar agrônomo.

4.2 VIGILÂNCIA COMO FORMA DE ADESTRAMENTO ESCOLAR

O Estado brasileiro, em momento de consolidação, na Primeira República, criou os patronatos agrícolas afastados das capitais e das cidades, para que os meninos não pudessem empreender fugas, de volta para seus lares ou para as ruas de onde tinham sido retirados. A marca dos patronatos agrícolas era seu caráter de vigilância, era prática normatizada a prevenção das faltas disciplinares e das fugas dos meninos.

Nos documentos da Instituição encontramos pedidos da Direção, em diversas administrações, para que os mais diversos funcionários auxiliassem nos serviços de inspeção e vigilância dos internos. Todos os trabalhadores do lugar recebiam a incumbência de vigiar as ações dos internos, até mesmo os trabalhadores diaristas, à exemplo das costureiras e trabalhadores agrícolas, recebiam ordens para manter ativa a vigilância sobre os meninos e comunicar à Direção sempre que percebesse uma alteração em seu comportamento. No ofício a seguir, exemplificamos um desses pedidos, endereçados nesse caso, ao Instrutor de escotismo e atividades militares:

Circular nº42 Rio de Janeiro 12 de Junho de 1930
Snr. Director do Patronato Agrícola Vidal de Negreiros
Chamo a vossa atenção para a circular nº 4, de 11 de dezembro de 1919 (officio nº3.651) que obriga ao instrutor auxiliar essa directoria nos serviços de inspecção e vigilância dos menores, uma vez terminadas as obrigações especiaes inerentes a sua função:
- ‘Declaro-vos que ao instrutor compete auxiliar essa directoria na parte referente a rigorosa inspecção e vigilância dos educandos, uma vez terminados os exercícos militares, gymnasticos e de escotismo, a seu cargo’.
Saúde e fraternidade
Dulphe Pinheiro Machado
Diretor Geral. (BRASIL, MAIC.1930c)

Apesar de todos os funcionários do Patronato receberem as instruções de auxiliar na fiscalização dos educandos, os funcionários responsáveis pela vigilância desses meninos eram principalmente os inspetores, porteiros contínuos e guarda vigilantes. Os inspetores eram a polícia do Patronato, responsáveis pela vigilância dos internos, higiene e asseio dos mesmos, informando ao porteiro continuo, as ocorrências havidas. Era recomendado aos inspetores aconselharem e dirigirem os internos, “ministrando-lhes direta ou indiretamente exemplos de moral e bons costumes para o que estarão sempre em contato com eles” (Regimento Interno. 1922, p.23). Também ficava a seu cargo o serviço de lavagem e conservação das roupas e objetos de uso dos internos.

Aos guardas vigilantes competia auxiliar os inspetores na revista da manhã e da noite, ter sob sua vigilância cinquenta internos durante o seu serviço, continuar a vigilância noturna sob os internos, não abandonar o estabelecimento sem a presença do seu substituto e a quem entregaria a ficha correspondente, informar diariamente ao porteiro continuo sobre todos os acontecimentos observados durante seu tempo de serviço e zelar pela conservação dos moveis utensílios, roupas e objetos do estabelecimento de uso dos meninos.

Por último, temos a função de porteiro a quem caberia superintender os inspetores de alunos e guarda vigilantes, abrir e fechar todas as dependências do estabelecimento, ter a seu cargo o protocolo de entrada e saída dos papéis e de toda correspondência dos internos e apresentar ao diretor, diariamente, um boletim de ocorrência sobre as ações dos meninos.

Nos registros de pagamento verificamos a importância dada ao esquema de vigilância no Patronato, sendo seis o número de guarda vigilantes contratados para quatro professores apenas. Se somarmos o número de guarda vigilantes, inspetores e porteiro resulta em mais que o dobro do número de professores em exercício, conforme podemos acompanhar no quadro abaixo que registrou também os valores pagos aos profissionais contratados.

Quadro 6 – Registros de pagamento do exercício de 1929

Exercício de 1929	
Consignação – pessoal	Verba- 3 ^a
1 Director	9:720\$000
1 Médico	8:400\$000
1 Auxiliar- agrônomo	7:680\$000
1 Escripcurário	6:960\$000
1 economo-almojarife	5:400\$000
3 mestres de oficina	11:160\$000
1 instructor de alunos	3:360\$ 000
1 porteiro	3:360\$000
4 professores	21:600\$000
2 inspectores de alunos	6:720\$000
6 guardas vigilantes	16:272\$000
Total	100:632\$000
Pessoal Contractado	
Remuneração de cirurgiões- dentistas	6:000\$000
Operários, trabalhadores, etc	35:000\$000
Total:	41:000\$000
I – Material permanente auto-caminhões, etc	25:000\$000
Material de consumo, etc	25:000\$000
Artigo de expediente, etc	
Alimentação e dieta	90:000\$000
Drogas e medicamentos	10:000\$000

Diversas despesas editaes, etc	3:000\$000
Total	153:000\$000
Recapitulação	
Pessoal permanente	100:632\$000
Idem contratado	6:000\$000
Idem variável	35:000\$000
Material permanente	25:000\$000
Idem consumo	125:000\$000
Diversas despesas	3:000\$000
Total	294:632\$000

Fonte: Arquivo do CCHSA, UFPB, Campus Bananeiras.

Toda a “pedagogia do internar”²⁵ criada no Patronato reforçava a ideia de confinamento e vigilância como meio regenerador das práticas consideradas antissociais dos meninos.

Segundo Foucault (2014), os espaços de reclusão foram organizados de forma a permitir o controle e a vigilância dos indivíduos. Dessa forma o espaço disciplinar era dividido em diversas parcelas com o intuito de controlar a circulação “antideserção” e “antivadiagem” dos envolvidos. Sobre o princípio da clausura, constante nos aparelhos disciplinares, Foucault ressalta ainda:

Importa estabelecer as presenças e ausências, saber onde e como encontrar os indivíduos, instaurar as comunicações úteis, interromper as outras, poder a cada instante vigiar o comportamento de cada um, apreciá-lo, sancioná-lo, medir as qualidades ou os méritos. Procedimento, portanto, para conhecer, dominar e utilizar. (FOUCAULT. 2014, p. 140)

Semelhante ao que acontecia em diversas instituições como asilos, hospitais e penitenciárias, cujas formas de dominação se davam pela reclusão e vigilância, no Patronato

²⁵ O termo “pedagogia de Internar” é usado na obra de Joaquim Tavares da Conceição para designar a pedagogia dos internatos caracterizada pela conjugação entre disciplina, instrução e trabalho. O poder disciplinar era reforçado pelo internamento, o qual permitia um maior regramento do tempo e eliminação dos exemplos nocivos do mundo exterior. (CONCEIÇÃO, 2012)

Agrícola era estabelecida uma hierarquia de atribuições, como as que vimos acima, que determinava a vigilância e o conseqüente controle do tempo e das atividades dos meninos internos.

Os internos nas instituições como os patronatos agrícolas estavam obrigados a participar de todas as atividades realizadas pela Instituição. Segundo Boeira (2012), as práticas educativas diárias voltadas para tarefas árduas como aulas teóricas, oficinas, práticas de agricultura e exercícios militares não davam espaço para o descanso e o lazer dos internos.

Além disso, o tempo dos meninos era preenchido com muitas atividades extraclasse, como podemos verificar por meio dos documentos enviados pela Companhia de Navegação *Lloyd brasileiro*, de outubro de 1925, comunicando haver recebido a requisição de passagens de setenta e três menores do Patronato Agrícola de Bananeiras com destino ao Rio de Janeiro, podendo tais passagens serem utilizadas no Vapor Pará, da mesma companhia. Todas essas atividades eram acompanhadas por um funcionário encarregado de manter o controle sobre os meninos. Essas práticas corroboram com a visão dos setores dominantes de combater a suposta ociosidade e adequar as classes trabalhadoras para uma nova disciplina de trabalho exigida na sociedade moderna.

Quando os meninos adentravam na instituição, a única autoridade que teria competência para retirá-los de lá ou enviá-los de volta para sua família era o Juiz de Direito, que em geral só permitia o desligamento do menor interno quando este tivesse completado a idade regulamentar ou seu desligamento fosse solicitado pela Diretoria Geral do Serviço de Povoamento, também veremos adiante que em alguns casos, a Instituição protelava o desligamento do menor mesmo após este haver completado a idade de dezoito anos, com o intuito de manter mais braços para o trabalho.

Uma outra forma encontrada pela instituição de manter os meninos dentro do Patronato, foi de estabelecer critérios rigorosos para a visita aos parentes, só permitindo sua saída se suas notas não fossem inferiores a sete e acompanhados dos empregados sobre os quais recairia a responsabilidade pelos menores caso algo acontecesse durante seu afastamento da Instituição.

Ministerio da Agricultura, Indústria e Commercio
Diretoria Geral do Serviço de Povoamento
Circular nº61 Rio de Janeiro, 17 de julho de 1930
Sr. Director do Patronato Agrícola “Vidal de Negreiros”
Deveis fazer cumprir rigorosamente as seguintes circulares nºs. 22, de 12/9/23 e 41, de 13/12/923:
- “Declaro-vos que a saída de educandos desse Patronato somente deverá ser permitida aos domingos e feriados, à vista do respectivo comportamento

exemplar aliado a média geral das notas semanaes obtidas em todas as aulas e trabalhos profissionaes, média essa que não será inferior ao grão 7.

Os menores deverão recolher-se ao estabelecimento a hora do jantar, salvo quando incorporados e sob a vigilância dessa administração”.

- “Faço-vos sciente de que os menores desse estabelecimento, que obtiverem permissão para sahir aos domingos e feriados, à vista das notas geraes obtidas durante a semana, só façam sem excepção alguma, acompanhados pelos empregados, que designardes, os quaes responderão pelo que ocorrer com os mesmos educandos, durante seu afastamento do Patronato”.

Saúde e Fraternidade

Dulphe Pinheiro Machado.

Diretor Geral (BRASIL, MAIC, 1930d)

A polícia exerceu um papel destacado na composição da clientela de várias unidades dos patronatos agrícolas. Muitos meninos ingressavam nessas instituições encaminhados pela polícia. Para realizar nossa pesquisa entramos em contato com vários estudos sobre os patronatos agrícolas existentes pelo país, com isso destacamos as dificuldades encontradas na bibliografia estudada no que se refere às fontes as quais retratam a atuação da polícia no envio de menores aos estabelecimentos agrícolas. Para Oliveira (2003) que utilizou os documentos produzidos pela Polícia do Distrito Federal e da 1º e 2º Vara de Orfãos e Ausentes do Rio de Janeiro, a interrupção dos registros e a sua escassez revelam uma tendência no âmbito do MAIC, de secundarizar a atuação da polícia e outras instâncias em prol de uma maior concentração de procedimentos burocráticos no Ministério.

Em nossa pesquisa, utilizamos os relatórios do MAIC e os documentos internos do Patronato de Bananeiras, mas não nos foi possível pelo tempo a que estamos submetidos, pesquisar as fontes policiais as quais nos poderiam ter sido de grande valia. No entanto, a documentação interna do Patronato de Bananeiras atesta, por meio da correspondência entre o Diretor do Patronato e a Polícia do Distrito, a internação de menores ocasionada por solicitação do delegado de polícia, que cumpriam a função de apreendê-los nas ruas e encaminhá-los ao Patronato, sempre que houvesse vaga.

Esse controle e isolamento do mundo exterior ao qual estavam submetidos os meninos, eram sentidos também por muitos pais, que enchiam de cartinhas à Instituição, com pedidos de informações sobre o bem-estar de seus filhos.

4.3 ISOLAMENTO E SAUDADE NO INTERNAMENTO ESCOLAR

No Patronato Agrícola de Bananeiras a utilização do tempo e do espaço já estavam previamente estipulados, toda a dinâmica da vida na instituição era voltada para o cumprimento dos dois objetivos primordiais: criar disciplina e preparar a mão de obra para o setor agrícola.

Afastados de suas famílias e de seu meio social, o internamento dos meninos, em muitos casos traduziam uma experiência dolorosa, tanto para eles quanto para suas famílias.

Muitos pais queixavam-se da ausência de notícias de seus filhos internos nos patronatos agrícolas, isso se refletiu em alertas nas circulares internas para que os educandos pudessem se comunicar com sua família e que os professores os auxiliassem no envio dessas cartas, mensalmente.

Ministerio da Agricultura, Indústria e Commercio
 Directoria Geral do Serviço de Povoamento
 Rio de Janeiro 12 de Junho de 1930

Snr. Director do Patronato Agrícola “Vidal de Negreiros”

Sendo constantes as reclamações dos paes, tutores e demais interessados pelos educandos internados nos Patronatos Agrícolas, reitero além de outras, as circulares- n°s 65, officio n° 3.305, de 29 novembro de 1918e 28 de 2/10/25, concebidas nos seguintes termos:

- Declaro-vos que o Snr. Ministro, por aviso n° 4263, de 26 do corrente mez, acaba de aprovar a proposta desta directoria, no sentido de correrem por conta desse Patronato, as despesas attinentes à expelição da correspondência, que os educandos devem manter com seus paes, tutores ou quaesquer pessoas idôneas, que por elles se interessem.

No 1° sábado e no terceiro de cada mez, reservareis o espaço do tempo necessário para que os menores escrevam suas cartas, cabendo aos professores e adjuntos, para isso escalados, alternadamente, auxiliar seus discípulos, corrigindo as faltas ou erros, nas mesmas observados, e não permitindo que se transmitam factos invertidos ou noticias alarmantes.

A cada educando só será permitido escrever uma carta quinzenalmente, salvo em casos extraordinários, que vos cabe resolver”.

Continuando as reclamações sobre a falta de noticias dos menores internados nos Patronatos Agrícolas, peço-vos, de ordem do senhor director, a vossa atenção para o cumprimento da circular n° 8, de 27 de dezembro de 1919, assim concebida:

- Continuando os paes, tutores e interessados pelos educandos internados nos Patronatos Agrícolas, a reclamar pela falta de notícias desses menores, reitero, de ordem do Snr. Director, as recomendações anteriores no sentido de providenciardes afim de que os menores escrevam quinzenalmente, sob a direção de um dos professores do estabelecimento, que escalareis para esse fim.

Saúde e fraternidade Dulphe Pinheiro Machado. (BRASIL, MAIC, 1930e)

No entanto, esses pedidos da directoria geral, não foram seguidos pela administração do Patronato Vidal de Negreiros, tornando- se necessária o envio de outras circulares para se fazer cumprir o envio de correspondências entre os educandos e suas famílias.

Ministerio da Agricultura, Indústria e Commercio
 Directoria Geral do Serviço de Povoamento
 Circular n° 73 Rio de Janeiro 11 de setembro de 1930
 Sr. Director do Patronato Agrícola “Vidal de Negreiros”

Bananeiras

E.da Parahyba do Norte

Continuando a receber esta Inspeção constantes reclamações de paes, tutores e responsáveis dos educandos, sobre a falta de correspondência, apesar das circulares já enviadas sobre este assumpto, chame, novamente, a vossa attenção para esse facto. Deveis despertar no espirito dos educandos dever que elles têm de se communicarem com suas famílias, dando noticias, pelo menos mensalmente.x

Assim fiscalizareis, dovarante, a correspondência dos menores, e direção dada por elles, chamando-lhes, poe meio dos professores a atenção para o assumpto, indagando si elles têm cumprido com este dever de ensino de educação moral, de respeito e consideração aos paes, traduzida por uma das formas mais significativas, a da correspondência para com elles. (BRASIL, MAIC, 1930f)

Na documentação pesquisada, encontramos apelos dos pais para que fossem permitidas as visitas a seus filhos, como nesse apelo emocionado de Joaquim L. de Vasconcellos a respeito de notícias de seus dois filhos internos no estabelecimento agrícola.

João Pessoa, 27 de dezembro de 1931

Ilmo Senhor Director

Respeitosas saudações

Venho por meio desta implorar a Vs^o para consentir que os meus dois filhos, Rivaldo e Luiz (89 e 171) venham passar uns dias com migo, pois já fazem 19 mezes que estão ausentes da família. Independente disto, acho-me com minha saúde um pouco abalada, e queria ter o prazer de abraça-los este anno sem falta. Já mandei o dinheiro das passagens delles; e soube que não tiveram ordens de vir, porque não sahiram aprovados nos exames. Porém peço encarecidamente a VS^o para dispença-los este anno deste castigo, que lhe ficarei muito grato.

De Vs^o Abb^o Cr^o Obr^o

Joaquim L. de Vasconcellos.

Informar, de acordo com as informações do Inspector Ramalho se é ou não possível atender.

Nelson Dantas Maciel (BANANEIRAS, 1931b)

Na mesma carta, o Diretor Nelson Dantas Maciel escreve e assina uma informação a punho para avaliar o caso a depender das informações do Inspector Ramalho. Acreditamos que essas informações diziam respeito à conduta e obediência dos educandos, mas não encontramos nenhuma outra correspondência que indicasse que o apelo do pai foi atendido. Em outra carta, um pai solicita o desligamento o filho:

João Pessoa, 26 de dezembro de 1931

Ilmo Sr. Dr^o Director do Patronato Agrícola Vidal de Negreiros

Tendo o meu filho, Arcelino Moreira Franco Alunno n^o 181 desse estabelecimento, vindo aqui passar férias comigo, e desejando retirá-lo desse estabelecimento, pede a V.ex. que se digne providenciar o desligamento do referido aluno, sem mais nenhuma formalidade, em virtude do mesmo ter mais de dezenove anos de idade.

Espero de V. ex. resposta urgente
 Sem mais, subscrevo seu creado e abrigado
 José Calazans Moreira Franco
 Endereço Rua Amaro Coutinho- 124 João Pessoa (BANANEIRAS, 1931c)

Esta carta com caligrafia simples escrita a punho provavelmente pelo próprio pai do educando, nos chamou atenção pela idade que o pai diz ter o seu filho. Sabemos que o Patronato Agrícola enviava frequentemente circulares com regras rígidas sobre a admissão de internos no Estabelecimento, a idade permitida seria de dez a quinze anos. Na documentação pesquisada, também encontramos várias solicitações de internação negadas devido à idade incompatível do educando. Neste caso, o pai insiste no desligamento do seu filho e envia uma segunda carta, no mês seguinte:

Ilmo Sr. D^a Director do Patronato Agrícola
 Acompanhado desta, remetto-vos o menor, Marcelino Moreira Franco- n° 181.
 Aluno desse estabelecimento.
 Peço-vos para que desculpeis não ter o citado aluno se apresentado no tempo devido, em virtude de não ter a respectiva passagem.
 Rogo-vos para que desligueis desse mesmo estabelecimento o referido aluno, em virtude dêle precisar, pois o aludido menor é meu filho.
 Pois, se conseguir sua referida desligação, agradeço-vos [palavra inelegível]
 Sem mais, ab^o
 José Calazans Moreira Franco
 João Pessoa, 12-1-1932
 Endereço- Rua Amaro Coutin ho, n°124
 José Calazans Moreira Franco, porteiro do auditório. (BANANEIRAS, 1932a)

No nosso entendimento, a relação entre Instituição e família do interno nem sempre se deu de forma amistosa, muitos pais ao ouvirem seus filhos sobre a rotina de estudo e trabalho e a rigorosidade do estabelecimento tentavam retirar os filhos de lá, fato que não era possível pois uma vez interno, apenas com autorização da Diretoria Geral de Povoamento era possível o desligamento. Mesmo nos casos onde havia irregularidade na manutenção de um interno, era difícil para o pai conseguir o desligamento do filho.

Em 14 de janeiro, o ecônomo almoxarife responsável por exercer a função de diretor na ausência do mesmo responde sucintamente ao pedido do pai do interno, no documento não faz nenhuma referência a idade e a suposta ilegalidade no procedimento de inserção do educando Arcelino Moreira naquela Instituição, apenas afirma não ser possível seu desligamento, apesar do pedido de seu pai.

14 de Janeiro de 1932
 Sr. José Calazans Moreira

Amaro Coutinho, nº124- João Pessoa
 Em resposta a sua carta de 26 de dezembro último, cumpre-me informar-vos não ser possível, como pede, o desligamento do educando Arcelino Moreira, nº181, cujo desligamento deverá ser promovido pelos meios legais, devendo o educando regressar imediatamente a este Patronato
 Atenciosas saudações
 Idalino Rosa
 Encarregado do expediente na ausência do Director. (BANANEIRAS, 1932b)

A partir do momento em que adentrava na instituição, a tutela do pai ou responsável era substituída pela tutela das autoridades institucionais, esse fato se consolidou na forma de lei com o Código de Menores de 1927, que autorizava a suspensão do poder pátrio no caso de meninos recolhidos por autoridade nas ruas. Em alguns casos, como no citado acima, o educando era mantido no Patronato mesmo após ter completado a idade de desligamento, aos 18 anos, envolvido nos trabalhos nas oficinas e nas plantações da Instituição. Nem sempre a restrição da liberdade dos internos foi aceita passivamente pelos atores envolvidos na história do lugar, em muitos casos o sistema de internamento como meio de regenerar os internos encontrou resistência dos pais e até mesmo dos menores que lá viviam, como veremos a seguir.

4.4 AS FUGAS DOS MENORES – REAÇÃO AO REGIME DE INTERNATO

Na tentativa de empreender a modernização desejada, os primeiros governos da República e os que se sucederam, tentaram impor sua perspectiva sobre a infância nos Ministérios, academias de medicina, jornais e tribunais. As crianças pobres e abandonadas que viviam nas ruas passaram a ser designadas “menores” e encaminhadas para centros de reforma e educação. A introdução da noção de tutela e reforma nas instituições destinadas a infância desvalida acarretou numa maior participação dos órgãos de justiça na condução e manutenção desses meninos nesses estabelecimentos. No caso do Patronato Agrícola de Bananeiras, a internação do menor era encaminhada pelo juiz e havia uma intensa participação da Secretaria de Segurança Pública e delegacias das regiões, principalmente no que tange às fugas dos internos.

O Delegado de Polícia era responsável pela recaptura dos foragidos, nesses casos a Direção da Instituição comunicava-se com o delegado ou o juiz da comarca próxima para onde supunham ter fugido o menor. Abaixo temos uma documentação encaminhada para o Juiz da

Comarca de Santa Rita alertando sobre o trajeto dos meninos Luiz Francisco da Silva e Antônio Luiz de Mello após evadir-se da Instituição:

Ministério da Agricultura, Indústria e Commercio
 Serviço de Povoamento
 Patronato Agrícola Vidal de Negreiros
 Bananeiras- Parahyba do norte
 Em 15 de janeiro de 1931
 Exmº Sr. Dr. Juiz de direito da Comarca de Santa Rita
 Levo ao vosso conhecimento que, nesta data, se evadiram deste Patronato, os menores Luiz Francisco da Silva e Antônio Luiz de Mello, constante das requisições desse Juízo, datadas de 10 do corrente mez.
 Segundo informações colhidas, os referidos menores seguiram em caminhão para essa localidade.
 Saúde e Fraternidade
 Nelson Dantas Maciel. (BRASIL, MAIC 1931d)

Desde o ano de 1923, no registro de instruções do serviço do Patronato, constava a circulares com recomendações sobre os menores foragidos e não capturados. Dentro do prazo de noventa dias, eles deveriam ser considerados desligados do Patronato e comunicado o seu desligamento à Diretoria.

As formas de resistência ao regime de internato eram inúmeras, encontramos registros de meninos que fugiam aproveitando do descuido dos guardas com as chaves do dormitório, alguns brigavam, portavam facas que os levavam a serem expulsos e no caso mais grave encontramos registros de um menor que chegou a tentar suicídio. (ANEXO G)

Através da obra *Reminiscências*: capítulos da História do Patronato Agrícola de Bananeiras (1994), sabemos que, com intuito de que fossem identificados os meninos quando foragiam, era expedido uma ficha com as características físicas de cada menor. Infelizmente, não encontramos nos arquivos do CCHSA essas fichas de identificação, mas vislumbramos o conteúdo dessas fichas através de um exemplar descrito na obra *Reminiscências* (1994) do memorialista Manoel Luiz da Silva. Nela está descrita as características físicas do menor Briurgo Xavier de Sousa, foragido da instituição: “Estatura- 1,51m; peso 41kg; cor-moreno claro; cabelo- pretos e lisos; boca- regular com lábios grossos; rosto-oval; nariz- achatado na parte média e com narinas delatadas; orelhas- regulares e com lóbulos aderentes; etc”. (SILVA, 1994. p.192)

Outro método usado na recaptura de menores partia de uma recomendação do Diretor do Patronato de pagar aos moradores da região, sempre que alguma criança tentasse se esconder em sua residência, para que eles avisassem a polícia e ao Estabelecimento Agrícola afim de obter a recompensa pelo “acolhimento” do menor fugitivo. A recompensa paga era justificada

como uma despesa do menor por sua estadia na residência de outrem e foi uma medida adotada para recapturar os menores foragidos em vários Patronatos Agrícolas.²⁶

Em outubro de 1929, a Delegacia Regional de Guarabira prendeu três menores foragidos que pretendiam seguir até a capital do estado. Na ocasião o Delegado Tenente Francisco dos Santos solicitou ao diretor do Patronato que enviasse um funcionário e a quantia de R\$ 500\$200 (quinhentos Contos e duzentos Réis) para cobrir as despesas da família que hospedou os menores, enquanto o guarda vigilante se dirigia a localidade.

Em outra ocasião destacamos a fuga dos menores Manoel Rodrigues, Antônio Gonçalves de Oliveira e Ethéreo Ferreira Guimarães, que fugiram em 18 de dezembro de 1930, e não voltaram mais para o Patronato.

Após dois meses do desaparecimento do menor Ethéreo Ferreira Guimarães encontramos uma carta enviada pela Delegacia da 4ª Região Policial de Bananeiras para a direção do Patronato Agrícola, avisando que sua mãe continuava à procura do menor e que pedia informações sobre seu paradeiro.

Delegacia da 4º Região Policial. Bananeiras, 27 de Fevereiro de 1931
 Ilmo. Snr. Director do Patronato Agrícola “Vidal de Negreiros”
 Tendo a mãe do menor Ethereo Gumarães, alumno desse estabelecimento, pedido informações do mesmo, por intermédio da polícia central, remeto-vos junto ao presente um cartão que recebi daquela repartição, cujo conteúdo peço a V. Sa., a fineza de informar a esta Delegacia.
 Saúde Fraternidade
 Tte. João Pereira de Oliveira
 Delegado Regional (BANANEIRAS, 1931e)

Juntamente com essa carta se encontra um pequeno cartão da Secretaria da Segurança e Assistência Pública do Estado da Parahyba, datado de 16 de fevereiro de 1931, no qual Odon Bezerra, então secretário da Segurança pública recomenda ao Tenente João Pereira fazer diligências e procurar notícias a respeito da situação do menor Ethéreo Ferreira Guimarães. A direção do Patronato Agrícola, por sua vez envia uma resposta sobre o paradeiro do menor:

Ministério da Agricultura, Indústria e Commercio
 Serviço de Povoamento
 Patronato Agrícola “Vidal de Negreiros”
 Bananeiras- Parahyba do Norte
 Em 27 de Fevereiro de 1931
 Sr. Delegado Regional de Bananeiras

²⁶ Temos referência a esse meio de recaptura de menores nos Patronatos de Anitápolis em Santa Catarina e de São Maurício em Sergipe. (OLIVEIRA, 2003)

Em resposta ao vosso ofício nº 13, desta data, cumpre-nos informa-vos que, o menor Ethereo Guimarães, matriculado nesse estabelecimento sob o nº 49, se acha foragido desde o dia 18 de dezembro do ano passado.

Quanto ao irmão do menor acima falado, Boanerges Ferreira Guimarães, nº 144, vae passando bem.

Cabe-me informar-vos também, que esta Directoria providenciou em tempo, no sentido de capturar o mesmo educando, o que infelizmente não conseguiu até o presente.

Saúde e Fraternidade

Anesio Caldas Barros

Economista-almojarife na ausência do diretor. (BANANEIRAS, 1931f)

No caso do menor Manoel Rodrigues que estava com Ethéreo no dia de sua fuga, quando recapturado foi desligado da Instituição pela Inspeção dos Patronatos Agrícolas e encaminhado para a Colônia Penal Juliano Moreira na capital do estado.

Pela rigorosidade do regime de internato, alguns meninos que possuíam pais costumavam fugir com seu consentimento. Há registro da desconfiança da administração da Instituição face ao conhecimento dos pais sobre os lugares onde se encontravam escondidos os meninos foragidos.

Além das fugas, encontramos na documentação pesquisada, um inquérito interno que revela a disposição dos meninos em denunciar a situação em que viviam no estabelecimento. Esse inquérito apura a morte de um menor pelos castigos empreendidos pelo Instrutor Cecilio Vieira e Silva contra ele, possui a singularidade de conter depoimentos de vinte e seis testemunhas, a maioria delas meninos internos na Instituição.

Na apuração dos fatos, em depoimento o menor Antonio Calaço, de quinze anos, revela à comissão responsável:

6ª Educando nº 26 – Interrogado, disse a respeito que o Instrutor o havia incumbido de ministrar os primeiros exercícios a uma turma de educandos mais atrasados, da qual fazia parte o de nº 149, que, por ser insubordinado e não querendo fazer o exercício direito, o instrutor bateu-lhe com o pé, do que resultou uma queda e logo depois foi levado, aos trambolhões, a Inspeção. (BANANEIRAS, 1929a)

Outra testemunha, o menor Rafael Moreira de quatorze anos corrobora com os depoimentos dos outros meninos e revela informações até então não ditas pelos outros:

22ª Educando nº36.- disse, ao ser interrogada que, no dia em apreço, viu o Instrutor Cecílio ir bater com um bastão na cabeça do educando 149, e que a pancada, entretanto, atingiu o braço do mesmo educando, e disse mais que ouvira do educando 149 queixar-se de uma quina e que tinha desmentido o braço. (BANANEIRAS, 1929b)

O inchaço no braço direito foi o motivo que levou o menino à enfermaria, passados quatorze dias doente na enfermaria, chegou a dizer dois dias antes de sua morte que seu braço estava doente em virtude da pancada que recebeu do Instrutor. Apesar de todos os depoimentos confirmarem a agressão ao menor falecido, atribuindo sua morte ao inchaço de duas pancadas consecutivas no braço direito, seguida de uma agressão contra sua perna, a conclusão da comissão formada pelos professores José Clodoaldo Pessoa Firmino, Fenelon Pinheiro e Antonio Santos Silva, inocentou o referido instrutor, sob alegação de que os meninos depoentes eram “inconscientes e de péssimo comportamento”.

A forma como foi conduzido e o resultado do inquérito ressalta as relações verticais e a rígida hierarquia estabelecida no Patronato, uma vez que os depoimentos dos menores não tiveram o mesmo peso de legitimidade que o depoimento do Instrutor, que apenas negou o ocorrido. Os depoimentos recolhidos nesse inquérito são os únicos registros em que podemos ter a versão dos meninos para além dos registros oficiais do Patronato, no entanto é importante ressaltar que o procedimento adotado no inquérito ao tomar os depoimentos na terceira pessoa permitiam o controle do conteúdo por parte da comissão responsável por apurar e redigir o documento escrito. A respeito das conclusões da comissão sobre a morte do menor, foi atribuída a causa de morte por sarampo.

Um ano antes da transformação do Patronato em Aprendizado, encontramos muitos registros de menores foragidos ou expulsos, após 1934 não há registros de fugas o que indica que houve realmente uma alteração no caráter da Instituição, dando um caráter mais técnico e menos correccional com sua transformação em Aprendizado Agrícola.

5 DISCIPLINAÇÃO DOS INDIVÍDUOS: ESCOTISMO E HIGIENISMO NO PATRONATO E APRENDIZADO AGRÍCOLA

5.1 ESCOTISMO E GINÁSTICA SUECA

Desde sua fundação, o Patronato Agrícola de Bananeiras contava com iniciativas que visavam a instalação de batalhões de escoteiros e aulas de educação física com viés militarista, com o objetivo de inculcar nos educandos a disciplina e energia corporal necessárias para realizar a regeneração social pretendida pelos métodos de ensino e trabalho enfatizados na Instituição. O método educativo, além de contar com a alfabetização, o trabalho agrícola e trabalho nas oficinas, era baseado na educação cívica, física e moral.

Em estudo desenvolvido sobre as práticas de militarização da infância, Rosa de Fátima Souza (2000) atenta para as práticas de natureza patriótica, cívico-militar que predominaram no ensino primário, no início do século XX. As aulas de escotismo não foram estimuladas apenas nos patronatos agrícolas, na década de 1920, o escotismo ganhou espaço em muitas escolas públicas brasileiras.

Os exercícios militares e o escotismo foram fomentados por grupos de políticos e intelectuais²⁷ nacionalistas nas décadas de 1910 e 1920, preocupados em inculcar as virtudes cívicas nas escolas e moldar o modo de ser dos educandos. O escotismo era recomendado para educação do caráter e defesa da pátria, chegou a ser definido no início dos anos 1920, como “magnífica escola de moral e civismo” e sua difusão chegou a receber apoio da imprensa pedagógica, devido a esse apoio conseguiu perpetuar-se como mais uma expressão do militarismo e do nacionalismo na educação brasileira.

Em 1917, a administração do ensino do Estado de São Paulo procurou implementar o escotismo nas escolas públicas, tendo como executores de tal tarefa os professores de ginástica das escolas normais e complementares. Desde seu aparecimento, o escotismo escolar foi estruturado de forma bastante hierárquica, subordinados à Associação Brasileira de Escoteiros a qual indicava a orientação técnica, estabelecia fardamento, programas de atividades e centralizava a organização administrativa. Ainda, segundo Souza:

²⁷ Destacamos a atuação da Liga Nacionalista de São Paulo, criada em 1917, que defendia o escotismo como prática escolar, juntamente com a Liga de Defesa Nacional, fundada no Rio de Janeiro, favorável à difusão da instrução militar nas instituições. (SOUZA, 2000)

O escotismo configurava-se como uma associação escolar e civil. Por isso as comissões regionais filiadas à Associação Brasileira de escoteiros eram centralizadas na diretoria geral de instrução Pública, composta por um presidente e um vice, um secretário e um vice e um tesoureiro, todos os membros da comunidade, além de um delegado técnico, designado pela diretoria de ensino, de preferência o diretor do grupo escolar, ou um professor, e um instrutor. (SOUZA, 2000, p. 113)

A prática era intensamente propagada por educadores e estimulada pelo Estado, constituindo uma versão branda dos antigos batalhões infantis²⁸, implantados nos estabelecimentos de ensino entre o final do século XIX e início do XX. Desde a primeira reforma republicana da instrução pública paulista, realizada em 1882, tinham sido introduzidas novas disciplinas no programa de ensino, dentre elas a “Ginástica e exercícios militares”, que veio a acarretar os desdobramentos mediante a criação dos Batalhões Infantis.

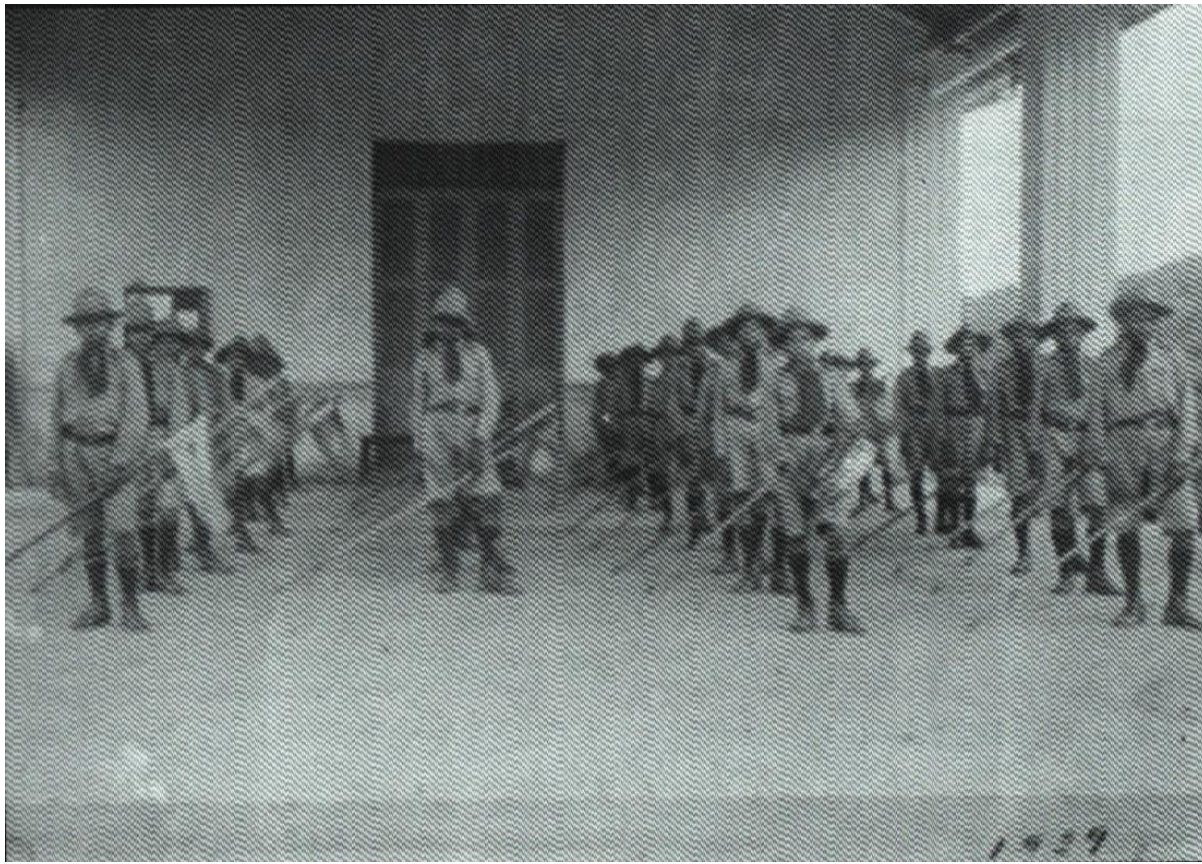
Os batalhões infantis funcionavam como organizações militares, antes do desenvolvimento das atividades escoteiras, neles os meninos recebiam treinamento e utilizavam fardas militares, espingardas de madeira, cinturões durante as atividades e se dividiam em pelotões onde cada batalhão possuía o nome de um “herói” nacional. De acordo com Souza, o ensino militar nesses batalhões não era uniforme e os instrutores utilizavam variados sistemas de instrução com a finalidade de inculcar o sentimento de patriotismo, eugenia, moralização das ações e disciplina corporal. (SOUZA, 2000)

Por volta da I Guerra Mundial, os batalhões infantis passaram a ser alvo de críticas, e muitas escolas primárias aboliram sua prática, mantendo apenas a Ginástica e adotando o escotismo em seu lugar.

De certa forma, as reminiscências dos antigos batalhões infantis influenciaram as práticas de escotismo do Patronato Agrícola de Bananeiras, pois de acordo com os vestígios que tivemos acesso, as aulas de instrução militar e escotismo contava com a utilização de batalhões e treinamento com armas de madeira e cinturões durante as atividades, na foto abaixo vemos os educandos com o fardamento escoteiro e a respectiva bandeira de seu batalhão:

²⁸ Esses batalhões foram regulamentados pelo Regimento Interno dos grupos escolares e escolas modelo, estimulado pelo então Presidente do Estado de São Paulo Bernardino José de Campos Júnior, por meio do Decreto 1.212, de 27/4/1904, que fundamentou o militarismo como uma prática para estimular o bom comportamento e a disciplina dos alunos, enaltecendo as celebrações cívicas.

Figura 15 - Atividades pré militares, 1929.



Fonte: SILVA, 2012. p. 149.

Desde os primeiros anos de funcionamento do Patronato Agrícola foram encomendadas a tiragem de muitas fotos oficiais com o intuito de serem expostas em diversas atividades, seja em celebrações do dia da Proclamação da República, no Rio de Janeiro até exposições no Congresso da Criança em Cuba.²⁹ Já em 1927 identificamos o envio de circular solicitando a exposição das fotos.

Diretoria do Serviço de Povoamento

Circular nº 27

Rio de Janeiro julho de 1927

Srn. Director do Patronato Vidal de Negreiros

Afim de ser atendida a solicitação do diretor da Escola quinze de Novembro, é necessário que envieis, com urgência, fotografias diversas, (13 x 18), em duplicatas, desse instituto, afim de que possam figurar em um álbum destinado ao Congresso da Criança, que se reúne em Cuba. (BRASIL, MAIC, 1927c)

²⁹ Refere-se ao IV Congresso Pan-americano da criança, ocorrido em 1927 quando dez países (Argentina, Bolívia, Brasil, Cuba, Chile, Equador, Estados Unidos, Peru, Uruguai e Venezuela) subscreveram a ata de fundação do Instituto Interamericano da Criança (IIN - Instituto Interamericano Del Niño). (ROBERTI JUNIOR, 2012)

No nosso entendimento, o interesse na produção e circulação dessas fotografias relaciona-se à propaganda da Instituição e de seu interesse em construir uma imagem positiva de si mesma, somando-se à demanda nacional de interesse por formar trabalhadores exemplares através do ensino laboral, uma promessa de futuro grandioso para a nação.

No Patronato Agrícola de Bananeiras, todo estudante que lá ingressasse passaria a fazer parte, automaticamente, do grupo de escoteiros, forma semelhante ao que acontecia com as escolas públicas de São Paulo. No entanto, a recomendação partira da Diretoria do Serviço de Povoamento, vinculado ao Ministério da Agricultura e as instruções militares passaram a fazer parte do currículo das instituições agrícolas desde seu nascimento.

A partir de 1924 foram enviadas ao Patronato de Bananeiras, recomendações para estruturação do escotismo na Instituição. A Circular de número 14 que avisava sobre a remessa dos exemplares da música e letra “Canção de Escoteiro” (ANEXO H), e a Circular número 15 do ano de 1924 sobre o recebimento dos boletins mensais da Confederação Geral dos Escoteiros dos Patronatos Agrícolas (ANEXO I), são dois exemplos que ressaltam as primeiras iniciativas de organização do escotismo estabelecidas desde o primeiro ano de seu funcionamento.

O funcionário responsável pelo ensino de escotismo era o instrutor, ao qual competia a tarefa de ministrar aos internos a ginástica sueca, educar física e militarmente os internos, organizar o Batalhão Escolar, e ter a seu cargo, todo material referente a ginástica e exercícios militares bem como auxiliar na fiscalização dos educandos.

Inicialmente, as atividades foram realizadas pelo Instrutor Emilio Vieira da Silva, e os demais professores teriam a incumbência de ministrar lições de escotismo com base no Guia Brasileiro de Escoteiros. Os professores e demais funcionários deveriam auxiliar no ensino dessa disciplina:

Ministerio da Agricultura Indústria e Commercio
 Directoria Geral do Serviço de Povoamento
 Circular nº62 Rio de Janeiro 18 de Julho de 1930
 Snr. Director do Patronato Agrícola Vidal de Negreiros
 Transcrevo as circulares nº s 28 de 24/10/2 e 5, de 19 de fevereiro de 1925, as quaes fareis dar rigoroso cumprimento:
 - “Communico-vos que os professores desse Patronato deverão, no início de cada aula, em dias previamente, por vós designados, ministrar breves lições de escotismo aos educandos, baseando-se no guia brasileiro de escoteiro, do qual em tempo vos remeti vários exemplares.
 Auxiliarão, por esse meio, ao instrutor, ao qual incumbirá especialmente a parte prática daquela disciplina, em exercícios de campo, excursões, etc. Cumpre ao médico e ao farmacêutico dar aos escoteiros noções de higiene, de assistência e de curativos de urgência e ao auxiliar- agrônomo a parte referente a parte referente a montaria e conducção, noções de agricultura, conhecimento de essências florestais, colecta de espécimes para o museu, etc.

Ao cosinheiro cabe proporcionar, aos educandos ensinamentos referentes a cozinha de escoteiro e às lavadeiras e costureiras incube ensinar-lhes a confeccionar a preparar suas roupas de uso.

A esses funcionários e empregados dareis conhecimento das presentes determinações, para sua rigorosa execução.”

- Faço sciente, esclarecendo dúvidas suscitadas, de que compete ao médico desse estabelecimento prestar serviços profissionais, sem outra remuneração além dos seus vencimentos, a todos os educandos, empregados e funcionários, compreendidas as respectivas famílias e pessoas que, por ventura, com os mesmos residam.

Os receituários deverão ser visados por vós ou, no vosso impedimento, pelo vosso substituto legal, salvo nos casos de absoluta urgência, dos quaes posteriormente, tomareis conhecimento”.

Saúde e Fraternidade. (BRASIL, MAIC, 1930g)

Entre os anos de 1925 e 1927, a atividade escoteira era entendida como uma prática complementar, escolhendo-se alguns alunos que queriam participar de desfiles e apresentações em festividades na capital do estado, como forma de dar visibilidade aos progressos havidos no tocante à higiene e à disciplina dos internos no Patronato. A instrução que o movimento escoteiro oferecia aos meninos do Patronato permitia que durante as apresentações públicas fosse acentuada a higiene e a disciplina deles, assim entendiam as autoridades.

A prática de escotismo cresceu muito nos primeiros anos de funcionamento da Instituição, passando a partir de 1927, a transferir conhecimentos para a Escola de Tamandaré, em Pernambuco, para que aquela criasse um grupo de escoteiros com a ajuda dos professores e funcionários do Patronato Agrícola de Bananeiras. Reproduzimos abaixo a circular enviada pelo Patronato João Coimbra, localizado em Tamandaré, PE, solicitando o envio de material para iniciar as atividades escoteiras entre eles.

Ministério da Agricultura, Indústria e Comercio

Serviço de Povoamento

Patronato Agrícola João Coimbra

Estado de Pernambuco

Tamandaré, 25 de julho de 1927

Sr. Diretor do Patronato Agrícola Vidal de Negreiros

Só agora tendo feito a Directoria do Serviço de Povoamento algumas obras concernentes ao escoteirismo e tornando-se necessidade de as adquirir para aqui, venho solicitar-vos a fim se a possua de sobra esse estabelecimento, de mesmo por empréstimo, nesse patronato um exemplar do Manual de Escoteiro e de mais alguns alusivos ao assumpto que por ventura contenha a biblioteca Vidal de Negreiros.

Apraz-me sempre expressar-vos os meus protestos de grande estima e manifestar-vos os meus sinceros votos de felicidade.

Saúde e fraternidade

Lauro Montenegro

Diretor. (TAMANDARÉ, 1927)

No mesmo ano foram enviados diversos materiais para o grupo de escoteiros do Patronato Vidal de Negreiros, constando de vários distintivos para os monitores, guias, subchefes e chefes.

Com a transformação do Patronato em Instituto Agrônomo³⁰, verificamos um retraimento quanto à prática das atividades de escotismo, isso se deu supomos, devido a uma série de problemas administrativos e financeiros decorrentes desse novo redirecionamento governamental com relação ao ensino agrícola e ao novo contexto de adaptação do Instituto às mudanças ocorridas na sua estrutura.

Além do escotismo desenvolveu-se na Instituição, como suporte aos outros métodos de disciplina corporal, a ginástica sueca. Nas aulas de educação física praticava-se ginástica sueca, método que compreendia movimentos simples, simétricos e de fácil compreensão, sem a ajuda de aparelhos. A origem desse método de exercícios remonta a um momento de profundas mudanças políticas, econômicas e sociais na Europa, fase em que o sentimento de nacionalismo e militarismo se espalhava e os pensadores naturalistas e filantrópicos influenciavam todo o chamado velho continente.

A ginástica sueca foi idealizada por Per-Henrik Ling, sueco, professor de esgrima, que se encontrava na época com paralisia no braço direito e predisposição para a tuberculose, para fortalecer seu corpo e pulmões desenvolveu uma técnica com objetivos higiênicos e de reabilitação. Para atingir seus objetivos criou um manual de ginástica militar na qual expunha seu método. Seu manual passou a ser utilizado pelo exército sueco e de outros países europeus. Por seu caráter pedagógico e higiênico, a ginástica sueca tornou-se essencialmente educativa e social, e difundida como instrumento para a regeneração física e moral dos soldados.

Fundamentando-se em conhecimentos da biologia, pedagogia e das ciências naturais, o método sueco de ginástica se espalhou para outros países, garantindo a educação dos corpos consonantes com as ideias liberais e nacionalistas do período. Usada na criação do caráter militar, a ginástica sueca caracterizava por suas posições estáticas, movimentos analíticos, descanso entre os exercícios, correção contínua e intensidade progressiva dos movimentos. As aulas seriam divididas de acordo com critérios fisiológicos, com uma etapa para o chamado aquecimento, parte fundamental e o relaxamento, os alunos ficavam de pé e obedeciam ao comando de uma voz. (LUCCA, 2004)

³⁰ O Patronato passou a ser chamado Instituto Agrônomo em 1931, um complexo que compreendia o Patronato Agrícola e uma seção de agronomia anexa à Instituição, como vimos no capítulo terceiro dessa dissertação.

Em nosso entendimento os preceitos da ginástica sueca estavam em perfeita concordância com a educação disciplinadora oferecida na Instituição, por isso fizeram parte da pedagogia aplicada nos patronatos e aprendizados agrícolas.

5.2 AS TENTATIVAS DE EFETIVAÇÃO DE UMA EDUCAÇÃO MILITAR

O militarismo teve um papel relevante na política brasileira durante a Primeira República. A influência militar no governo republicano tem fundamentação na ideia de que o Exército, como Instituição, para além da intervenção armada, poderia ser um meio de formação de quadros, através das escolas militares, que interviriam na formação de corpos sadios e estudantes disciplinados aos moldes da nova lógica de produção, tendo em vista os enfiamentos decorrentes de novos desafios do cenário político e econômico de consolidação do Estado republicano brasileiro.

Nesse contexto, foram introduzidas nos primeiros decênios da República, práticas cívico-militares no ensino primário urbano e também nas instituições agrícolas, como escotismo e ginástica sueca. No caso do Patronato agrícola de Bananeiras, essas práticas culminaram, pós-1930, em algumas tentativas de construção de uma educação militar, a partir dos projetos de criação de uma escola de Tiro de Guerra no Patronato e posteriormente de uma escola militar dentro da Instituição.

Nesse momento a educação militar se desenvolveu na Instituição, devido em parte às demandas nacionalistas provenientes do Movimento de 1930, e juntamente com as determinações do Regulamento da Instituições de Ensino Agrícola, em seu artigo 51, passou determinar o ensino de Instrução Militar nesses estabelecimentos. O Diretor do Instituto Agrônômico à época, Nelson Dantas Maciel, dedicou-se a criar uma Escola de Tiro de Guerra no Patronato Agrícola de Bananeiras.

Com o apoio logístico da Inspetoria dos Patronatos Agrícolas e do Inspetor de Tiro de Guerra da 7ª Região Militar foi designado o Sargento Estevam Castelo Branco Verçosa, para exercer a função de Instrutor Militar e colaborar com os esforços em se criar rapidamente a Escola Militar dentro da Instituição. Tal empreendimento deveria ocorrer com o apoio financeiro federal, não trazendo nenhum ônus para o Patronato como podemos ver no documento a seguir:

17 de Abril de 1931
Sr. Inspetor dos Patronatos Agrícolas

Leve ao vosso conhecimento que, por acto do Sr. Inspector do Tiro de Guerra da 7ª Região Militar, foi designado o 3º sargento 21 B.C., Estevam Castelo Branco Verçosa, instrutor Militar deste Patronato, havendo se apresentado a esta repartição, em 8 do corrente.

Comunico-vos que esta designação foi feita sem interferência e sem ônus para o Patronato, considero-os pois vantajosa em virtude da introdução da disciplina militar.

Aproveito o ensejo para apresentar-vos os meus protestos de alta estima e distinta consideração.

Saúde e fraternidade

Director. (BANANEIRAS, 1931f)

Medidas para atingir tal finalidade continuaram sendo empreendidas, destacando-se as consultas acerca do número de alunos solicitadas pela Inspetoria do Tiro de Guerra, sediada em Recife, dando especial atenção para aqueles menores de 16 anos, no intuito de compor uma turma de 30 a receberem instruções militares.

O diretor Nelson Dantas Maciel atendeu prontamente a solicitação como consta no ofício a seguir:

15 de Junho de 1931

Sr. Capitão Inspetor de tiros da 7ª Região Militar

Recife

Cabe-me passar às vossas mãos, para fins convenientes o saldo do material necessário à instalação da “Escola de Instrução Militar” neste estabelecimento, bem como a relação nominal dos menores contidos na mesma em 9 de maio do corrente ano

Sirvo-me do ensejo para apresentar-vos os meus protestos de estima e distinta consideração.

Saúde e Fraternidade

Director. (BANANEIRAS, 1931g)

No mesmo dia é encaminhado um ofício requisitando material bélico para a Instituição, por intermédio do Sargento designado Instrutor Militar Estevam Castello Branco Verçosa, como reproduziremos no quadro a seguir:

Quadro 7 – Ofício da Circunscrição de recrutamento ao Patronato, 1931

E.I.M Patronato Agrícola Vidal de Negreiros

Cidade de Bananeiras

Estado da Paraíba do Norte

Circunscrição de recrutamento

Precisa-se que a diretoria do material bélico forneça por empréstimo a esta escola, os artigos abaixo relacionados.			
15 de Junho de 1931			
Classificação	Quantidade existente	Quantidade pedida	Observações
“Mauser” mod.1908	-	1	Para o exercício da nomenclatura e funcionamento da arma.
“Mauser” mod. 1895	-	4	Para o exercício de tiro ao alvo de 35 atiradores matriculados na escola de soldados.
“Descalibrados”	-	35 35	Para outros exercícios. Idem, idem.

Fonte: Arquivo do CCHSA, UFPB, Campus Bananeiras.

Apesar de todos os esforços, a situação financeira da Instituição e a morosidade da assistência financeira federal impossibilitaram a manutenção da Escola de Instrução Militar, como observamos no ofício enviado em 6 de agosto do mesmo ano.

6 de Agosto de 1931

Ao Sr. Inspetor Regional do Tiro de Guerra

Levo ao vosso conhecimento que este Patronato, durante o corrente ano, não está em condições de manter a “Escola de Instrução Militar”, que vem funcionando anexa ao mesmo.

A dificuldade financeira que se faz sentir neste estabelecimento não permite sequer a aquisição de uniformes para os alunos matriculados na E. I. M, impossibilitando assim exercícios externos e bom desempenho do programa por parte do Instrutor 3º Sargento do 21º B.C Estevam Castelo Branco Verçosa.

O referido sargento tem procurado cumprir os seus deveres funcionais, porém nada conseguirá em face da premente situação econômica deste estabelecimento.

Ainda não foi aqui recebido o armamento e nem outro material bélico necessário à instrução militar, facilitando assim o que ora pede esta Directoria. Saúde e Fraternidade.

Director. (BANANEIRAS, 1931h)

Enfim, a instalação da Escola do Tiro de Guerra só foi efetivada seis anos depois, no ano de 1937, quando por meio de um telegrama para o Diretor, o capitão Leônidas Botelho expôs sua decisão de transferir a Sede do Tiro de Guerra da cidade de Palmares para Bananeiras. No dia 16 de março de 1937 foi instalado o novo Tiro de Guerra e nomeado o novo instrutor Militar, o 3º Sargento do exército José Cypriano de Medeiros, que tomou as medidas necessárias para o funcionamento da Escola de Tiro em Bananeiras.

As aulas de Instrução Militar inicialmente foram realizadas de forma assídua, porém em virtude das exigências da Unidade Militar quanto à frequência, sua execução passou a prejudicar as aulas do Aprendizado. Os horários da Instrução Militar eram incompatíveis com os horários das disciplinas do Aprendizado. Muitos menores passaram a faltar as reuniões militares para poder cumprir as atividades de agricultura e zootecnia. Isso gerou desentendimentos entre o Instrutor Militar e o Inspetor de Alunos, chegando ao ponto do Diretor do Aprendizado se desentender com o Instrutor Militar e suspender a participação dos internos no Tiro de Guerra.

O choque de horários entre as sessões cívicas, os estudos e as aulas práticas de agricultura era visto pelos responsáveis do Aprendizado como prejudicial ao desempenho escolar dos internos, pois as atividades militares eram vistas como complementares aos estudos básicos e profissionais.

Em função das divergências entre a Direção do Aprendizado e o Instrutor José Cypriano de Medeiros, foi necessária a intervenção do prefeito da cidade junto ao Inspetor Geral do Tiro de Guerra, para solicitar a permanência da Unidade de treinamento Militar na cidade. O Comando Militar, intransigente alertou para o fechamento da Escola de Tiro de Guerra, caso não fosse preenchida o número legal de participantes.

Para solucionar o problema, o diretor Nelson Dantas Maciel, recorreu ao Superintendente do Ensino Agrícola, para que se criasse uma Escola Militar no Aprendizado que melhor preenchesse as expectativas de compatibilidade com as outras atividades. O Superintendente do Ensino Agrícola concordou com a criação na Instituição desde que ela contasse com a presença mínima de 50 alunos.

Em fevereiro de 1939, o referido Diretor recebeu um telegrama do então Capitão Osmar de Souza, determinando recrutamento de alunos para a criação de uma unidade Militar

dentro do Aprendizado. Tal insistência em prol do funcionamento dessa unidade militar explica-se pela requisição do Ministério da Agricultura (decreto nº 243, de 18 de julho de 1935), o qual determinava a criação de uma Unidade Militar dentro do Aprendizado.

Esses esforços só foram concluídos em 1945, após a efetivação do decreto 4.642 de 2 de setembro de 1942 o qual dispunha sobre as bases de organização da instrução pré-militar. Esse decreto tornava essa modalidade de ensino obrigatória para alunos entre doze e dezessete anos de todos os estabelecimentos públicos ou particulares de educação, e recomendava a construção de centros de instrução sob responsabilidade dos comandantes da respectiva região Militar. No entanto, em Bananeiras, os instrutores responsáveis ficaram subordinados a região Militar do estado vizinho.

Esse controle permitia ao exército recolher informações quanto ao nome idade e naturalidade de cada aluno, convocando aqueles aptos ao serviço militar. Nesse contexto, em Bananeiras tentou-se formalizar mais uma vez a criação da Escola de Instrução Militar, subordinada à 7ª Região Militar e à Inspetoria de Tiro de Guerra, em Recife.

Sob o contexto político do pós-guerra, a educação militar finalmente conseguiu estabelecer-se no Aprendizado, após inúmeras tentativas de reorganização desse espaços e pedidos de uma maior organização para sua efetivação naqueles anos. (SILVA, 1994)

A Escola de Instrução Militar ou Centro de Instrução Militar, como ficou conhecido, ficou a cargo do Primeiro Sargento Luna Freire, transferido de Pernambuco, com salário pago pela Unidade Militar daquele estado. Juntamente com os ensinamentos militares era obrigatório a conciliação com os estudos básicos e agrícolas no Aprendizado Agrícola de Bananeiras.

O Ensino Militar teve grande importância na formação dos alunos internos no Patronato e Aprendizado de Bananeiras, o fluxo e refluxo na organização das atividades militares dependiam da relevância dada ao Ensino Militar em nível nacional e pela situação financeira do estabelecimento, que na maior parte do tempo não podia arcar com os custos da manutenção das aulas complementares e necessitava sempre da colaboração de outras esferas administrativas.

Assim como o escotismo e a ginástica sueca, a educação militar pretendia interferir no comportamento moral e social dos meninos internos.

5.3 CELEBRAÇÕES CÍVICAS E NACIONALISMO NA FORMAÇÃO DE TRABALHADORES AGRÍCOLAS

Outro encaminhamento relacionado às iniciativas de regeneração social de natureza cívico-militar que predominaram no Patronato Agrícola de Bananeiras foram as constantes iniciativas voltadas às celebrações cívicas. Para entendermos a relação entre sentimento nacional e a prática do poder, nos apoiamos nos conceitos de nacionalismo desenvolvido por Hobsbawm e por Benedict Anderson, respectivamente.

Eric J. Hobsbawm (2013) na obra *Nações e nacionalismo desde 1780*, apresenta a discussão sobre os primórdios e evolução dos termos nação, nacionalidade e nacionalismo na modernidade. Para ele, a explicação para a unidade nacional está relacionada ao contexto de desenvolvimento do capitalismo e do imperialismo, os governos desses estados estiveram à frente na formação do conceito de nação, criando formas burocráticas de religião cívica e uma grande máquina administrativa para incutir nos cidadãos os sentimentos de lealdade ao Estado.

Próxima a essa reflexão, nos debruçamos sobre outra obra importante que debate o conceito de nação, denominada *Comunidades Imaginadas* (2008) de Benedict Anderson. Nela o autor entende a nação como uma comunidade política imaginada, que dialoga entre as diversas camadas sociais, mas é fundamentalmente uma expressão das forças políticas que estejam no poder, em determinada sociedade. Para ele, a nação possui um caráter ideológico, expresso nos seguintes termos:

(...)ela é imaginada como uma comunidade porque, independentemente da desigualdade e exploração efetivas que possam existir dentro dela, a nação é sempre concebida como uma profunda camaradagem horizontal. No fundo foi essa fraternidade que tornou possível, nesses dois últimos séculos, que tantos milhões de pessoas tenham-se disposto não tanto a matar, mas sobretudo a morrer por essas criações imaginárias limitadas. (ANDERSON. 2008. p.34)

Dessa forma, o nacionalismo criaria uma unidade social, um mundo em que o indivíduo abdique das suas vontades pessoais, em prol do pertencimento ao coletivo.

No Brasil com a proclamação da República, a “questão nacional” ganhou destaque nas disputas políticas e articularam concepções de nação, de nacionalidade, de patriotismo que passaram a orientar as ações das elites dirigentes no que dizia respeito à disseminação dessas ideias nas escolas públicas. (OLIVEIRA, 1990). Por meio da rede escolar esperava-se incutir nos indivíduos a devoção política do indivíduo à nação acima de qualquer outra obrigação pública. No nosso entendimento, os valores e as práticas militares e disciplinadoras presentes nos patronatos agrícolas estavam estritamente associados à cultura política nacionalista presente naquele momento histórico.

A escola foi, na primeira metade do século XX, um dos espaços de constituição do nacionalismo. Uma das importantes atribuições dos professores no Patronato estava ordenada na seguinte recomendação: “prover o ensino e a educação dos internados, despertando-lhes estímulo a brio, o amor ao trabalho e à prática rigorosa do dever, os sentimentos de honra e dignidade. E *“finalmente o amor à pátria e as instituições”* (BANANEIRAS, 1922, grifo nosso).

Na circular de número 47, observamos que o ensino de educação moral, cívica e social dos alunos ficavam a cargo dos professores do estabelecimento a ser ministrado aos sábados:

Ministerio da Agricultura, Industria e Commercio
 Directoria Geral do Serviço de Povoamento
 Rio de Janeiro 12 de junho de 1930
 Circular nº47

Snr. Director do Patronato Agrícola “Vidal de Negreiros”

Chamo vossa atenção para o rigoroso cumprimento do que se contem no officio nº 1.892, de 30/11/26, da Directoria Geral de Agricultura, que vos transmitti pela circular nº16, de 11 de dezembro do aludido anno, assim concebida:

Transmitto-vos por copia, o seguinte officio nº 1.829, de 30 de novembro ultimo, dirigido a esta Directoria Geral pelo Snr. Director Geral de Agricultura:

- “Tendo o Snr. Ministro determinado que os professores dos estabelecimentos de ensino subordinados a este ministério, façam aos sábados, systematicamente, prelecções sobre educação moral, cívica e social aos seus alunos, assim vos communico, para que providencieis, com urgência no sentido de ser cumprida a deliberação de S. Ex., pelos Patronatos Agrícolas subordinados a essa Directoria”.

Saúde e Fraternidade. (BRASIL, MAIC, 1930h)

Nessa medida, uma das hipóteses aqui sustentadas é a de que a atuação dos professores, buscando-se o funcionamento interno da escola, corroborou para o estabelecimento de uma cultura escolar calcada nos discursos patrióticos e militarizantes.

O apelo as manifestações de nacionalismo já estavam presentes nas celebrações cívicas no ano de 1925 no Patronato. Encontramos um comunicado de envio de um grupo de menores do Patronato de Bananeiras para as festividades do 15 de novembro no Rio de Janeiro, como demonstra o ofício encaminhado pelo Ministério da Agricultura Indústria e Comércio:

Rio de Janeiro, 17 de setembro de 1925

Snr. Director do Patronato “Vidal de Negreiros”

De ordem do Snr Director Geral, comunico-vos que os menores que vêm tomar parte na concentração do dia 15 de novembro próximo, deverão obedecer o seguinte horário de partida:

“Partida pelo vapor “Bahia”, que sahe do Pará no dia 16 de outubro”

Recomenda que o Snr. Director Geral que os mesmos menores venham acompanhados por um empregado de vossa absoluta confiança, que responderá não só pela disciplina dos educandos como também pelo respectivo enxoval, prestando as devidas contas do regresso dos menores.

Saúde e Fraternidade

Inspetor dos Patronatos Agrícolas. (BRASIL, MAIC, 1925a)

No mesmo dia envia-se outro ofício convocando a banda de música, que teria participação indispensável na festividade do 15 de novembro.

Rio de Janeiro, 17 de setembro de 1925

Snr. Director do Patronato “Vidal de Negreiros”

Confirmo o telegrama nº. 161- I, que esta Directoria vos dirigiu, em data de 14 do corrente, nos seguintes termos:

- “Comunico-vos que a banda de música virá independente do número de educandos constante na relação enviada.”

Saúde e Fraternidade

Inspetor dos Patronatos Agrícolas. (BRASIL, MAIC, 1925b)

Em 31 de outubro é enviado outro documento dirigido ao Patronato Agrícola de Bananeiras, que informava a chegada dos educandos no destino estipulado.

Rio de Janeiro 31 de outubro de 1925

Srn. Director do Patronato “Vidal de Negreiros”

Confirmo o telegrama n. 211- I, que esta directoria Geral vos dirigiu uma carta do 2º do corrente, nos seguintes termos:

- “Chegaram os educandos desse patronato causando boa impressão pela ordem e asseio”.

Saúde e fraternidade (BRASIL, MAIC, 1925c)

O ensino de música de cunho nacionalista também fazia parte do cotidiano dos jovens internos no Patronato Vidal de Negreiros. Recomendava-se ainda que o ensino de música se tornasse extensivo na Instituição e que as aulas música fossem ministradas aos alunos mais adiantados e que não se limitassem à banda. No ano de 1928 encontramos a seguinte circular:

Ministerio da Agricultura, Indústria e Comercio

Directoria Geral do Serviço de Povoamento

Rio de Janeiro, 17 de Dezembro de 1928

Circular nº. 29

Snr. Director do Patronato Vidal de Negreiros

Declaro-vos para os devidos fins, que o ensino de música será ministrado, diariamente neste Patronato, pelos respectivos mestres, os quaes deverão, também, acompanhar o estudo dos educandos, zelando, ao mesmo tempo, pela boa conservação do instrumental, cuja responsabilidade lhes fica afecta, nos termos das disposições vigentes.

Os instrumentos deverão pois, ser guardados em local seguro, sendo utilizados pelos menores apenas com a assistência dos mestres que responderão, perante

essa Directoria, pelos extravios e estragos que os instrumentos e seus acessórios, por ventura, sofrerem.

Os mestres de música deverão, entre si, corresponder-se, de modo a permutar as musicas já ensaiadas, facilitando assim que se possam reunir as bandas de todos os Patronatos, em futura concentração que houver de ser realizada nesta capital, onde se procederá um concurso entre elas, com distribuição de prêmios que mais se distinguirem.

Saúde e fraternidade

Dulphe Pinheiro Machado

Diretor geral. (BRASIL, MAIC, 1928)

As festividades cívicas, viagens e concursos entre bandas de música serviam como práticas educativas, procuravam criar laços entre os futuros trabalhadores agrícolas e sua pátria ou governo, ensinando-lhes sempre valores disciplinares, boa moral e asseio.

5.4 EDUCAÇÃO HIGIÊNICA NO PATRONATO

No Brasil, os debates sobre a formação da nacionalidade eram permeados por questões biológicas e sociais, muitos deles protagonizados pelos porta-vozes do higienismo³¹ e da eugenia³², os quais pretendiam transformar os hábitos diários dos trabalhadores, por meio da saúde e educação, bem como incorporar as populações do “Novo Mundo” aos padrões europeus, com o fim de criar mecanismos para que elas se “adaptassem” e “evoluíssem” dentro do novo sistema mundial.

Segundo Silva (2013), a eugenia nasceu com a proposta de evoluir a espécie humana por meio da criação de indivíduos considerados perfeitos, físico e psiquicamente. Esses indivíduos perfeitos deveriam ser separados daqueles vistos como defeituosos, geralmente os pobres, loucos e alcoólatras ou portadores de doenças hereditárias. Através das teses evolucionistas e da eugenia “procurava-se explicar a pobreza provocada pelas consequências da revolução industrial, com a formação de um proletariado urbano desprovido das mínimas condições de vida, em termos de habitação, higiene e alimentação”. (SILVA. 2013.p.61)

Nesse contexto, os médicos eugenistas fizeram-se presentes no movimento higienista e sanitaria que surgiu nos primeiros anos da República. Eles pretendiam instruir, formar a

³¹ Higienismo é uma corrente de pensamento que emergiu no final do século XIX e que prevaleceu até os anos de 1950, trazendo um discurso sobre o equilíbrio das dimensões do indivíduo, tanto físico, intelectual e moral. Os higienistas criaram propostas e participaram ativamente dos debates sobre modernização no Brasil. Quando falavam em intervenção da educação e da saúde, defendiam a mudança dos hábitos diários dos trabalhadores e de sua família. (SOARES JUNIOR.2012)

³² O termo eugenia foi criado por Francis Galton, em 1883 para designar àquele “bem-nascido”, isto é, os que se distinguem na evolução da raça humana. Imbuídos de darwinismo social criaram uma base científica para o controle e poder sobre as populações pobres. (SILVA, 2013)

população para o cuidado com o corpo e, de certa forma esse controle de si estava associado à ideia de urbanidade. Isso acontecia devido ao contexto de propagação de várias doenças com o crescimento da urbanidade, permitindo que os médicos se apresentassem como salvadores da nação. Stephanou (2011) afirma:

A medicina vinha a cumprir um papel fundamentalmente preventivo. As doenças da civilização moderna ofereciam um campo enorme para as ações sanitárias. Os médicos apresentaram-se como uma espécie de mediadores, aqueles que, propondo medidas de ordenamento do espaço e purificação do meio, conduziram a uma sociedade sadia e positivamente civilizada. A degeneração podia ser contornada. A enfermidade dos corpos e da sociedade cederia lugar à saúde e à vida. Fazia-se mister, contudo garantir espaço para a atuação educativa e saneadora da medicina. (STEPHANOU, 2011, p. 148)

Esse discurso médico sobre a educação, que se iniciou no início do século XX e existiu até fins da década de 1940, concorria com outras propostas educacionais com outros sujeitos como filantropos, políticos, advogados e administradores. Ainda segundo a autora acima referida, os discursos médicos não se restringiam a defender a educação e a saúde de forma genérica, eles discutiam conteúdos e métodos de ensino, procedimentos pedagógicos e salubridade das escolas. Segundo ela:

(...) um exame menos superficial dá conta de perceber que o discurso médico sobre a educação, longe de restringir-se a uma discussão política, implicou num envolvimento significativo de vários médicos em temas cada vez mais complexos sobre a escola, os processos de aprendizagem, a educação sanitária do povo. Permite identificar também uma intensa atuação médica em espaços educativos, seja em escolas de ensino elementar, técnico, curso de formação de professores, orfanatos e asilos, cursos de mães, de enfermeiras, e mesmo de jovens doutores, seja através de manuais de saúde e higiene, propaganda sanitária, conferências e artigos educativos divulgados na imprensa da época ou transmitidos por radiodifusão. (STEPHANOU, 2011, p.145)

Um outro autor que trabalhou com a temática do saber médico e educação higiênica na primeira república foi Soares Junior (2012). O autor afirma que a união entre eugenia e higienismo que começou a ser posta no Brasil, não tardou a chegar na Paraíba, principalmente através dos profissionais ligados aos órgãos de saúde pública. O médico Flávio Maroja foi um dos porta vozes das novas práticas relacionadas à saúde e higiene corporal, buscando novos métodos para disciplinar a população. Por meio da propaganda, folhetos e discursos ele procurava atingir principalmente às classes populares, grupo social que desconhecia “o perigo

do beijo, o perigo da convivência com os portadores de moléstias infecto contagiosas, e só com muito esforço chegariam a se convencer de que a tuberculose se transmite por fontes seguras de contato” (MAROJA apud SOARES JUNIOR, 2012. p. 9)

Na década e 1920 propagaram por todo o país as políticas higienistas. Em 1920 foi criado o Departamento Nacional de Saúde e foi também nesse ano que os médicos se reuniram para discutir fatores de higiene no I Congresso Brasileiro de Higiene. No mesmo ano foi fundada a Liga Brasileira de Higiene Mental, por Gustavo Riedel.

Na Paraíba, em 1927 foi organizada a primeira semana médica, nela foi divulgada que os higienistas propagassem a ideia da educação sanitária nos espaços coletivos, em especial a escola, confirmando os preceitos de criar novas gerações saudáveis com enfoque nas crianças. O médico sanitarista Amarílio de Vasconcelos, em discurso sobre higiene nas escolas paraibanas afirmou que:

A escola e não a fábrica é lugar próprio para fazer educação higiênica, ali é possível ensinar com proveito, no momento oportuno, como se evitam as moléstias, que a grandeza de uma nação não se baseia apenas na sua riqueza e no progresso material, mas principalmente na saúde e força dos seus filhos (VASCONCELOS apud SOARES JUNIOR, 2012, p.10)

Nesse contexto, no Patronato Agrícola de Bananeiras, desde a sua fundação, passou a instituir o cuidado com a higiene em conjunto com a ginástica e exercícios militares, como pilares pedagógicos que visavam a regeneração da infância pobre paraibana. O médico ocupava ao lado do diretor e do engenheiro agrônomo responsáveis pelas tarefas agrícolas dos educandos, os mais altos postos desse estabelecimento de ensino.

Ficava a cargo do médico do Patronato organizar a carteira de saúde relativa a cada internado, fazer trimestralmente inspeções em todos os educandos, a fim de verificar o estado de saúde de cada um. Além disso, ele também era o responsável por fornecer ao Diretor instruções que o habilitassem a reconhecer, desde suas primeiras manifestações, as moléstias graves ou propagáveis, a fim de se providenciar em tempo o isolamento do menor doente. Também de sua responsabilidade acompanhar cada passo relativo a higiene dos educandos, ficava incumbido de lavrar em livro próprio, todas as vezes que comparecer ao Patronato, um termo de visita salientando as impressões sob o ponto de vista médico, pedagógico, e instruindo a administração acerca da alimentação dos menores de seu desenvolvimento físico e de exercícios ginásticos e militares.

A primeira medida tomada quando o menor chegava na Instituição era a triagem por meio de um exame médico obrigatório, a fim de verificar se um menor poderia ser portador de

alguma doença infecto-contagiosa ou algum tipo de deficiência física ou mental que o impossibilitasse de realizar o trabalho agrícola.

Apesar do quadro funcional do estabelecimento ter médico e uma enfermaria, as crianças com deficiência não eram admitidas na Instituição. O abrigo de crianças e adolescentes com deficiência não poderia ser feito por instituições marcadas pela lógica regenerativa pela prática do trabalho e formação de um novo padrão corporal, exigido pelo mundo do trabalho. Apesar desses critérios o fato é que muitas crianças saudáveis adoeciam após a entrada na Instituição, seja por motivo de sobrecarga de trabalho ou em razão do confinamento favorável a propagação de doenças.

Ao que tudo indica, a prioridade dada a questão da higiene em telegramas, ofícios e nos documentos da instituição era consonante com a prática interna da administração, pois como vemos nas despesas de 1925, os gastos destinados ao gabinete médico foram equivalentes aos gastos destinados aos livros escolares e artigos para as aulas.

Quadro 8 - Registro da natureza da despesa 1925

Natureza da despesa	Importância
Gabinetes médicos	4:000 \$ 000
Combustíveis para máquinas e oficinas	1:000 \$ 000
Lubrificantes e material para lubrificação, limpeza e conservação de máquinas	500\$000
Livros escolares, tinta, pennis, papel e outros artigos para aulas	4:000\$ 000
Material para aprendizagem e trabalhos nas oficinas	5:000\$ 000
Forragem e ferragens para animais	800\$000
Sementes, mudas, inseticidas; adubos e correctivos para as terras de cultura	1:000\$ 000
Lampadas, material eléctrico e outros artigos para iluminação	800\$ 000

II- Diversas despesas patronatos agrícolas	
Publicações de caracter transitório feitas nos jornais ou revistas	500\$000
Despesas telephonicas, telegráficas em redes particulares	150\$000
Despesas de iluminação	2:000\$000
Funeraes de educandos e outras despesas imprevistas	350\$000

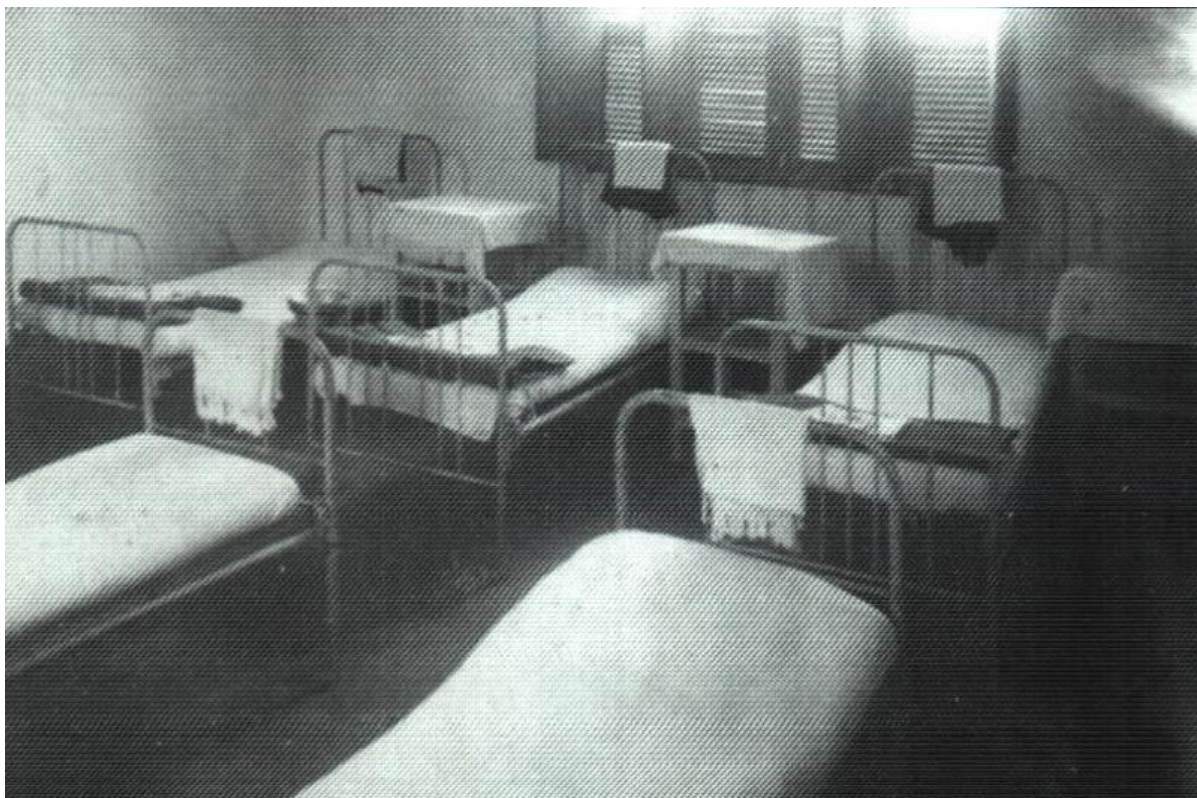
Fonte: Arquivo do CCHSA, UFPB, Campus Bananeiras.

Os gabinetes médicos eram formados pela enfermaria, gabinete dentário e sala de curativos. Os primeiros médicos da Instituição foram, Mariano Barbosa, Luiz da Silva Barbosa e João Francisco de Souza, este último no ano de 1926, se afastou no mês de abril daquele ano para servir à indústria pastoril. Quando o médico se ausentava assumia temporariamente suas funções o cirurgião dentista, responsável por inspecionar a higiene dos internos em sua ausência.

As recomendações voltadas a inspeção da saúde dos internos eram tão frequentes nos documentos quanto às inspeções relacionadas aos dispositivos de vigilância, promovidas pelos guarda vigilantes e inspetores. Nos registros de medicamentos encontrados ressaltamos o xarope para combater a gripe, porém para atender casos mais graves, o Patronato dispunha de uma enfermaria, onde o menor, funcionário ou morador doente ficava até que estivesse curado. Essa medida era importante por dois motivos. Em primeiro lugar porque isolava os pacientes do contato com o restante das pessoas da Instituição, com o intuito de impedir a propagação de doenças. Em segundo lugar, era necessária a existência de uma enfermaria, já que os patronatos agrícolas foram pensados para se estabelecerem em locais afastados das cidades.

Na foto abaixo podemos observar a enfermaria do Patronato Agrícola, no ano de 1927, um espaço organizado, ao que tudo indica sob os preceitos sanitários, que determinava o deslocamento dos menores enfermos para um espaço específico onde pudessem receber cuidados médicos.

Figura 16 - Enfermaria do Patronato agrícola,1927.



Fonte: SILVA.2012, p.41

Foram comuns as intervenções médicas nas escolas nas primeiras décadas do século XX, pois atribuíam-se a educação um papel importante no saneamento dos meios sociais e regeneração do homem, conforme já dissemos. Os altos índices de mortalidade infantil levaram os médicos a se preocuparem com as causas que acometiam a população mais pobre, passando a prescrever condutas higiênicas. Além disso, a temática da infância, em voga no período em questão abriu as portas para esses especialistas começassem a atuar com o objetivo de resolver o problema do menor abandonado, das taxas de mortalidade infantil e da mudança dos hábitos dos trabalhadores e de suas famílias.

O médico higienista era especializado em saúde pública e administração sanitária, e era também considerado um educador. Examinava cada educando ao ser matriculado ou desligado e assinando a sua ficha medica. Verificamos, por meio dos registros de despesas médicas, que uma das principais moléstias que preocupavam o médico do Patronato Vidal de Negreiros era a Varíola, essa preocupação levou a administração a fornecer vacinas a todos os discentes nos primeiros anos de seu funcionamento.

Em 1925 iniciou-se o trabalho de vacinação contra a varíola, foram encaminhadas vacinas do Departamento Nacional de Saúde Pública para imunizar o conjunto de pessoas envolvidas com as atividades do Patronato.

Departamento Nacional de Saúde Pública
 Directoria de Saneamento e prophylaxia Rural
 Parahyba, 17 de março de 1925
 Ilmº Sr. Dr. José Augusto Trindade
 M. D. Director do Patronato Agrícola “Vidal de Negreiros”
 Bananeiras
 Conforme vosso pedido remeto-vos, pelo correio, sob registro 30 tubos de vacinas anti-variólica.
 Peço-vos o obsequio de enviardes a relação das pessoas vacinadas, com especificação de idade, sexo cor e filiação. (DEPARTAMENTO NACIONAL DE SAÚDE PÚBLICA, 1925a)

Nos anos seguintes continuaram a ser fornecidos medicamentos solicitados pelo Estabelecimento incluindo as vacinas anti-varilógicas como vemos no telegrama abaixo:

Repartição Geral dos telégrafos
 Off. Doutor José Trindade
 Paraíba 12 hora 10:30
 N.322 remmeti pelo correio vacinas antivariológicas (pt)
 Saudações, chefe serviço. (DEPARTAMENTO NACIONAL DE SAÚDE PÚBLICA, 1925b)

O esforço empreendido na erradicação de doenças e na educação higiênica filiava-se à ideia de construção da identidade nacional, uma vez que para os higienistas, o país estava doente e improdutivo. Esses preceitos foram coroados na Constituição de 1934, estabelecido no Art. 138, que incumbiam a União, estados e municípios de:

- a) assegurar amparo aos desvalidos, criando serviços especializados e animando os serviços sociais, cuja orientação procurarão coordenar;
 - b) estimular a educação eugênica;
 - c) amparar a maternidade e a infância;
 - d) socorrer as famílias de prole numerosa;
 - e) proteger a juventude contra toda exploração, bem como contra o abandono físico, moral e intelectual;
 - f) adotar medidas legislativas e administrativas tendentes a restringir a natalidade e a morbidade infantis; e de higiene social, que impeçam a propagação de doenças transmissíveis;
 - g) cuidar da higiene mental e incentivar a luta contra os venenos sociais.
- (BRASIL, CF, 1934)

Na Paraíba, os preceitos médico-higiênicos eram formulados pelos especialistas ligados ao Estado, especificamente aos órgãos de saúde pública. Eles atendiam loucos, assassinos, mendigos, asilados e leprosos. Eram os responsáveis por formar novas práticas relacionadas à saúde e buscar novos métodos para disciplinar a população paraibana. Reuniam-se principalmente em torno da Sociedade de Medicina e Cirurgia da Paraíba. (SOARES JUNIOR, 2012)

No Patronato e depois com a denominação de Aprendizado Agrícola de Bananeiras, o cuidado com a saúde era tão importante quanto a instrução primária e técnico-profissional dos meninos. O apelo para que fossem cumpridos os ideais higienistas no Patronato, ao que parece, estavam presentes em cada fase da Instituição pois vemos a reedição da Circular número 4 no ano de 1930, quando o Patronato passa para a administração estadual, mas procura garantir a continuidade das medidas de saúde no Estabelecimento:

Ministerio da Agricultura Indústria e Comercio
 Diretoria Geral do Serviço de Povoamento
 Rio de Janeiro 2 de junho de 1930
 Snr. Director do Patronato Agrícola “Vidal de Negreiros”
 Chamo a vossa atenção para a seguinte circular nº4, de 25 de Janeiro de 1922:
 - “Tem esta Directoria o máximo de empenho em que sejam activados, com a maior energia, todos os trabalhos affectos a este estabelecimento, os que se referem à instrução e técnica-profissional dos educandos.
Por igual, não vos deveis descurar da assídua inspecção dos menores, constatando nas respectivas carteiras de saúde, todos os elementos pelos quais possa a administração pública, a qualquer momento, verificar o grão de robustez dos educandos e as causas que, por ventura hajam contribuído para retardar o seu regular desenvolvimento physico.
 Com esse intuito, expedireis ordens severas aos vossos subordinados, representando a esta Directoria, quanto a idoneidade e capacidade profissional desses auxiliares e acerca do que se tornar indispensável ao conveniente aparelhamento desse Patronato”.
 Saúde e Fraternidade
 Dulphe Pinheiro Machado.
 Director Geral. (BRASIL, MAIC, 1930. Grifo nosso)

Todos os serviços de atendimento médico eram estendidos aos funcionários e empregados que moravam no Patronato ou nas imediações:

Ministerio da Agricultura Indústria e Commercio
 Directoria Geral do Serviço de Povoamento
 Circular nº 53
 Snr. Director do Patronato Agrícola “Vidal de Negreiros”
 Chamo vossa atenção para o fiel cumprimento da seguinte circular, nº 30, de 22/12/28:

- “Declaro-vos, para os devidos fins, que os funcionários e empregados desse Patronato com as respectivas famílias têm direito a recursos médicos desde que residam na sede do estabelecimento ou nas suas imediações, quando houver carência de casas.

Quando existir farmácia oficial do Patronato, dado o seu afastamento dos centros urbanos, poderão ser aviados na mesma farmácia os receituários formulados pelo respectivo médico, não se compreendendo, porém, o fornecimento de preparados nacionais ou estrangeiros.

Estes receituários somente poderão ser aviado depois de visados pelo Director, ou na sua ausência, pelo eu substituto, ficando entendido que medicamento algum fornecerá o farmacêutico sem o competente receituário, salvo nos casos de absoluta urgência, em que o farmacêutico, dentro de sua competência legal e responsabilidade profissional, atenderá áqueles que necessitarem de socorros imediatos”

Dulphe Pinheiro Machado. (BRASIL, MAIC, 1928b)

Os ofícios e notas das farmácias que encontramos no acervo do CCHSA, incluíam além de remédios e vacinas, caixa de cirurgia, por isso constatamos que alguns procedimentos cirúrgicos eram realizados, quando necessário, devendo os casos graves serem encaminhados para hospital da capital ou de outra cidade próxima, de acordo com o Regimento.

Quando um interno contraía uma doença que não podia ser tratada no Estabelecimento, era autorizada sua saída para o tratamento em hospital, como verificamos nesta comunicação da Direção com relação ao tratamento de saúde do menor João da Silva Albuquerque, encaminhado para o Hospital D. Pedro II, em Recife.

18 de dezembro de 1930

Sr, Director Geral do Serviço de Povoamento

Levo a vosso conhecimento que e acha ausente deste Patronato, o educando nº104, João da Silva Albuquerque, internado no hospital D. Pedro II, de Recife, em julho do corrente anno, para tratamento nos olhos, sem que até a presente data tenha conseguido qualquer notícia do mesmo.

Aproveito o ensejo para apresentar-vos os protestos de minha estima e consideração

Saúde e Fraternidade

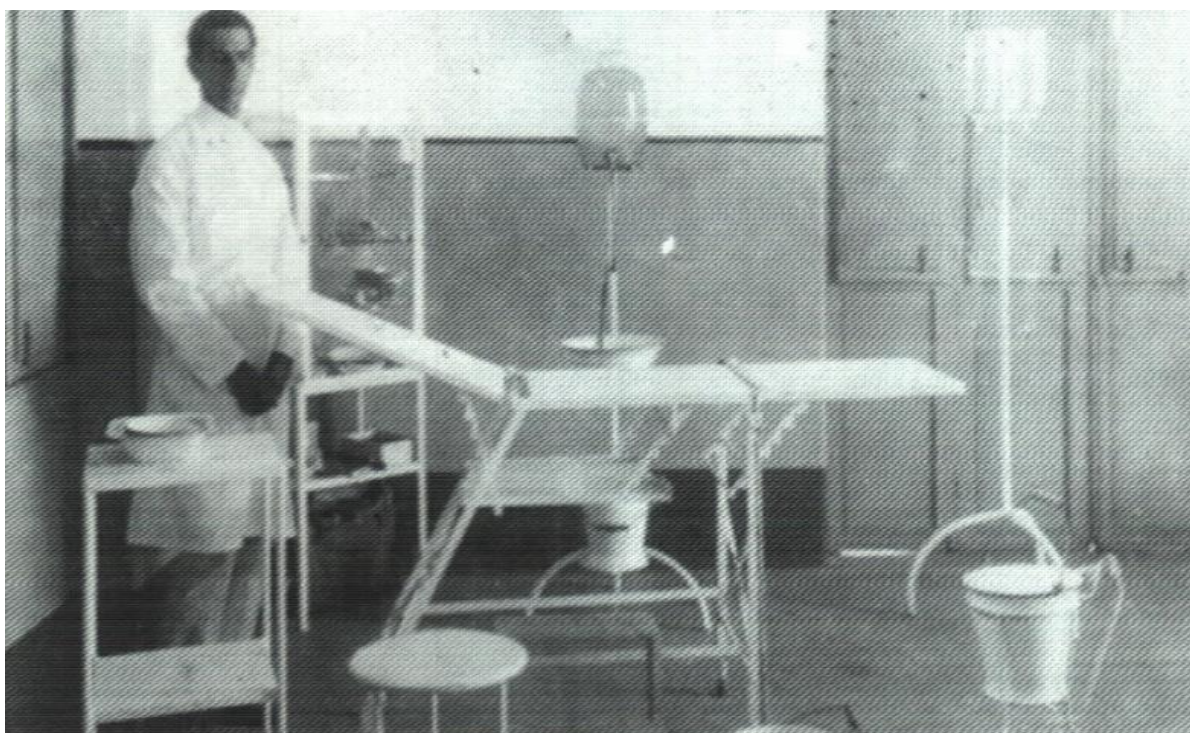
Nelson Dantas Maciel. (BANANEIRAS, 1930b)

As despesas e responsabilidade sobre os meninos ficavam a cargo do Patronato Agrícola, incluindo situações como a descrita anteriormente. No caso do menor João da Silva Albuquerque após ficar interno no hospital por quatro meses, a Inspeção dos Patronatos Agrícolas verificou que o nome do menor não constava no livro de assentamento de menores e acionou um alerta para que o diretor da instituição em Bananeiras procurasse o referido menor doente. Seguindo as ordens da Inspeção dos Patronatos, o diretor Nelson Dantas Maciel

acionou o chefe de polícia de Recife para ter notícias do menor, que retorna ao estabelecimento após o tratamento médico.

Na foto a seguir, podemos observar a sala de curativos da enfermaria e o médico Mariano Barbosa, responsável pela higiene e cuidados médicos do Patronato durante os anos 1930. O médico, o farmacêutico e os demais funcionários do Patronato também eram envolvidos nas atividades, sendo responsáveis por ministrar lições de higiene e saúde e contribuir para a sua execução entre os internos.

Figura 17 - Sala de curativos da enfermaria do Patronato.



Fonte: SILVA. 2012, p.43.

A rotina exaustiva de trabalho levava os meninos a procurar a enfermaria muitas vezes, com dores no corpo ou outras doenças que se não tratadas podiam levar à morte. Com relação aos registros de morte na Instituição, encontramos apenas quatro casos, todos descritos suscintamente sob alegação de enfermidade. No entanto, nos registros de gastos e despesas enviado ao Tribunal de Contas, era sempre presente as verbas destinadas a casos de morte. Devido à escassez de informações não podemos concluir a quantidade e tampouco às razões médicas que levaram alguns a morte, já que encontramos registros de maus tratos disfarçados sob alegação de doença.

Para cuidar dos sintomas comuns de febre ou dor no corpo, o Patronato contava com uma banheira de água quente, conforme detalhe na imagem a seguir:

Figura 18 - Banheira da enfermaria, 1925.



Fonte: SILVA. 2012, p. 42.

Outro espaço que fazia parte do pavilhão do consultório médico era o gabinete dentário. Quando iniciou o funcionamento do Estabelecimento Agrícola foram realizados tratamentos dentários em todos os menores, como consta na relação dos educandos.

Havia a recomendação clara para que os médicos e o dentista se ocupassem sistematicamente com as verminoses intestinais e também com a higiene da boca, ficando a cargo da superintendência dos serviços dentários e farmacêuticos esta última. Ao que tudo indica procuravam dar o combate emergencial nesses dois pontos, que seriam os críticos dos menores internos quando ingressavam na Instituição.

O tratamento dentário foi realizado naquele ano pelo dentista Joaquim Florentino de Medeiros, o qual enviara os quadros demonstrativos do trabalho dentário para Secretaria da Instituição. Os trabalhos dentários envolviam obturações de platina, porcelana ou extração dentária.

No momento em que assumiu o cargo de dentista do Patronato, o dentista escreveu uma carta:

Ilmo Sr. Director José Augusto Trindade

M. D. Director do Patronato Agrícola “Vidal de Negreiros”

Satisfazendo o justo desejo de Vs^a de ter inteiro conhecimento de todas as dependências do estabelecimento que se honra com a vossa fecunda e esclarecida direção, venho trazer as informações da parte que se acha a meu cargo.

Tendo assumido o lugar de dentista desse Patronato, a 22 de Agosto do corrente ano, para o qual firmei contrato com o Governo Federal, procurei colher os melhores apontamentos para melhor êxito do serviço.

Comecei fazendo um minucioso exame buco-dental, registrando todos os trabalhos a executar, em todos os educandos matriculados naquela data que eram 85. Concluindo o citado exame voltei a executar o trabalho encontrado, dividido em turmas alternadas de 10 para melhor ordem de serviço, não deixando, entretanto, de atender alguns casos que exigiam os meus cuidados. E assim que tenho a oportunidade de apresentar a Vs^a dois quadros demonstrativos com a relação dos trabalhos completos de 15 educandos, com o total de 51 obturações e 22 extrações e outro contendo todos os trabalhos executados desde o início até o dia 20 de setembro, com o total de 85 obturações e 64 extrações. Deixo aqui meus protestos de alta estima e elevada consideração.

Saúde e fraternidade

Cirurgião dentista

Joaquim Florentino de Medeiros. (BANANEIRAS, 1924).

Após dar o combate emergencial na saúde bucal e verminoses dos meninos, o trabalho no gabinete médico e enfermaria continuava movimentado. Nos quadros a seguir, vemos registros da movimentação de menores na enfermaria no ano de 1928.

Quadro 9 – Boletim do movimento da Enfermaria do Patronato Vidal de Negreiros, durante o mês de março de 1928.

Nº DO MENOR	NOME	DATA DA ENTRADA	DATA DA SAHIDA	MOLESTIA	Observações
147	João Baptista Braga	1-1-1928	-----	Ferimento traumático ante braço esquerdo	Continua em tratamento
83	Julio Emygdio de Andrade	16-2-1928	3-3-1928	Syphilis.	
35	Josué B. Vieira	28-2-1928	18-3-1928	Ferimento inc. do pé direito	
176	Norberto José Moreira	1-3-1928	5-3-1928	Luxações da articulação cubito humeral direito	
195	Severino Alves de Sousa	1-3-1928	19-3-1928	Luxações da articulação cubito humeral direito	
133	Antonio Vianna de Oliveira	1-3-1928	3-3-1928	Grippe benigna	
25	José Ribeiro de Mello	1-3-1928	8-3-1928	Grippe benigna	
192	Basileu da Silva	2-3-1928	5-3-1928	Perturbações intestinal	
69	João Alves da Silva	2-3-1928	8-3-1928	Perturbações intestinal	
2	Severino da Matta	6-3-1928	-----	Hydroartrose do joelho direito em consequencia do traumatismo	Continua em tratamento
19	José Sabino dos Santos	13-3-1928	14-3-1928	Xisto sebaceo localizado na região deltodiano esquerdo	

184	José Jorge de Alixandra	15-3-1928	19-3-1928	Sarna	
14	Vicente de Paula Fernandes	16-3-1928	19-3-1928	Grippe benigna	
177	Manoel Ferreira	16-3-1928	19-3-1928	Sarango	
153	Antonio Leandro	20-3-1928	24-3-1928	Sarango	
32	Eduardo Vidal de Negreiros	20-3-1928	24-3-1928	Sarango	
142	Domingos da Silva	20-3-1928	24-3-1928	Sarango	
105	Antonio Santino Potiguar	21-3-1928	-----	Abcesso sup. do pé direito.	
112	Manoel Xavier	21-3-1928	24-3-1928	Enbarço gastrico intestinal	
163	Ignacio Evangelista	21-3-1928	24-3-1928	Enbarço gastrico intestinal	
7	Sylvio Firmino	25-3-1928	6-3-1928	Enbarço arsenical	

Fonte: Arquivo do CCHSA, UFPB, Campus Bananeiras.

Quadro 10 – Boletim do movimento da Enfermaria do Patronato Vidal de Negreiros, durante o mês de maio de 1928

Nº DO MENOR	NOME	DATA DA ENTRADA	DATA DA SAHIDA	MOLESTIA	Observações
	Antonio Santino Potyguar	19-4-1928	8-5-1928	Varicella	
	Severino Cordeiro	23-4-1928	4-5-1928	Varicella	
	Rivaldo de Souza	24-4-1928	8-5-1928	Varicella	
	Antonio Gonsalves de Oliveira	25-4-1928	30-5-1928	Conjunctivite cartharrar Sub-aguda	
	-----	-----	-----	-----	
	José Ferreira Pinto	26-4-1928	2-5-1928	Varicella	
	Severino Fernandes	30-3-1928	4-5-1928	Dor rheumatica	
	Severino Francisco da Silva	1-5-1928	8-5-1928	Influenza	
	Jaceguay Martins	2-5-1928	10-5-1928	Varicella	
	Julio Enygdio de Andrade	3-5-1928	10-5-1928	Varicella	
	Reimar Luiz de Freitas	3-5-1928	23-5-1928	Varicella	
	Edgar Vieira	4-5-1928	10-5-1928	Varicella	
	Heleno Justino	5-5-1928	10-5-1928	Varicella	
	José Bernardo da Silva	5-5-1928	10-5-1928	Varicella	
	Antonio M. Sobrinho	5-5-1928	10-5-1928	Varicella	
	Alcides Pereira	5-5-1928	10-5-1928	Dor rheumatica	
	Sady Mariano Bezerra	7-5-1928	10-5-1928	Varicella	
	Mario Bertho Ferreira	7-5-1928	10-5-1928	Varicella	
	Raphael Correia	7-5-1928	16-5-1928	Varicella	
	Severino Braz de Lima	9-5-1928	16-5-1928	Varicella	
	Jose Cabral	9-5-1928	26-5-1928	Ferimento inciso, com amputação de phalange do dedo polegar da mão direita	
	-----	-----	-----	-----	
	-----	-----	-----	-----	
	Antonio Soares	11-5-1928	16-5-1928	Varicella	
	Manoel Rodrigues	11-5-1928	26-5-1928	Varicella	
	José Sabino dos Santos	11-5-1928	26-5-1928	Abcesso sup. da perna direita	

Fonte: Arquivo do CCHSA, UFPB, Campus Bananeiras.

Quadro 11 – Boletim do movimento da Enfermaria do Patronato Vidal de Negreiros, durante o mês de julho de 1928.

Nº DO MENOR	NOME	DATA DA ENTRADA	DATA DA SAHIDA	MOLESTIA	Observações
2	Severino da Matta	26-6-1928	1-7-1928	Odontalgia	
36	Raphael Moreira	28-6-1928	1-7-1928	Conjunctivite simples	
172	Miguel Pinheiro Camara	28-6-1928	2-7-1928	Amygdalite	
104	Antonio Pereira Mattos	1-7-1928	4-7-1928	Abc. sup. do ante-braço direito.	

				Influenza	
140	Elyseu Geronimo	1-7-1928	4-7-1928	Úlceras na perna direita	
139	João Paulino de Nogueira	2-7-1928	4-7-1928	Dor reumatica	
127	Antonio Gonsalves de Oliveira	4-7-1928	14-7-1928	Infecção gripal	
193	Manoel Severino da Silva	4-7-1928	23-7-1928	Influenza	
31	Daniel Miguel da Silva	5-7-1928	14-7-1928	Influenza	
144	Boanerges Guimarães	7-7-1928	23-7-1928	Conjunctivite granulosa	
178	Caetano Dantas	17-7-1928	23-7-1928	Abc. sup. da perna esq.	
19	José Sabino dos Santos	17-7-1928	-----	Úlceras nas nadegas.	Continua em tratamento
59	Juvenal Ferreira de Medeiros	18-7-1928	28-7-1928	Influenza	
102	Alcindo Pereira da Silva	20-7-1928	23-7-1928	Influenza	
64	Antonio Ramos de Souza	21-7-1928	26-7-1928	Influenza	
127	Antonio Gonsalves de Oliveira	23-7-1928	30-7-1928	Eczema	Idem, ideam, idem
103	Paulo Aurelio dos Santos	24-7-1928	-----	Influenza	
155	Alcino Bezerra de Menezes	26-7-1928	30-7-1928	Conjunctivite simples	Idem, ideam, idem
99	Manoel Aniceto de Lima	30-7-1928	-----	Conjunctivite simples	Idem, ideam, idem
21	Manoel José dos Santos	30-7-1928	-----	Influenza	Idem, ideam, idem
56	Gastão Nunes de Carvalho	31-7-1928	-----	Odontalgia	Idem, ideam, idem

Fonte: Arquivo do CCHSA, UFPB, Campus Bananeiras.

Muitos eram diagnosticados com doenças contagiosas não graves, como gripes, mas as insistências de certos diagnósticos revelam a existência de surtos epidemiológicos, como a catapora (descrita nos quadros como “varicella”). Destacamos também que muitos meninos adoeciam e precisavam de medicamentos de vido a contusões, abscessos provocados pelo excesso de trabalho.

Acreditamos que um importante fator que motivava o considerável investimento com os cuidados médicos, dentre outros aspectos, era a intenção de manter os meninos aptos ao trabalho. Sem esses cuidados, ficaria praticamente impossível gerir um estabelecimento que possuía na arregimentação de meninos, sua principal força de trabalho. Além disso, o acompanhamento dos meninos não se dava apenas durante sua estadia na Instituição, havia a preocupação maior de fornecer à sociedade em geral os trabalhos de higiene e saúde, portanto aqueles que eram desligados e transferidos para outras instituições geridas pelo Estado, deveriam portar obrigatoriamente não apenas seu histórico escolar, como também sua carteira de vacinação, como podemos observar pela recomendação presente na Circular número 25 de 22 de Julho de 1927:

Ministerio da Educação Indústria e Commercio

Diretoria do Serviço de Povoamento

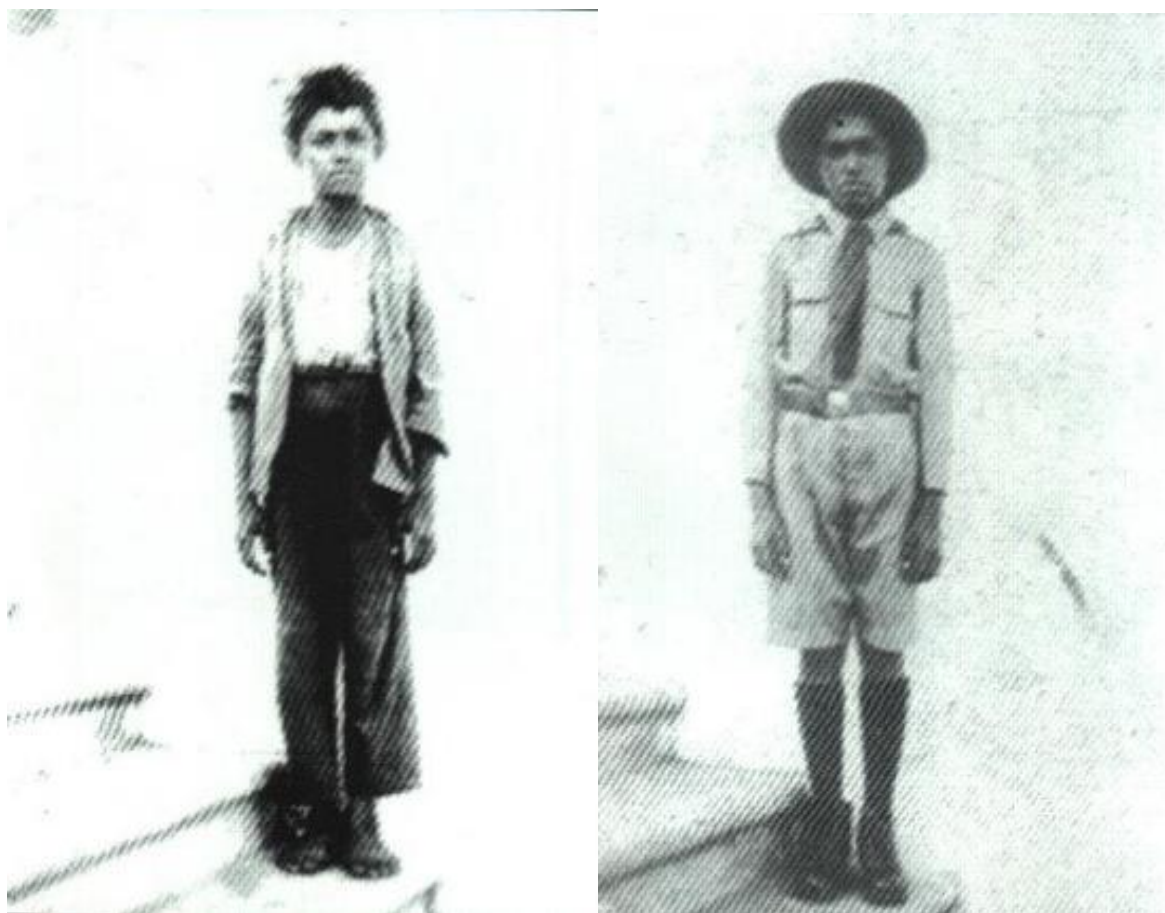
Rio de Janeiro 22 de Julho de 1927

Sr. Director do Patronato Agrícola Vidal de Negreiros

Recomendo-vos que, qualquer que sejam os motivos, deverá o médico desse Patronato proceder sempre ao necessário exame clínico do menor que for mandado desligar e anotar na perspectiva carteira de saúde o seu resultado, devendo essa carteira acompanhar os papéis do educando, quando as der a sua transferência para outro estabelecimento ou ser remetida para esta Directoria Geral em todos os demais casos de desligamento. (BRASIL, MAIC, 1927d)

Com relação ao asseio decorrente da educação higiênica, temos um registro emblemático dos resultados das revistas médicas passadas para assegurar as boas condições sanitárias do estabelecimento e dos meninos internos. Nas duas fotos abaixo, podemos observar como a questão da higiene pessoal era importante para a Instituição. De um lado a foto de um menino antes de entrar no Patronato Agrícola, com as vestimentas em condições paupérrimas e descalço. Do outro lado, o mesmo menino com o uniforme da instituição, calçado, cabelos cortados, tendo outra aparência. É sabido que essas fotos eram tiradas com o fito de criar uma boa imagem da Instituição e divulgar os trabalhos de assistência realizados.

Figura 19 - Vestimentas e acessórios do Patronato



Fonte: SILVA. 2012, p. 129.

No entanto essas fotos dizem muito sobre as preocupações com o asseio, em passar uma imagem limpa dos meninos, para tal eram realizadas as inspeções sanitárias. As observações médicas eram feitas sempre de maneira individual, abrangendo lesões ou enfermidades de nascença e as acidentais. Recomendava-se observar o estado da pele, as funções visuais, os ouvidos, nariz e garganta, os resultados relativos à vacinação e revacinação,

o efeito das vacinações que haviam sido medicadas e prescritas. Associavam práticas médicas aos ideais regeneradores e disciplinadores propostos pelo estabelecimento de ensino.

Em geral, o Patronato de Bananeiras contava com uma estrutura física que possibilitava a assistência médica aos educandos. No entanto, isso não conseguiu prevenir alguns casos de mortandade na Instituição, seja porque alguns desenvolviam doenças mais graves, ou mesmo devido a rotina diária de atividades exaustivas, as quais levavam os meninos mais frágeis a adoecerem.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os patronatos agrícolas representavam um novo modelo de assistência e educação voltadas para as crianças pobres do país, difundidos desde o século XIX, e que visualizavam a formação profissional dos menores e sua regeneração por meio do trabalho e disciplina.

As primeiras experiências com o ensino profissional emergiram a partir das necessidades de qualificação de mão-de-obra, sendo países como Inglaterra e França precursores do ensino especial para as classes operárias. No Brasil, a configuração desse modelo deu-se como contraponto às instituições caritativas criadas pela Igreja Católica e pelo aumento de instituições profissionalizantes sob a tutela do Estado.

No que tange ao ensino agrícola, em meados do século XIX, foram criadas muitas instituições de pesquisa e ensino agrícola, no entanto o acontecimento mais importante do período foi a fundação em 1897, da Sociedade Nacional de Agricultura, (SNA), formada por proprietários rurais do Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e do Nordeste. A SNA foi a principal articuladora das questões agrárias junto às políticas do governo, resultando num projeto de lei que criou o Ministério da Agricultura Indústria e Comércio.

A atuação do a SNA e o do MAIC foram fundamentais para a criação de políticas no sentido de “construir” e fixar o trabalhador nacional. Obedecendo a esses objetivos foram criados os Aprendizados Agrícolas e os Patronatos Agrícolas, ambos responsáveis pela formação de trabalhadores aptos ao manejo de máquinas e técnicas modernas de cultivo.

Na Paraíba, as oligarquias paraibanas representadas por Epitácio Pessoa na presidência do país e Solón de Lucena no estado, conseguiram inserir Bananeiras entre os estados escolhidos para a instalação de um Patronato Agrícola. Bananeiras apresentou-se como lugar ideal pois vinha de um contexto de declínio produtivo do café e do algodão, provocado pela perda de espaço na produção nacional e pelas pragas que atingiam as plantações. O estabelecimento agrícola poderia fornecer aos proprietários um auxílio técnico dos funcionários e uma mão de obra disponível para realização de pequenos serviços agrícolas.

Para além das demandas produtivas, existia no Patronato toda uma dinâmica de relações de poder e algumas resistências às autoridades estabelecidas, que procuramos ressaltar nesse estudo. Faziam parte do ambiente da Instituição muitos personagens: meninos internos, professores, porteiros, mestres de oficinas, escriturários, médicos, cirurgiões-dentistas, inspetores, guarda-vigilantes, além dos diaristas: lavadeiras, capatazes, motoristas e trabalhadores agrícolas, que viriam a se instalar como moradores do Patronato Agrícola.

Através dos documentos, percebemos como essas relações se davam no interior da Instituição, marcadas pela hierarquia e pela instauração de um constante sistema de vigilância sobre os meninos internos.

No que diz respeito aos diretores da Instituição, eles eram engenheiros agrônomos respeitados no estado, destacando-se os dois primeiros, José Augusto Trindade e Diógenes Caldas no combate às pragas agrícolas da região. Houve pouca rotatividade nos cargos de diretores, após a gestão de Francisco Porto, em 1930, Nelson Dantas Maciel permaneceu à frente da instituição por dezesseis anos. Esse período refletiu a eficiência e a capacidade de superar as dificuldades financeiras pelas quais passou o estabelecimento no decorrer dos anos.

Como uma Instituição que mesclava objetivos assistenciais com a necessidade de disciplinação da mão-de-obra, o Patronato Agrícola de Bananeiras, desde o primeiro momento, recebeu meninos abandonados trazidos pela Polícia, mas muitos deles eram internados a pedido de suas famílias, que viviam em condição de pobreza extrema e não podiam sustentar os filhos. A relação entre os familiares dos internos e a diretoria do Patronato muitas vezes apresentou-se de forma conflituosa, uma vez que encontramos no acervo pesquisado muitas cartas enviadas com pedidos de visitação ou de desligamento, bem como o indicativo de que alguns meninos foragidos voltavam para casa com o consentimento dos parentes.

No que concerne a organização geral, ensino primário, trabalho nas oficinas e no campo estavam relacionadas com a formação, nas crianças, de valores, hábitos e capacidades técnicas necessárias a parcela da sociedade que deveriam viver do próprio trabalho. O método educativo era baseado no método intuitivo e no ensino prático, voltado para trabalhos agrícolas. As instruções presentes no Regulamento, recomendavam uma educação que capacitasse os meninos internos a obter apenas noções básicas, sem aprofundamento das disciplinas, e mesmo no processo de alfabetização eram inseridas temáticas voltadas ao mundo rural.

Em 1934, com a extinção dos antigos patronatos agrícolas tentou-se extinguir também a intervenção policial na Instituição de Ensino. O redirecionamento federal tentou retirar o caráter correccional dessas instituições e substituí-las pelo viés mais profissionalizante, como passaram a ser os aprendizados agrícolas. Nessa época, o recém denominado Aprendizado Agrícola de Bananeiras passou a implantar novas máquinas ratificando o papel atribuído ao trabalho nesse modelo de educação.

O Aprendizado Agrícola também manteve a rotina disciplinadora e moralizadora sob os internos. Os horários rígidos para a realização das atividades, a educação física e o desenvolvimento da prática de escotismo, posteriormente a educação militar, foram atividades desenvolvidas para moldar os meninos na obediência e inculcar o sentimento de amor à pátria.

A presença do Escotismo, atividades militares e ginástica sueca no currículo, também serviu para educar o corpo dos internos, sendo constante a preocupação em se construir um novo padrão corporal obedecendo às exigências do mundo do trabalho. O cuidado com o corpo e saúde dos internos revela a circulação de ideias higienistas, os quais pretendiam transformar o hábito dos trabalhadores, daí a existência de inspeções médicas diárias e a estrutura organizacional oferecida para o tratamento de doenças.

Vimos ainda, como os indivíduos, especificamente os meninos, eram congregados na categoria de “menores”, diante da rígida disciplina, alguns deles resistiam ao poder disciplinar da Instituição por meio de fugas coletivas ou expulsões. Os registros oficiais evidenciavam a presença desses meninos, mesmo que uma pequena parte, em suas falas e experiências, principalmente no inquérito que apurou a morte de um deles, expondo as relações, por vezes conflituosas que eles mantinham com os funcionários responsáveis pela vigilância.

Procuramos relatar ao longo desse estudo, a maneira como o projeto educativo da Instituição estava consonante com o papel dispensado ao trabalho e aos trabalhadores na época. No entanto não podemos esquecer que para aqueles meninos e suas famílias, as possibilidades de aprendizagem de um trabalho organizado naquele momento, só poderiam ser propiciados pela Instituição, por isso eram enviadas muitas cartas com pedidos de solicitação de vaga em toda fase de Patronato e também de Aprendizado Agrícola.

Ao realizar esse estudo não esgotamos as possibilidades de construção tanto da história do ensino agrícola associado as demandas de produtividade quanto da história do Patronato Agrícola de Bananeiras, nos desdobramentos dessa pesquisa procuramos manter sempre um constante ajustamento entre as leituras realizadas e a documentação examinada. A extinta Instituição, que hoje abriga o Colégio Agrícola Vidal de Negreiros e o campus III da Universidade Federal da Paraíba, permitem várias perspectivas de leitura e o campo historiográfico permanece aberto para futuras pesquisas sobre o tema.

7 REFERÊNCIAS

A) BIBLIOGRAFIA

ANDERSON. Benedict. *Comunidades Imaginadas: reflexões sobre a origem e difusão do nacionalismo*. Tradução de Denise Bottman. São Paulo. Companhia das Letras, 2008.

ANDREOTTI, Azilde L. *Verbete com as Leis Orgânicas de Ensino de 1934 e 1946*. SCHULTZ. Elisa Stroberg. BARROS. Solange de Moraes. A concepção de infância ao longo do Brasil contemporâneo. Ponta Grossa. v. 3, n. 2. p. 137 - 147. LUMIAR: Revista de Ciências Jurídicas. UEPG, 2011.42 a 1946. Disponível em <http://www.histedbr.fe.unicamp.br/navegando/glossario/verb_c_leis_organicas_de_ensino_de_1942_e_1946.htm>. Acesso em 23 fev. 2015.

AQUINO, Luciene Chaves de. Ensino agrícola e formação disciplinar para meninos: aspectos da prática pedagógica do Patronato Agrícola “Vidal De Negreiros” em Bananeiras/Pb (1924-1934). *Revista Lugares de Educação*, Bananeiras/PB, v. 3, n. 7, p. 164-178, edição especial. dez, 2013. Disponível em <<http://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/rle/article/view/17398>>. Acesso em 02 abr. 2015.

BOEIRA, Daniel Alves. Educar e corrigir ou corrigir e educar? O caso do Patronato Agrícola de Anitápolis/ SC. (1918-1930). *Anais Eletrônicos do IX Encontro Nacional dos Pesquisadores do Ensino de História*, Florianópolis, abr 2011. Disponível em: <<http://abeh.org/trabalhos/GT03/tcompletodaniel.pdf>>. Acesso em 15 ago. 2012.

_____. *Uma solução para a minoridade na primeira República: o caso do patronato agrícola de Anitápolis (1918-1930)*. 138 f. Dissertação de Mestrado. Florianópolis, SC, 2012.

CAVALCANTI, Josefa Salete. A preservação do campesinato na área do brejo paraibano: a lógica interna de reprodução das pequenas unidades agrícolas e a intervenção dos programas governamentais de desenvolvimento. Brasília. *Cadernos de Ciência e Tecnologia*. v. 1, n.1. jan./abr. 1984. Disponível em: <<http://seer.sct.embrapa.br/index.php/cct/article/view/9287>>. Acesso em: 12 mar. 2014.

CIMINO. Marli de Souza Saraiva. *Iluminar a terra pela inteligência: trajetória do Aprendizado Agrícola de Barbacena, MG (1910-1933)*. 371f. Tese de doutorado. UERJ, Rio de Janeiro. 2013.

CONCEIÇÃO. Joaquim Tavares. *A pedagogia de internar*. História do internato no ensino Agrícola Federal (1934-1967). São Cristóvão: Ed. UFS, 2012.

CUNHA. Luís Antônio. *O ensino de ofícios artesanais e Manufatureiros no Brasil escravocrata*. 2ed. São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: FLACSO, 2005.

_____. *O ensino de ofícios nos primórdios da industrialização*. São Paulo: UNESP; Brasília, DF: FLASCO, 2005.

FOUCAULT. Michel. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Tradução de Raquel Ramalhete. 42.ed. Rio de Janeiro. Vozes, 2014.

GROPPO. Luis Antonio. *Juventude: ensaios sobre sociologia e história das juventudes modernas*. Rio de Janeiro: DIFEL, 2000.

HOSBAWN. Eric. *Nações e nacionalismo desde 1780: Programa, mito e realidade*. Tradução de Maria Celia Paoli e Ana Maria Quirino. São Paulo. Paz e terra, 2013.

LEITE, Miriam L. Moreira. A infância no século XIX segundo memórias e livros de viagem. In: *História social da Infância no Brasil*. 8 ed. São Paulo: Cortez, 2011. p. 19 – 52.

LE GOFF. Jacques. *História e memória*. Campinas. Tradução de Bernardo Leitão...[et al] São Paulo, 1990.

LIMA, Guaraciane Mendonça de. *O colégio de educandos artífices – 1865-1874: a infância desvalida da Parahyba do Norte*. 2008. 102 f. Dissertação (Mestrado em História) – PPGH/CCHLA/UFPB, João Pessoa. 2008.

LUCCA, Livia Bonamigo de. *Ginástica Sueca e Ginástica Laboral: relações, discursos e papéis sociais estabelecidos ao longo da História*. 2004. 68 f. Trabalho de Conclusão de Curso (graduação em Educação Física). Faculdade de Educação Física, Unicamp, São Paulo. 2004. Disponível em <<http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=000345740>> Acesso em: 27 fev. 2015

LUCENA. Iveraldo. *Nas veredas de um andarilho: Bananeiras, educação e cultura*. Unipê. João Pessoa, 2003.

MAGALHÃES. Justino Pereira de. *Tecendo Nexos: História das instituições educativas*. Bragança Paulista: Ed. Universitária São Francisco, 2004.

MARCÍLIO. Maria Luiza. *História social da criança abandonada*. Hucitec21, São Paulo, 2006.

MARIZ. Celso. *Evolução econômica da Paraíba*. A União, 1939.

MENDONÇA, Sonia Regina de. (2007) Conflitos intraestatais e políticas de educação agrícola no Brasil (1930 – 1950). *Tempos Históricos*. Paraná, vol 10, nº 1, p. 243- 266, 2007.

_____. *Estado e política agrícola no Brasil (1909-1930)*. América Latina en la Historia Económica. México, vol 5, número 10, p 87 – 100, 1998.

MELLO. José Octávio de Arruda. *História da Paraíba*. 7º Ed. A União. 2002.

MOREIRA, Emília, et al. Estruturação do Território Municipal Paraibano: na busca das origens. In: *Cadernos do Logepa*. Dep. de Geociências. CCEN/UFPB. João Pessoa. Vol. 2, nº 2, p 81-93, 2003. Disponível em <<http://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/logepa>>. Acesso em 20 de jul. de 2014.

MOREIRA, Emília, TARGINO, Ivan. *Capítulos de Geografia Agrária da Paraíba*. João Pessoa: Editora Universitária da Universidade Federal da Paraíba, 1996.

MORELLI, Ailton José. A criança e o “menor”: pequeno balanço bibliográfico. In: *Revista Diálogos*, UEM, p 83–98, 1997. Disponível em <<http://ojs.c3sl.ufpr.br/ojs/index.php/vernaculo/article/view/18067/11771>> Acesso em 15 de mar. 2014.

MOURA, Vera Lucia Braga de. *Pequenos Aprendizizes: Assistência à infância desvalida em Pernambuco no século XIX*. 171 f. Dissertação de Mestrado. UFPE. 2003.

NERY, Marco Arlindo Amorim Melo. Aprendizados e patronatos: um cotejo entre dois modelos de ensino agrícola das primeiras décadas do século XX (1911-1934). *Revista Tempos e Espaços em Educação*, Sergipe, v. 2, p. 25-32, jan. /jun. 2009. Disponível em <<http://www.seer.ufs.br/index.php/revtee/article/viewFile/2201/1872>> Acesso em 23 set. 2014.

_____. A regeneração da infância pobre sergipana no início do século XX: O Patronato Agrícola de Sergipe e suas práticas educativas. In: Congresso Brasileiro de História da Educação, 5, 2008. Aracaju. *Anais*. Aracaju, 2008.

_____. Higiene, moral e civismo: a ótica da educação pelo trabalho no patronato agrícola de Sergipe (1924-1934). In: VI Congresso Luso-Brasileiro de História da Educação, 6, 2006, Uberlândia. *Anais*. Minas Gerais: FAPEMIG, Minas Gerais, 2006. p. 805- 815.

OLIVEIRA, Gleise Isaura da Costa; ROCHA, Genilton Odilon Rêgo da. Transformando menores órfãos ou abandonados em feitores do campo, pomicultores, horticultores, jardineiros, abegões e profissionais práticos nos diversos ofícios agrícolas: a criação do Patronato Agrícola no Pará Republicano. *Revista HISTEDBR on-line*, Campinas, número especial, p. 103-123, out 2011. Disponível em <www.histedbr.fae.unicamp.br/revista/edicoes/43e/art06_43e.pdf> Acesso em: 25 set. 2012.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi. *A questão nacional na Primeira República*. 1ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1990.

OLIVEIRA, Milton Ramos Pires de. *Formar Cidadãos úteis: os Patronatos Agrícolas e a infância pobre na Primeira República*. Bragança Paulista: CDAPH, 2003.

OLIVEIRA, Maria Auxiliadora Monteiro; SALES, Paula Elizabeth Nogueira. Educação profissional e aprendizagem no Brasil: trajetórias, impasses e perspectivas. In: Seminário Nacional de Educação Profissional e Tecnológica, 4, 2010, Minas Gerais. *Anais IV SENEPT: CEFET - MG*, 2010. Disponível em <<http://www.senept.cefetmg.br/permalink/a5e3d2/4f-77d3-11df-9034-001e4f1ef15c.html>>. Acesso em 19 dez. 2014.

PAULINO, Kleber Magno Toscano. *Um olhar elementar sobre a Cidade de Bananeiras -PB*. 39 f. Monografia (Graduação em Geografia). Centro de Ciências Exatas e da Natureza. Departamento de Geociências. Universidade Federal da Paraíba. Campus I. João Pessoa - PB. UFPB, 2007.

PINHEIRO, Antônio Carlos Ferreira. A Era das Cadeiras Isoladas: o ensino primário e os conteúdos voltados para as atividades agro-pastoris na Paraíba. *Revista HISTEDBR On-Line*, Campinas, Faculdade de Educação da UNICAMP, n. 2, abr. 2001. Disponível em <<http://www.histedbr.fe.unicamp.br/revista/revis/revis02/reanto.html>> Acesso em 07 jan. 2015

ROBERTI JUNIOR, João Paulo. Evolução jurídica do direito da criança e do adolescente no Brasil. *Revista da Unifebe*, Santa Catarina, v.1, p 105 - 122, n. 10, Jan/Jul. 2012. <<http://www.unifebe.edu.br/revistadaunifebe/20121/artigo025.pdf>>. Acesso em 07 fev. 2015.

SAVIANI, Demerval. Instituições escolares no Brasil: conceito e reconstrução histórica. In: *Instituições escolares no Brasil: conceito e reconstrução histórica/ Maria Isabel Moura*

Nascimento. [et al], (orgs.). – Campinas, SP: Autores Associados: Histedbr; Sorocaba, SP: UNISO; Ponta Grossa, PR: UEPG, 2007. p. 3 – 31.

SCHULTZ. Elisa Stroberg. BARROS. Solange de Moraes. A concepção de infância ao longo do Brasil contemporâneo. Ponta Grossa. v. 3, n. 2. p. 137 - 147. LUMIAR: Revista de Ciências Jurídicas. UEPG, 2011.

SOARES JUNIOR, Azemar dos Santos. Semana Médica: Eugenia e Educação Higiênica na Paraíba (1927). In: IV Simpósio Nacional de História Cultural. Escritas da História: Ver – Sentir – Narrar, IV, 2012, Teresina-PI: *Anais*. UFPI, Piauí, 2012. Disponível em <<http://gthistoriacultural.com.br/VIsimpósio/anais/Azemar%20dos%20Santos%20Soares%20Junior.pdf>>. Acesso em 25 Jan 2015.

STEPHANOU. Maria. Discursos médicos e a educação sanitária na escola brasileira. In: STEPHANOU. Maria; BASTOS. Maria Helena Câmara. *Histórias e memórias da educação no Brasil, vol. III- Século XX*. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2011. p.142-164.

SILVA, Júlio Cesar Alves da. *Para a melhoria da raça e da civilização do povo Paraibano: Uma história da eugenia na Paraíba (1914 - 1921)*. 101 f. Dissertação de mestrado, 2013. Paraíba: UFPB, 2013. Disponível em <https://sistemas.ufpb.br/sigaa/public/programa/defesas.jsf?lc=pt_BR&id=1908> Acesso em 03 jan. 2015.

SILVA. Manoel Luiz da. *Bananeiras: Apanhados Históricos*. João Pessoa, Sal da Terra, 2007.

_____. *Bananeiras: sua História, seus valores*. Bananeiras, [S.I.] 1997.

_____. *CAVN: uma História para a posteridade, fatos em fotos*. Bananeiras, Gráfica Moderna, 2012.

_____. *Luz e Sombra: Crônicas e Poemas de Dona Hilda*. Bananeiras: A União. 1993.

_____. *Reminiscências: Capítulos da História do Patronato Agrícola de Bananeiras*. Bananeiras, [S.I.] 1994.

SOUZA, Rosa Fátima de. A militarização da infância: Expressões do nacionalismo na cultura brasileira. *Cad. CEDES*, Campinas, vol.20, n.52, p. 104-121, nov. 2000. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-32622000000300008&lng=en&nrm=iso&tlng=pt>. Acesso em 5 fev. 2014.

VILAR. José Luiz M. O utilitarismo e a educação profissional no Brasil. Por uma abordagem filosófica da História da educação profissional. *Revista Sul americana de filosofia e educação*. n. 19, p.120-134, nov/2012-abr/2013.

B) FONTES PESQUISADAS

BANANEIRAS. Paraíba. Aprendizado Agrícola. *Documento nº 6*. Declaração do mestre de oficina de celeiro. 1930a. Transcrição. Arquivo do CCHSA/UFPB.

BANANEIRAS. Paraíba. Carta do Diretor do Patronato Vidal de Negreiros ao Inspetor Regional do Tiro de Guerra, de 06 de agosto de 1931. 1931h. Transcrição. Arquivo do CCHSA/UFPB.

BANANEIRAS. Paraíba. Comissão de Inquérito de apuração de morte de menor. Relato do educando nº 26, 5 de junho de 1929. 1929a. Transcrição. Arquivo do CCHSA/UFPB.

BANANEIRAS. Paraíba. Comissão de Inquérito de apuração de morte de menor. Relato do educando o de 1929. 1929b. Transcrição. Arquivo do CCHSA/UFPB.

BANANEIRAS. Paraíba. Comunicado ao Inspetor dos Patronatos Agrícolas, de 15 de junho de 1931. 1931g. Transcrição. Arquivo do CCHSA/UFPB.

BANANEIRAS. Paraíba. Comunicado ao Inspetor dos Patronatos Agrícolas, de 17 de abril de 1931. 1931f. Transcrição. Arquivo do CCHSA/UFPB.

BANANEIRAS. Paraíba. Diretoria do Patronato Agrícola Vidal de Negreiros. Ofício encaminhado ao Juiz da comarca de Santa Rita, em 15 de janeiro de 1931. Bananeiras, Parahyba do Norte, 1931d. Transcrição. Arquivo do CCHSA/UFPB.

BANANEIRAS. Paraíba. Instituto Agrônomo Vidal de Negreiros. Ofício de 2 de março de 1933. Transcrição. Arquivo do CCHSA/UFPB.

BANANEIRAS. Paraíba. *Ofício nº 13*, de 27 de fevereiro de 1931. 1931f. Transcrição. Arquivo do CCHSA/UFPB.

BANANEIRAS. Paraíba. Patronato Agrícola Vidal de Negreiros. Carta de familiar ao diretor do Patronato solicitando desligamento do seu filho à instituição. 1932a. Transcrição. Arquivo do CCHSA/UFPB.

BANANEIRAS. Paraíba. Patronato Agrícola Vidal de Negreiros. Carta de familiar ao diretor do Patronato solicitando desligamento do seu filho à instituição por ter completado sua maioridade. 1931c. Transcrição. Arquivo do CCHSA/UFPB.

BANANEIRAS. Paraíba. Patronato Agrícola Vidal de Negreiros. Carta de familiar ao diretor do Patronato solicitando visitaçao dos seus filhos. 1931b. Transcrição. Arquivo do CCHSA/UFPB.

BANANEIRAS. Paraíba. Patronato Agrícola Vidal de Negreiros. Carta do dentista Joaquim Florentino de Medeiros ao diretor do Patronato. 1924. Transcrição. Arquivo do CCHSA/UFPB.

BANANEIRAS. Paraíba. Patronato Agrícola Vidal de Negreiros. Comunicado ao Hospital D. Pedro II, de 18 de dezembro de 1930. 1930b. Transcrição. Arquivo do CCHSA/UFPB.

BANANEIRAS. Paraíba. Patronato Agrícola Vidal de Negreiros. Cópia do Inquérito sobre desvio de verbas. Depoimento do ecônomo-almoxarife 1930. p 8; 12 - 13. Transcrição. Arquivo do CCHSA/UFPB.

BANANEIRAS. Paraíba. Patronato Agrícola Vidal de Negreiros. Cópia do Inquérito sobre desvio de verbas. Depoimento do Guarda Vigilante. 1930. p. 23. Transcrição. Arquivo do CCHSA/UFPB.

BANANEIRAS. Paraíba. Patronato Agrícola Vidal de Negreiros. Cópia do Inquérito sobre desvio de verbas. Depoimento do Inspetor de Alunos. 1930. p 21. Transcrição. Arquivo do CCHSA/UFPB.

BANANEIRAS, Paraíba. Patronato Agrícola Vidal de Negreiros. Pedido de um pai para ingresso do filho no Patronato em 02 de fev. de 1927. 1927a. Arquivo do CCHSA/UFPB.

BANANEIRAS, Paraíba. Patronato Agrícola Vidal de Negreiros. Pedido de comerciante para ingresso de aluno no Patronato. 1927b. Arquivo do CCHSA/UFPB.

BANANEIRAS. Paraíba. Patronato Agrícola Vidal de Negreiros. *Ofício nº 40*, de 24 de abril de 1931. 1931a. Transcrição. Arquivo do CCHSA/UFPB.

BANANEIRAS. Paraíba. Patronato Agrícola Vidal de Negreiros. Ofício s/nº, de 14 de janeiro de 1932. 1932b. Transcrição. Arquivo do CCHSA/UFPB.

BANANEIRAS. Paraíba. Regulamento do Instituto Agrônomo Vidal de Negreiros. 25 de novembro de 1932. Arquivo do CCHSA/UFPB.

BANANEIRAS. Regimento Interno adotado no Patronato Agrícola Vidal de Negreiros. 30 de abril de 1922. Arquivo do CCHSA/UFPB.

BRASIL. *CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL*, de 16 de julho de 1934. BRASIL. Constituição (1934). Constituição da República dos Estados Unidos Do Brasil. Rio de Janeiro, RJ: Casa Civil. 16 de jul. de 1934.

BRASIL. Decreto Nº 243, de 18 de julho de 1935. Approva o Regulamento da Directoria do Serviço Militar e da Reserva (D.S.M.R.). *Diário Oficial [da] União*, Rio de Janeiro, RJ, seção 1 - 24/7/1935, Página 16049. Disponível em <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-243-18-julho-1935-514220-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em 12 dez 2014.

BRASIL. Decreto Nº. 8.319, de 20 de outubro de 1910. Cria o Ensino Agrônomo e aprova o respectivo regulamento. *Diário Oficial [da] União* - Seção 1 - 2/11/1910, Página 9139. Rio de Janeiro, RJ. Disponível em: <<http://www6.Senado.gov.br/legislação/ListaNormas.action?numero=12893&tipo-norma=DEC&DATA=191802287link=s>>. Acesso em 02 abr. 2014

BRASIL. Decreto Nº. 12.893, 28 de fevereiro de 1918. Autoriza o Ministro da Agricultura a crear patronatos agricolas, para educação de menores desvalidos, nos postos zootechnicos, fazendas-modelo de criação, nucleos coloniaes e outros estabelecimentos do Ministerio. *Diário Oficial [da] União*, Rio de Janeiro, RJ, Seção 1, 5 de mai, de 1918, Página 2963. Disponível em <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1910-1919/decreto-12893-28-fevereiro-1918-507076-norma-pe.html>. Acesso em 15 set. 2014.

BRASIL. Decreto Nº 13.706 de 25 de julho de 1919. Dá nova organização aos patronatos agrícolas. *Diário Oficial [da] União* - Seção 1 - 26/7/1919, Página 10555. Disponível em <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1910-1919/decreto-13706-25-julho-1919-521010-norma-pe.html>> Acesso em 25 ago. 2014.

BRASIL. Decreto Nº 17.943-A, de 12 de outubro de 1927. Consolida as leis de assistência e proteção a menores (Código de Menores). *Coleção de Leis do Brasil*. 31 out. 1927, Página 476. Rio de Janeiro, RJ. Disponível em <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1920-1929/decreto-17943-a-12-outubro-1927-501820-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em 03 jul. 2014.

BRASIL. Decreto nº 20.185, de 7 de julho de 1931. Transfere para o Estado da Paraíba vários serviços agrícolas, de natureza regional, atualmente a cargo do Ministério da Agricultura. *Diário Oficial da União*, Rio de Janeiro, Seção 1, 10/7/1931, p. 11190. Disponível em

<<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-20185-7-julho-1931-521276-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em 13 mai. 2014.

BRASIL. MAIC. Aviso nº 4263, de 12 de junho de 1930. Rio de Janeiro, 1930e. Transcrição. Arquivo do CCHSA/UFPB.

BRASIL. MAIC. Bases de instruções pelas quais deverá reger-se o campo de demonstração da cultura do café em Bananeiras. Rio de Janeiro, 1924a.p. 1 Transcrição. Arquivo do CCHSA/UFPB.

BRASIL. MAIC. Diretoria Geral do Serviço de Povoamento. *Circular nº 4*, de 25 de janeiro de 1930. 1930g. Transcrição. Arquivo do CCHSA/UFPB.

BRASIL. MAIC. Diretoria Geral do Serviço de Povoamento. *Circular nº 10*, de 14 de março de 1927. Rio de Janeiro, 1927c. Transcrição. Arquivo do CCHSA/UFPB.

BRASIL. MAIC. Diretoria Geral do Serviço de Povoamento. *Circular nº 18*, de 31 de março de 1927. Rio de Janeiro, 1927d. Transcrição. Arquivo do CCHSA/UFPB.

BRASIL. MAIC. Diretoria Geral do Serviço de Povoamento. *Circular nº 25*, de 27 de julho de 1927. 1927d. Transcrição. Arquivo do CCHSA/UFPB.

BRASIL. MAIC. Diretoria Geral do Serviço de Povoamento. *Circular nº 27*, de julho de 1927. Rio de Janeiro, 1927c. Transcrição. Arquivo do CCHSA/UFPB.

BRASIL. MAIC. Diretoria Geral do Serviço de Povoamento. *Circular nº 29*, de 17 de dezembro de 1928. Rio de Janeiro, 1928a. Transcrição. Arquivo do CCHSA/UFPB.

BRASIL. MAIC. Diretoria Geral do Serviço de Povoamento. *Circular nº 42*, de 12 de junho de 1930. Rio de Janeiro, 1930c. Transcrição. Arquivo do CCHSA/UFPB.

BRASIL. MAIC. Diretoria Geral do Serviço de Povoamento. *Circular nº 47*, de 12 de junho de 1930. Rio de Janeiro, 1930h. Transcrição. Arquivo do CCHSA/UFPB.

BRASIL. MAIC. Diretoria Geral do Serviço de Povoamento. *Circular nº 53*. 1928b. Transcrição. Arquivo do CCHSA/UFPB.

BRASIL. MAIC. Diretoria Geral do Serviço de Povoamento. *Circular nº 61*, de 13 de julho de 1930. Rio de Janeiro, 1930d. Transcrição. Arquivo do CCHSA/UFPB.

BRASIL. MAIC. Diretoria Geral do Serviço de Povoamento. *Circular nº 62*, de 18 de julho de 1930. Rio de Janeiro, 1930g. Transcrição. Arquivo do CCHSA/UFPB.

BRASIL. MAIC. Diretoria Geral do Serviço de Povoamento. *Circular nº 73*, de 11 de setembro de 1930. Rio de Janeiro, 1930f. Transcrição. Arquivo do CCHSA/UFPB.

BRASIL. MAIC. Diretoria Geral do Serviço de Povoamento. *Circular nº 817*, de 11 de setembro de 1930. Rio de Janeiro, 1930b. Transcrição. Arquivo do CCHSA/UFPB.

BRASIL. MAIC. Diretoria Geral do Serviço de Povoamento. Comunicado Inspetor dos Patronatos Agrícolas ao Diretor do Patronato Agrícola Vidal de Negreiros, de 29 de janeiro de 1930. Rio de Janeiro, 1930a. p. 1. Arquivo do CCHSA/UFPB.

BRASIL. MAIC. Diretoria Geral do Serviço de Povoamento. *Ofício s/nº*, de 17 de setembro de 1925. Rio de Janeiro, 1925a. Transcrição. Arquivo do CCHSA/UFPB.

BRASIL. MAIC. Diretoria Geral do Serviço de Povoamento. *Ofício s/nº* convocando a banda marcial, de 17 de setembro de 1925. Rio de Janeiro, 1925b. Transcrição. Arquivo do CCHSA/UFPB.

BRASIL. MAIC. Diretoria Geral do Serviço de Povoamento. *Ofício s/nº* confirma a chegada dos menores, de 31 de outubro de 1925. Rio de Janeiro, 1925c. Transcrição. Arquivo do CCHSA/UFPB.

BRASIL. MAIC. Diretoria Geral do Serviço de Povoamento. *Ofício s/nº*, de 11 de setembro de 1931 ao delegado da 4ª Região Policial. Rio de Janeiro, 1931e. Transcrição. Arquivo do CCHSA/UFPB.

BRASIL. MAIC. Instituto Biológico de Defesa Agrícola. Carta de recomendações ao Patronato "Vidal de Negreiros" para o combate ao *Cerococcus parahybensis*. Rio de Janeiro. 1925. p.1. Transcrição. Arquivo do CCHSA/UFPB.

BRASIL. MAIC. *Ofício nº* 2327. Rio de Janeiro, 1924b. Transcrição. Arquivo do CCHSA/UFPB.

BRASIL. Ministério da Agricultura. Diretoria Geral do Serviço de Povoamento. Aprendizado Agrícola Vidal de Negreiros. *Circular nº* 43. Bananeiras, Parahyba do Norte, 1930b. Transcrição. Arquivo do CCHSA/UFPB.

BRASIL. Relatório do Ministro da Agricultura, Indústria e Comércio enviado ao Presidente da República. Rio de Janeiro: *Imprensa Oficial*, 1910-1911.

BRASIL. Relatório do Ministro da Agricultura Indústria e Comércio enviado ao Presidente da República. Rio de Janeiro: *Imprensa Oficial*, 1920.

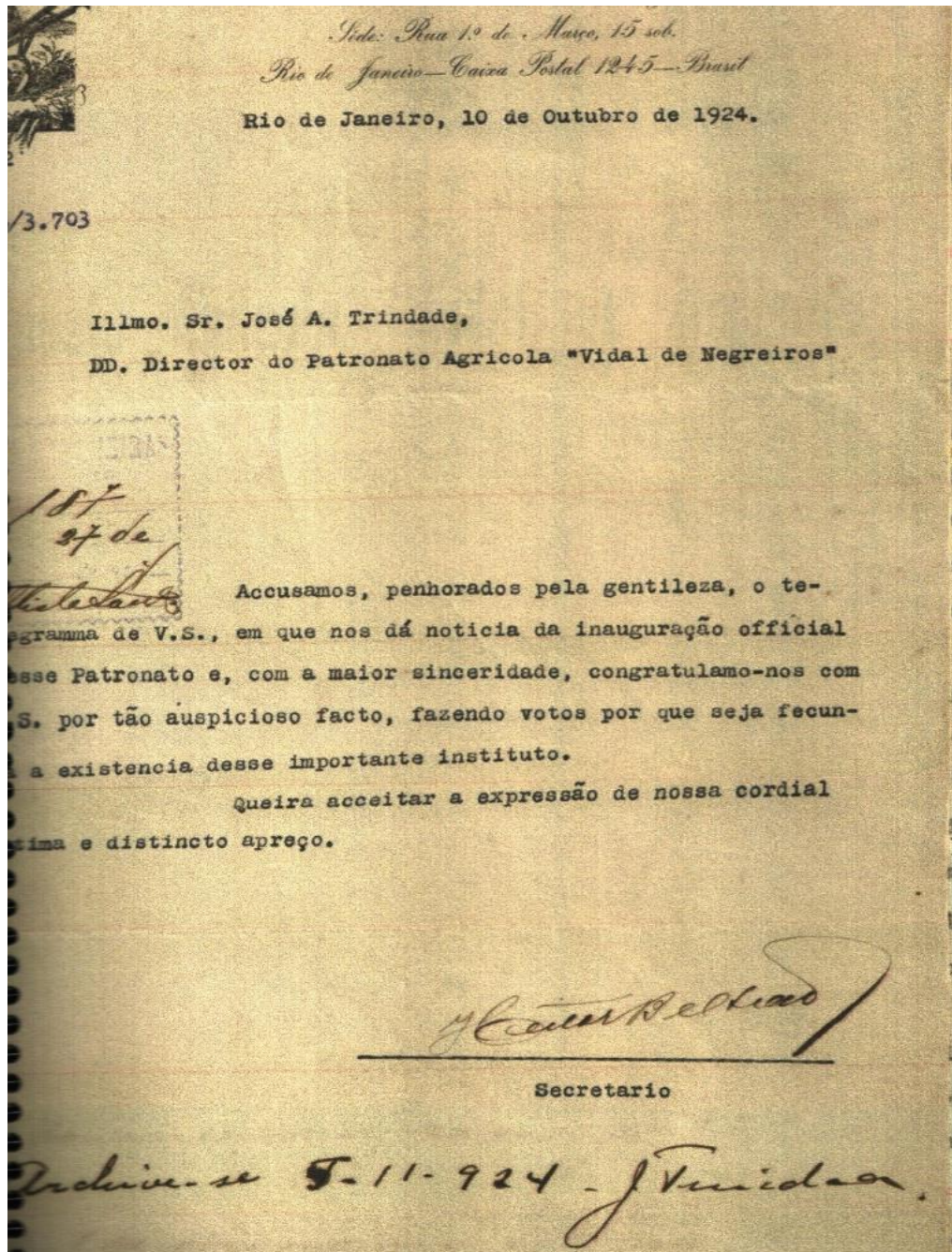
BRASIL. *Relatórios do Ministro da Agricultura, Indústria e Comércio*, 1918 - 1930.

BRASIL. *Relatório do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio*, 1918. Instruções orgânicas dos Patronatos Agrícolas instituídos pelo Decreto n. 12.893, de 28 de fevereiro de 1918, p. 150.

DEPARTAMENTO NACIONAL DE SAÚDE PÚBLICA. Diretoria de Saneamento e Prophylaxia Rural. 1925a. 1925b. Transcrição. Arquivo do CCHSA/UFPB.

TAMANDARÉ. Pernambuco. Patronato Agrícola João Coimbra. *Circular s/nº*, de 25 de julho de 1927. Solicita o envio de material para iniciar as atividades escoteiras ao Patronato Vidal de Negreiros. Transcrição. Arquivo do CCHSA/UFPB.

ANEXO A- COMUNICADO DA SNA AO PATRONATO AGRÍCOLA "VIDAL DE NEGREIROS, EM 1924.



Transcrição

Sede Rua 1º de Março, 15 sob.

Rio de Janeiro - Caixa Postal- 1245 - Brasil

Rio de Janeiro, 10 de Outubro de 1924.

8/3.703

Ilmo. Sr. José A. Trindade,

DD, Director do Patronato Agrícola "Vidal de Negreiros"

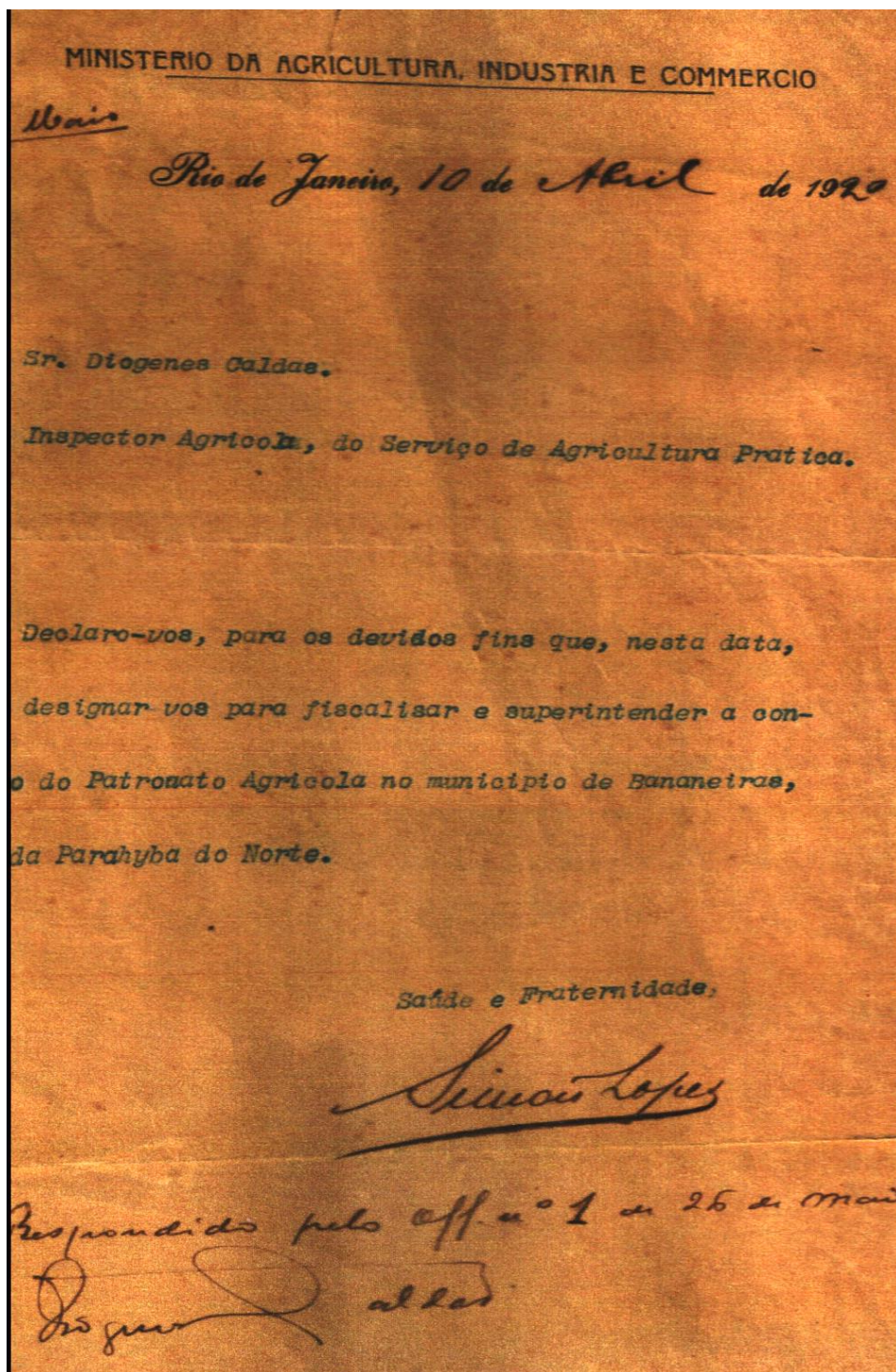
Accusamos, penhorados pela gentileza, o telegrama de V. S., em que nos dá noticia da inauguração official desse Patronato e, com a maior sinceridade, congratulamo-nos com V.S. por tão auspiciosos facto, fazendo votos por que seja fecunda a existencia desse importante instituto.

Queira acceitar a expressão de nossa cordial acima e distincto apreço.

[ass. Inelegível] Secretario.

Archive-se 9.11.924. J trindade.

ANEXO B – DESIGNAÇÃO À DIÓGENES CALDAS A EXECUÇÃO DE OBRAS NO PATRONATO AGRÍCOLA VIDAL DE NEGREIROS, EM 1920.



Transcrição

Ministerio da Agricultura, Indústria e Commercio Maio

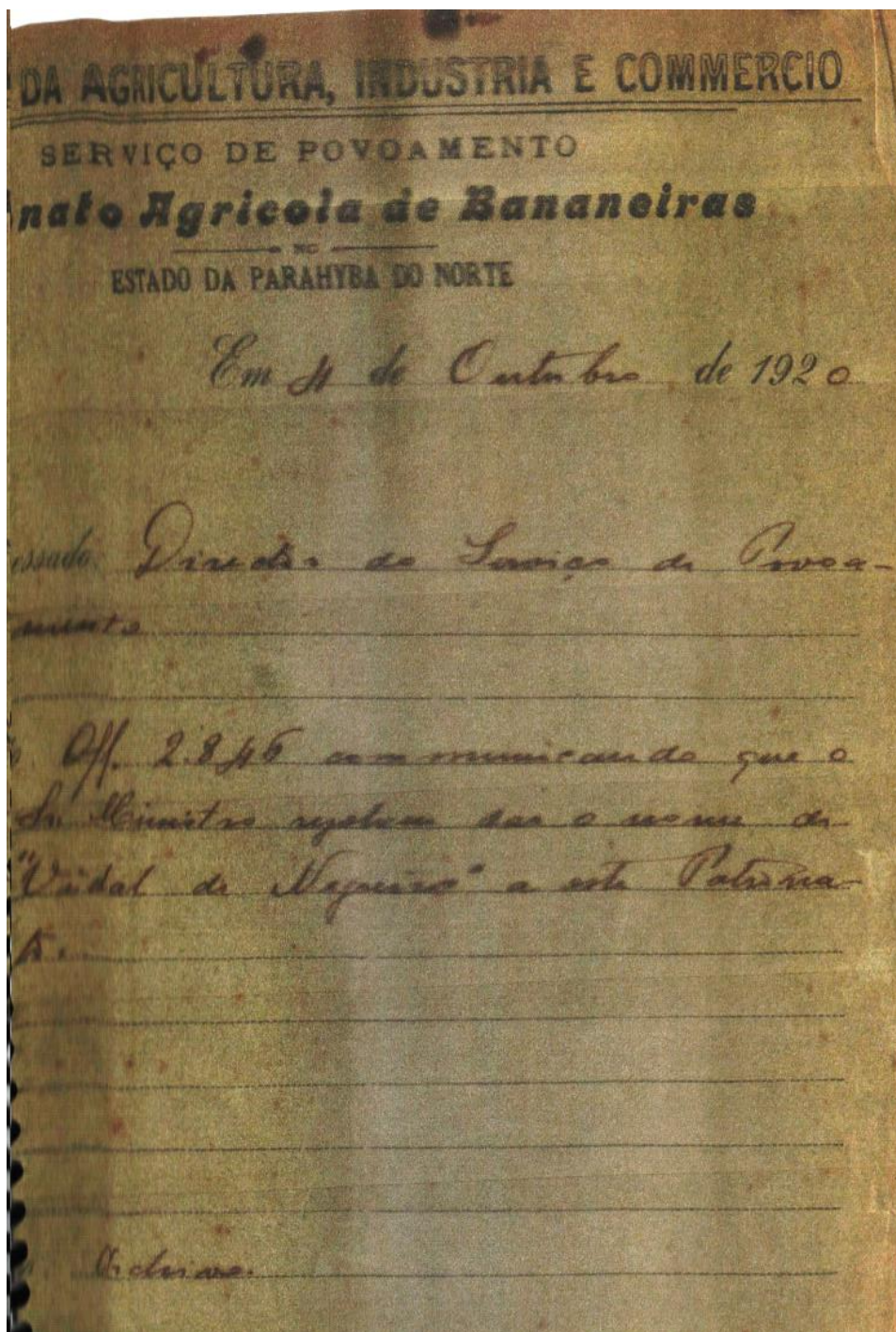
Rio de Janeiro 10 de Abril de 1920

Sr. Diógenes Caldas

Declaro-vos para os devidos fins que, nesta data, designar-vos para fiscalizar e superintender a construção do Patronato Agrícola no Município de Bananeiras da Parahyba do Norte.

Saúde e Fraternidade, Simão Lopes. Respondido pelo officio nº 1 de 26 de maio Diogenes Caldas.

ANEXO C – DOCUMENTO DO SERVIÇO DE POVOAMENTO AO PATRONATO AGRÍCOLA DE BANANEIRAS DESIGNANDO-O COMO “VIDAL DE NEGREIROS”, EM 1920.



Transcrição

Ministerio da Agricultura, Indústria Commercio

Serviço de Povoamento

Patronato Agrícola de Bananeiras

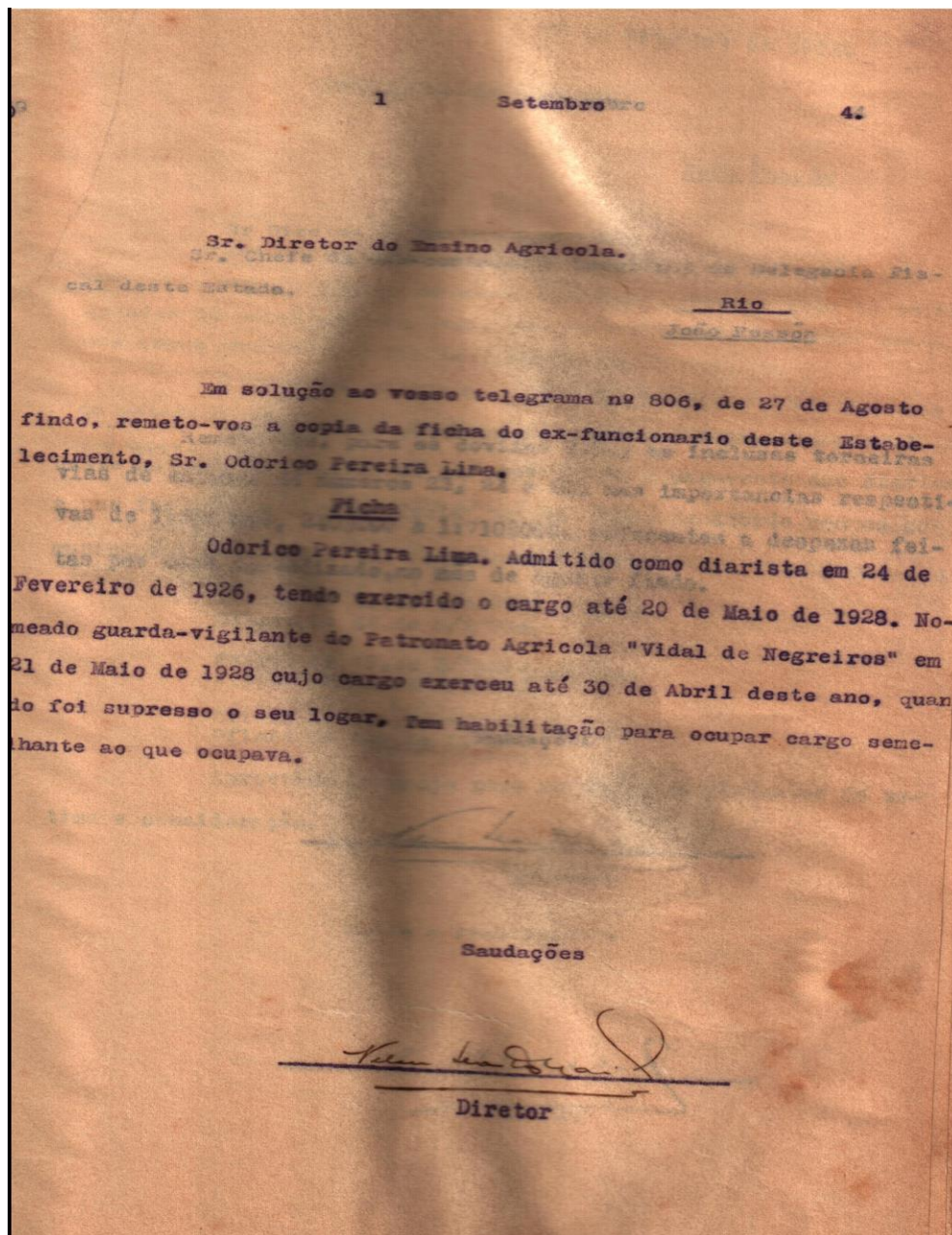
Estado da Parahyba do Norte

Interessado: Director do Serviço de Povoamento

Oficio: Off. 2.845 comunicando que o Sr. Ministro resolveu dar o nome de “Vidal de Negreiro” a este Patronato.

Archivo.

ANEXO D- TRANSFERÊNCIA DO GUARDA VIGILANTE PARA CARGO SEMELHANTE 1934



Transcrição:

1 setembro 4.

Sr. Director do ensino agrícola

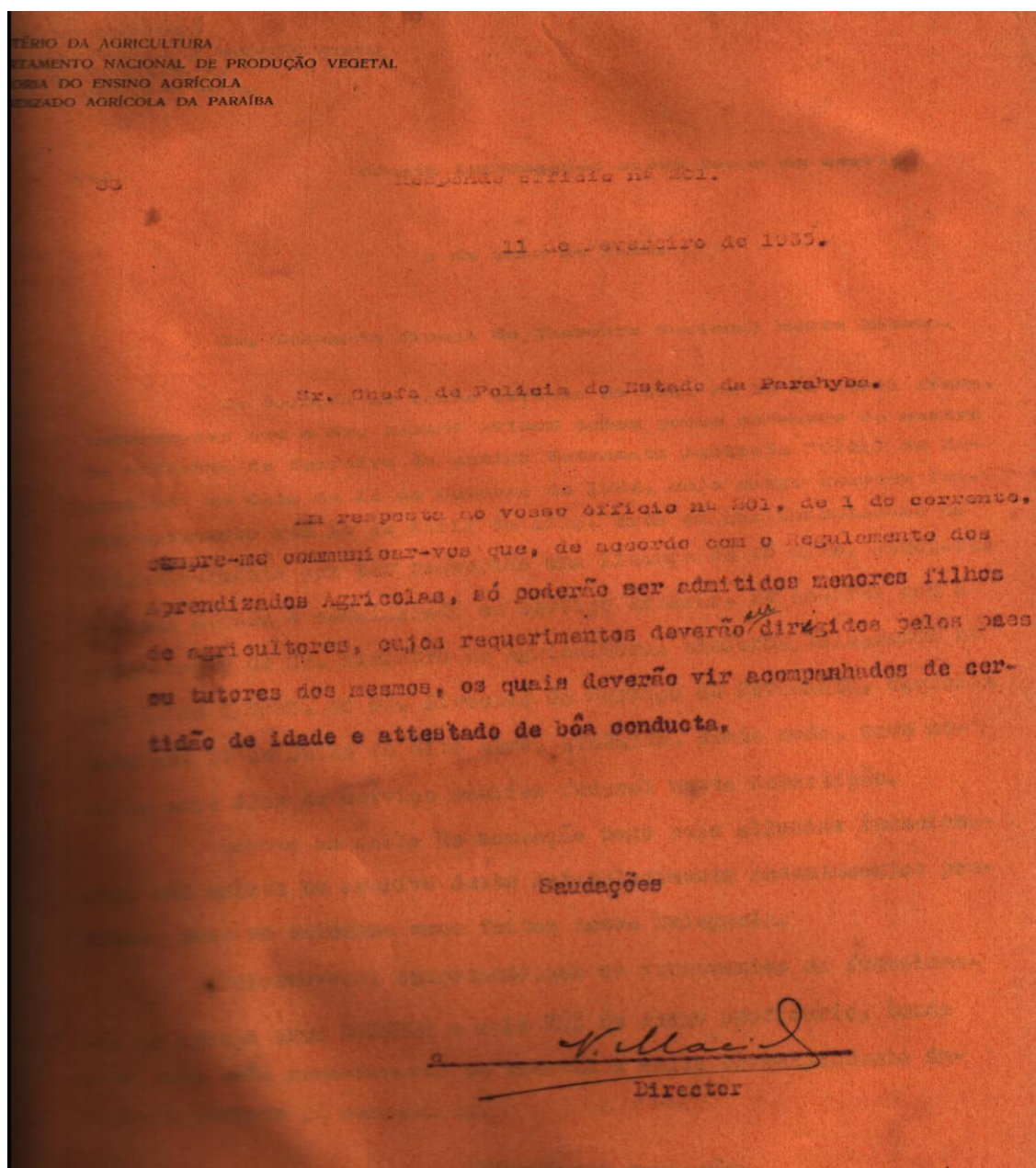
Rio

Em solução ao vosso telegrama nº 806, de 27 de agosto findo, remeto-vos a cópia da ficha do ex-funcionário desse Estabelecimento, Sr. Odorico Pereira Lima.

Ficha Odorico Pereira Lima. Admitido como diarista em 24 de Fevereiro de 1926, tendo exercido o cargo até 20 de Maio de 1928. Nomeado guarda-vigilante do Patronato Agrícola " Vidal de Negreiros" em 21 de Maio de 1928 cujo cargo exerceu até 30 de Abril deste ano, quando foi supresso o seu logar. Tem habilitação para ocupar cargo semelhante ao que ocupava.

Nelson Dantas Maciel /Director.

ANEXO E- OFICIO SOBRE NOVAS NORMAS DO APRENDIZADO AGRÍCOLA



Transcrição:

Ministério da Agricultura
 Departamento Nacional de Produção Vegetal
 Directoria do Ensino Agrícola
 Aprendizado Agrícola da Paraíba.

Responde officio nº 201

11 de fevereiro de 1934

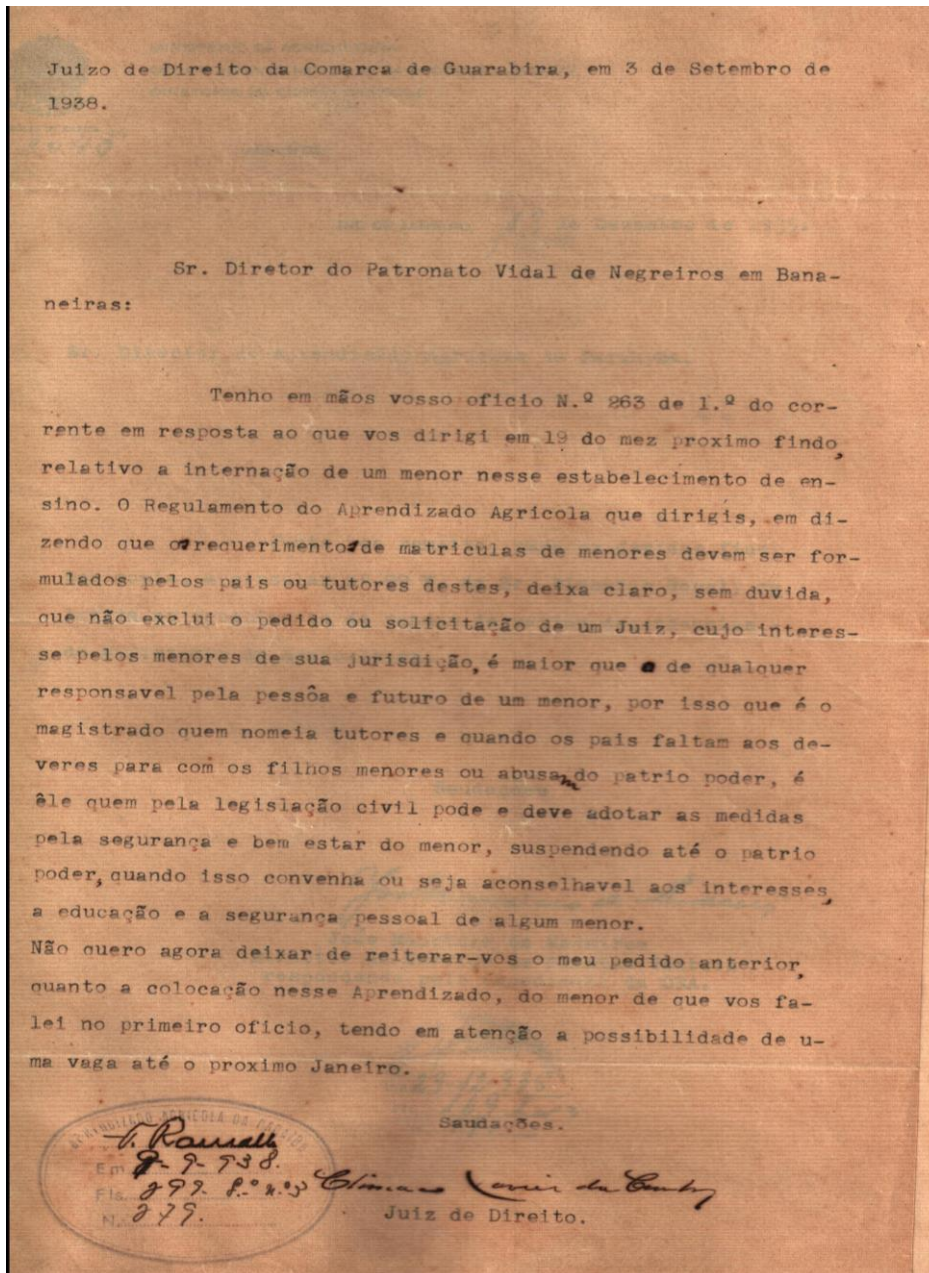
Senhor Chefe de Polícia do Estado da Parahyba

Em resposta ao vosso officio 201, do primeiro do corrente, cumpre-me comunicar-vos que, de acordo com o regulamento dos Aprendizados Agrícolas, só poderão ser admitidos menores filhos de agricultores, cujos requerimentos deverão ser dirigidos pelos paes ou tutores dos mesmos, os quais deverão vir acompanhados de certidão de idade e attestado de boa conducta.

Saudações

Nelson Dantas Maciel/ Director.

ANEXO F – CARTA DE JUIZ SOBRE O PEDIDO DE INTERNAÇÃO DE UM MENOR



Juiz de Direito da Comarca de Guarabira, em 3 de setembro de 1938

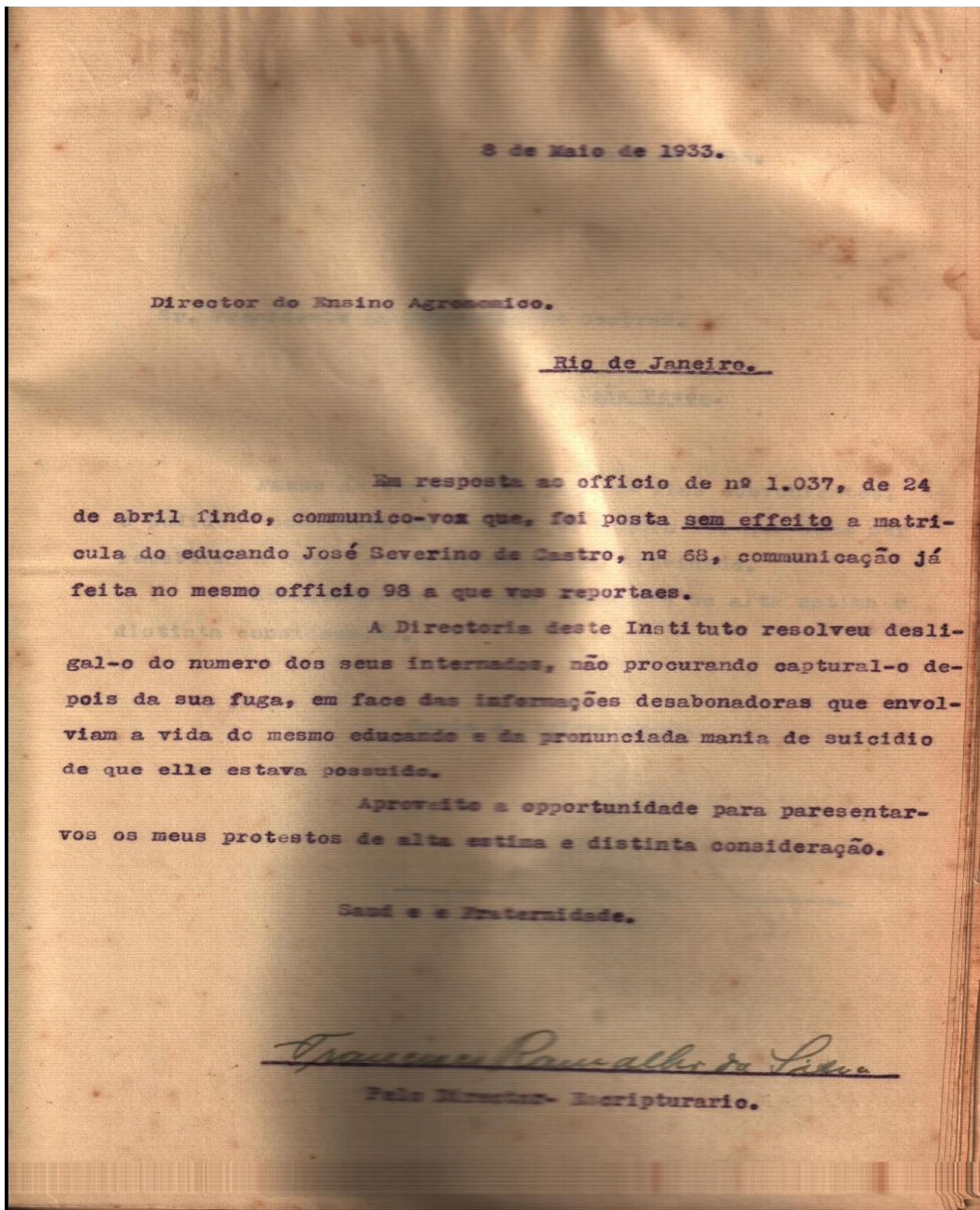
Sr. Director do Patronato Vidal de Negreiros em Bananeiras

Tenho em mãos vosso officio nº 263 de 1º do corrente em resposta ao que vos dirigi em 19 do mez próximo findo relativo a internação de um menor nesse estabelecimento de ensino. O regulamento do Aprendizado Agrícola que dirigis, em dizendo que os requerimentos de matriculas de menores devem ser formulados pelos pais ou tutores destes, deixa claro, sem dúvida, que não exclui o pedido ou solicitação de um Juiz, cujo interesse pelos menores de sua jurisdição é maior que o de qualquer responsável pela pessoa e futuro de um menor, por isso que é o magistrado quem nomeia tutores e quando os pais faltam aos deveres para com os filhos menores ou abusa do pátrio poder, é a êle quem pela legislação civil pode e deve adotar medidas pela segurança e bem estar do menor, suspendendo até o pátrio poder, quando isso convenha ou seja aconselhável aos interesses da educação e a segurança pessoal de algum menor.

Não quero agora deixar de reiterar-vos o meu pedido anterior, quanto a colocação nesse Aprendizado, do menor de que vos falei no primeiro officio, tendo em atenção a possibilidade de uma vaga até o próximo Janeiro.

Saudações [Ass. Inelegível] Juiz de Direito.

ANEXO G- OFÍCIO SOBRE MENOR FORAGIDO



Transcrição:

8 de Maio de 1933

Director do Ensino Agrônômico.

Rio de Janeiro.

Em resposta ao officio de nº 1.037, de 24 de abril findo, communico-vos que, foi posta sem efeito a matrícula do educando José Severino de Castro, nº 68, comunicação já feita no mesmo officio 98ª que vos reportaes.

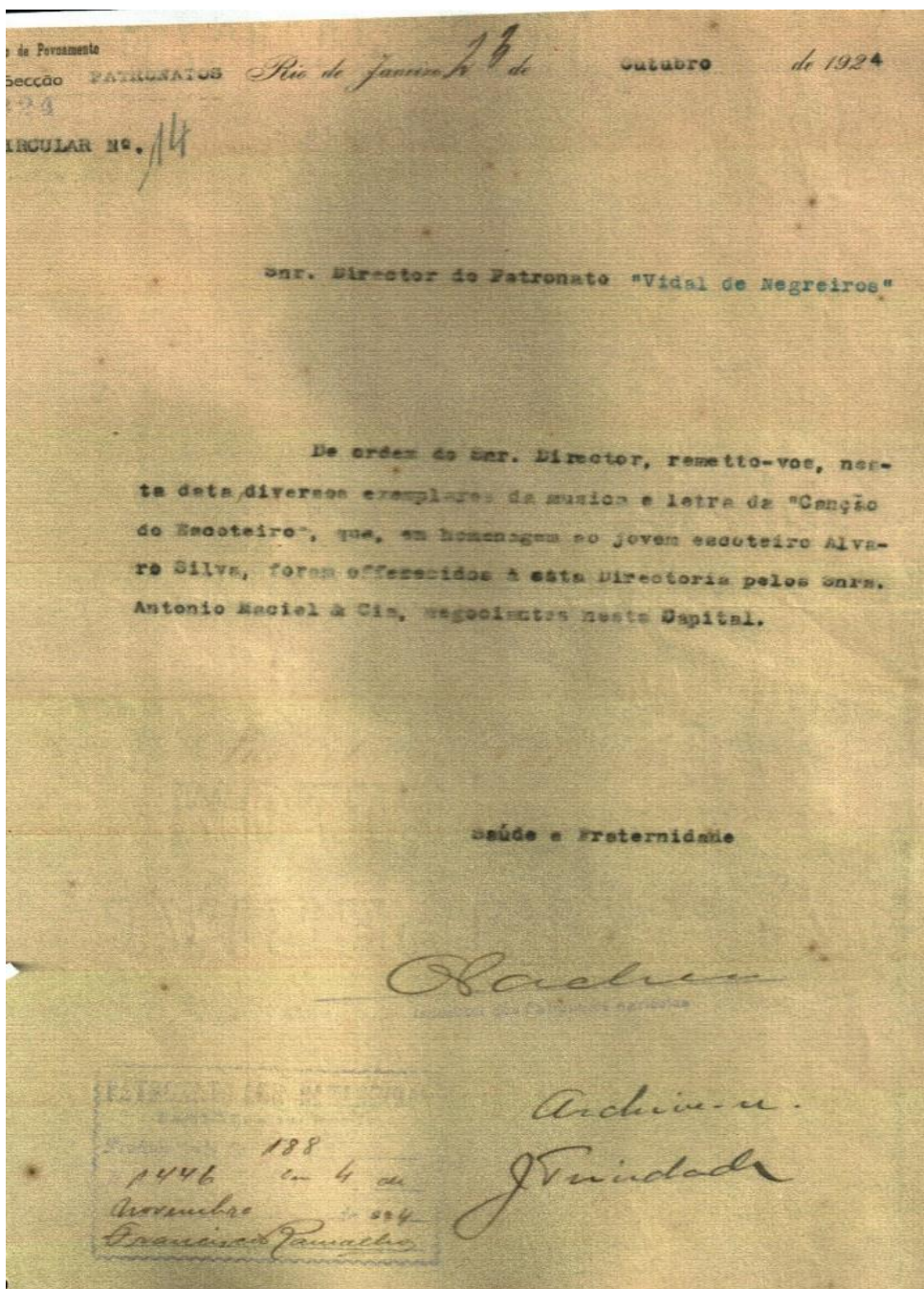
A Directoria deste Instituto resolveu desliga-lo do número dos seus internados, não procurando captura-lo depois da sua fuga, em face das informações desabonadoras que envolviam a vida do mesmo educando e da pronunciada mania de suicídio de que elle estava possuído.

Aproveito a oportunidade para parestentar-vos os meus protestos de alta estima e distinta consideração.

Saúde e fraternidade

Francisco Ramalho da Silva/ Pelo Director- Escripturario.

ANEXO H – OFÍCIO ATESTANDO O ENVIO DE EXEMPLARES DA CANÇÃO DE ESCOTEIRO



Transcrição:

Serviço de Povoamento

Seccção PATRONATOS Rio de Janeiro 23 de Outubro de 1924

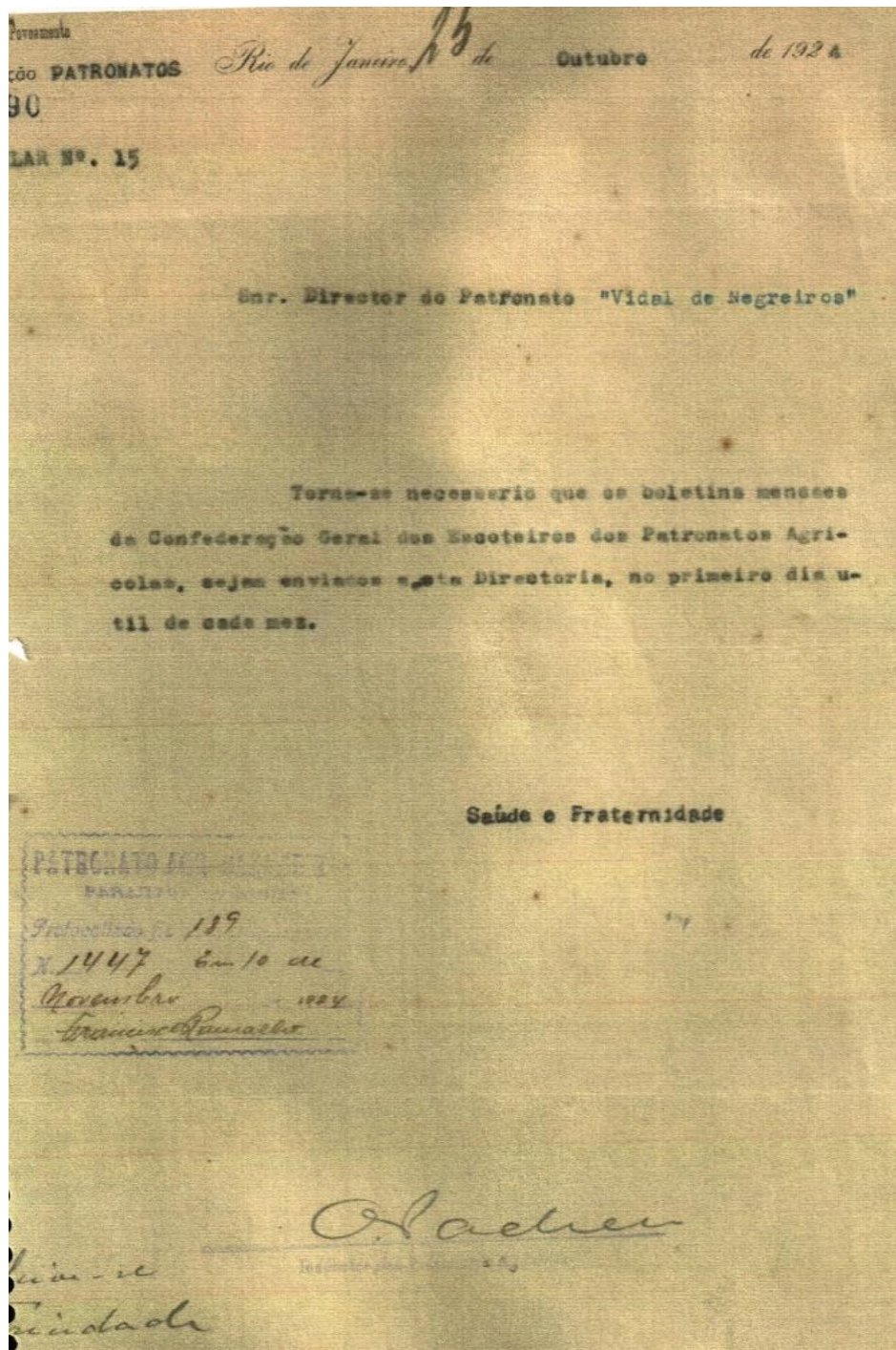
Circular N.º 14

Sr. Director do Patronato "Vidal de Negreiros"

De ordem do Sr, Director, remotto-vos, nesta data diversos exemplares da musica e letra da "Canção do Escoteiro", que, em homenagem ao jovem escoteiro Alvaro Silva, forem offerecidos à esta Directoria pelos Snrs. Antonio Maciel a Cia, negociantes nesta Capital.

Saúde e Fraternidade.

ANEXO I- CIRCULAR ENVIADA A CONFEDERAÇÃO GERAL DOS ESCOTERIOS DOS PATRONATOS AGRÍCOLAS



Transcrição:

Serviço de Povoamento

Seccção PATRONATOS Rio de Janeiro 25 de Outubro de 1924

Circular Nº 15

Sr. Director do Patronato "Vidal de Negreiros"

Torna-se necessario que os boletins mensaes da Confederação Geral dos Escoteiros dos Patronatos Agricolas, sejam enviados desta Directoria, no primeiro dia util de cada mes.

Saúde e Fraternidade.

[ass. Inelegível]

Archiva-se J.Trindade.